

APRESENTAÇÃO

Conselho Editorial

Essa edição da Revista Crítica e Sociedade apresenta artigos de diversas perspectivas teóricas e áreas de conhecimento das ciências humanas. Conta com contribuições significativas cujas análises propiciarão ao público de revistas científicas a satisfação do debate de ideias.

Mantemos o espírito da publicação que prima pela divulgação do conhecimento científico visando os princípios democráticos e a pluralidade de ideias científicas e filosóficas.

O primeiro artigo *O setor elétrico brasileiro entre as transformações contemporâneas: o caso da crise elétrica em 2001*, problematiza a crise do setor elétrico em 2001. O autor Alessandro André Leme, analisa o tipo de estratégia para o desenvolvimento, adotada pelo governo do então presidente, Fernando Henrique Cardoso. Estratégias que em linhas gerais consistiam nas privatizações dos serviços públicos (eletricidade e telefonia). O autor indaga, se a crise (apagão) seria um processo inevitável ou um resultado decorrente de escolhas opções e estratégias realizadas no âmbito do *governo* para realização das reformas orientadas para o mercado no setor elétrico? Nas palavras do autor, um dos resultados da análise aponta para dois aspectos centrais, a saber: as escolhas de determinadas orientações político-econômicas no âmbito governamental e Estatal foram decisivos para a deflagração da crise no setor e, os impactos da crise foram desiguais na sociedade, sendo os mais pobres os mais atingidos negativamente nas práticas tarifárias. Uma reflexão crítica acerca deste processo é apresentada, revelando a importância para compreensão da crise, do contexto e das estratégias adaptadas à época.

Na sequência Pedro Henrique Santos Queiroz autor do artigo *Renda básica universal como programa para um novo reformismo: argumento a partir do caso brasileiro recente de conflito distributivo capital/trabalho*, nos apresenta, a partir de revisão bibliográfica e de indicadores econômicos, a pertinência do projeto de renda básica universal como horizonte normativo e eixo estratégico para uma ação política moderada de “reformismo forte” (André Singer) ou radical de

“reformismo revolucionário” (André Gorz). Assim, o diálogo com a literatura disponível sobre renda básica universal é feito a partir de uma leitura da crise final do governo Dilma Rousseff como expressão dos limites do programa reformista fraco de “cidadania salarial” (Robert Castel). Conclui-se pelas vantagens do programa de renda básica universal em termos de capacidade de formulação clara de projetos, discursos de convencimento e orientação estratégica para a ação, seja de uma política reformista forte de redução rápida da pobreza ou reformista revolucionária de transição pós-capitalista.

Em *A apropriação do saber e o arbitrário social em Pierre Bourdieu* a autora, Noádia Munhoz Pereira, discute como a particularidade do capital cultural legitima a natureza do campo científico ao introduzir a classe dominante no campo da luta de classes. A dispersão espacial e temporal do trabalho fragmenta as esferas da vida social e conseqüentemente a produção do conhecimento desde a Revolução de Copérnico. Neste sentido, para a autora, faz-se necessário problematizar o que justifica as diferenciações de simbologias de um campo, como, por exemplo, o sistema de classificação de um campo arbitrário em que se denota a exclusão, a exploração, a hierarquia e a segmentação de um arbitrário social. O paradoxo do capital científico difundiu o status da ciência competente mundializada e fragilizou a força geradora do conhecimento científico e principalmente da identidade docente. Portanto, a perda do sentido laboral conduz para a formação de novas características nas relações de trabalho ao evidenciar a radicalização da profissionalização da docência e a uniformização da identidade docente.

Encerra a presente edição, *A correspondência de Marx e Engels: apontamentos sobre o método*, traduzida e comentada por Cláudio Antônio Di Mauro. O tradutor nos apresenta uma tradução feita a partir da tradução de Armando López Coll de 1974, mas busca manter a estrutura textual da primeira tradução, inclusive a forma de citação. Parafrazeando Di Mauro, *A correspondência de Marx e Engels: apontamentos sobre o método* é um texto que se dedica ao método tal qual é apresentado na correspondência de Marx e Engels. É nas cartas que são expostos, de maneira transparente, os princípios do materialismo histórico, princípios que não são tratados deste modo tão especial em suas obras, salvo em algumas brilhantes páginas, como na famosa Introdução a Crítica da

Economia Política de 1859. De outra parte, paradoxalmente, a riqueza contida na correspondência tem sido um filão relativamente pouco conhecido e utilizado nas pesquisas.

Agradecemos a todos que possibilitaram a concretização desta publicação, autores e autoras, bem como aos solícitos pareceristas.

Por ora, convidamos o leitor a enveredar por esta edição da Revista Crítica e Sociedade: que visa contribuir com o enriquecimento do debate científico sobre questões de relevância para a ciência e a sociedade de modo geral.

O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO ENTRE AS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: o caso da crise elétrica em 2001¹

THE BRAZILIAN ELECTRIC SECTOR AMONG CONTEMPORARY TRANSFORMATIONS: the case of the electrical crisis in 2001

Alessandro Andre Leme²
lemeaa@gmail.com
alessandro_leme@id.uff.br

Resumo

Com a crise no setor elétrico brasileiro em maio de 2001, muitos questionamentos foram levantados acerca das reformas realizadas no mesmo – privatização. Aqui vamos dar ênfase à dois deles. O primeiro se referiu ao tipo de estratégia para o desenvolvimento escolhido pelo governo (Fernando Henrique Cardoso) que consistia nas privatizações dos serviços públicos (eletricidade e telefonia). Seria esta escolha a mais adequada para o setor e para o Estado? A outro, por sua vez, se refere a análise da crise (apagão), ou seja, quais fatores e/ou causas a teriam gerado? Seria a crise um processo inevitável ou um resultado decorrente de escolhas opções e estratégias realizadas no âmbito do governo para realização das reformas orientadas para o mercado no setor elétrico? Por meio de pesquisa documental, bibliográfica e entrevistas, visamos desnudar a relação entre as reformas orientadas para o mercado – neoliberais – e a crise ocorrida no setor elétrico em 2001. Um dos resultados da pesquisa apontaram para dois aspectos centrais, a saber: as escolhas de determinadas orientações político-econômicas no âmbito governamental e Estatal foram decisivos para a deflagração da crise no setor e, os impactos da crise foram desiguais na sociedade, sendo os mais pobres os mais atingidos negativamente nas práticas tarifárias. Uma reflexão crítica acerca deste processo é de fundamental importância para compreensão da crise, do contexto e das estratégias adaptadas à época.

Palavras chave: Estado, Neoliberalismo, Privatização, Reformas orientadas para o Mercado, Crise no Setor Elétrico Brasileiro

¹ Este artigo contou com apoio da FAPERJ e do CNPq.

² Doutor em Ciência Política pela UNICAMP. Atualmente é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense – UFF

Abstract

With the crisis in the Brazilian electricity sector in May 2001, many questions were raised about the reforms carried out in the same - privatization. Here we will emphasize both of them. The first referred to the type of development strategy chosen by the government (Fernando Henrique Cardoso) which consisted of privatization of public services (electricity and telephony). Is this choice the most appropriate for the sector and for the state? The other, in turn, refers to the analysis of the crisis (blackout), ie, what factors and/or causes would have generated it? Is the crisis an inevitable process or a result of choices, choices and strategies made within the government to carry out market-oriented reforms in the electricity sector? Through documentary, bibliographical research and interviews, we aim to uncover the relationship between market-oriented reforms - neoliberals - and the crisis that occurred in the electric sector in 2001. One of the results of the research pointed to two central aspects, namely: the choices of certain political-economic orientations at the governmental and state levels were decisive for the outbreak of the crisis in the sector and the impacts of the crisis were unequal in society, being the poorest, most affected by tariff practices. A critical reflection on this process is of fundamental importance for understanding the crisis, the context and the strategies adopted to the time.

Keywords: State, Neoliberalism, Privatization, Market-oriented reforms, Crisis in the Brazilian Electricity Sector

O setor elétrico brasileiro na década de 1990: perspectivas, crise e mudanças

A geração de energia elétrica no Brasil foi se constituindo a partir da produção hidrelétrica, consolidando com isto, um parque gerador que aproveitou as grandes quantidades de águas interiores (bacias e rios) que o país possui. Num primeiro momento, do final do século XIX até meados da década de 1950, o setor foi conduzido pelo capital privado, especialmente por duas grandes multinacionais (Light e Amforp), ambas também com forte atuação no setor mexicano neste mesmo período. A partir da década de 1950, em virtude da forte pressão para aumento na oferta e na distribuição de eletricidade, o Estado começa a assumir o setor de energia elétrica como estratégico para o país e para o desenvolvimento urbano-industrial. Com isto, vai

tomando forma o setor elétrico estatal (que toma a forma de uma holding, com estrutura federal, estadual e minoritariamente municipal). Este sistema perdurou até 1995 (governo FHC), quando são alteradas as leis de concessões e o setor elétrico é aberto ao setor privado via privatizações.

O setor elétrico brasileiro apresentou uma estrutura vertical envolvendo um parque gerador em uma ponta, a transmissão no meio e, na outra ponta, a distribuição. Através de uma estrutura hierarquizada (holding) o Estado controlava todas as fases do processo (geração, transmissão e distribuição). Porém, com os novos arranjos político-institucionais da década de 1990 para o setor elétrico, essa estrutura começou a mudar para um modelo de integração horizontal, ou seja, houve uma mudança da estrutura estatal hierarquizada para outra estrutura baseada em empresas privadas e na livre concorrência do mercado de energia elétrica. Essa estrutura horizontal passaria a contar com geradores e distribuidores independentes e transmissão mista. (LEME, 2005).

A reforma no setor elétrico brasileiro se deu na década de 1990, juntamente com outras reformas. O processo de reestruturação do setor elétrico acirra-se a partir de 1993 com a promulgação da Lei nº 8.631³. Em 1995, com a promulgação da Lei das Concessões nº 8.987 e do Decreto nº 9.074, que regulamentaram o artigo 175 da Constituição⁴, criaram-se as condições legais para que os geradores e distribuidores de energia elétrica pudessem competir pelo suprimento dos grandes consumidores de energia elétrica.

O processo de privatização dos setores de geração e transmissão de energia elétrica deviam ser acompanhados por uma regulação do Estado. Porém, a privatização começou a ser implementada antes que o Estado tivesse criado os mecanismos necessários para a nova regulação do setor. A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) foi criada somente em 6 de outubro de 1997, por meio da aprovação do Decreto nº 2.335. A ANEEL veio exercer a

³ Esta Lei eliminou o regime tarifário pelo custo de serviço, abrindo espaço para o processo de criação do Produtor Independente de Energia (PIE) e o estabelecimento de regras para fixação de níveis tarifários, além de estabelecer a obrigatoriedade de contratos de suprimento de energia (contendo quantidades e preços) (Ferreira, 2000).

⁴ O artigo 175 *incumbiu* “ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos. – Parágrafo único. A lei disporá sobre: o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão; os direitos dos usuários; política tarifária; a obrigação de manter serviço adequado”.

função de órgão regulador em nível federal, substituindo o DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica) e reordenando as áreas de negócios do setor em: produção de energia (geração); transporte nas tensões mais altas (transmissão); transporte com o específico objetivo de atendimento aos consumidores finais (distribuição); e vendas no varejo, com a função de medir e conquistar os consumidores finais (comercialização).

Na esfera regional, também foram criadas 12 agências reguladoras estaduais, vinculadas a ANEEL. Elas visavam atender às especificidades da regulação do setor elétrico dos Estados. Foram criadas agências: na região Norte, a ARCON (estado do Pará); na região Nordeste, a ARCE (estado do Ceará), ARSEP (estado do Rio Grande do Norte), a ARPE (estado de Pernambuco), a ASES (estado de Sergipe) e a AGERBA (estado da Bahia); na região Sudeste a AGERSA (estado do Espírito Santo), a ASEP (estado do Rio de Janeiro) e a CSPE⁵ (estado de São Paulo); na região Centro Oeste a AGER/MT (estado do Mato Grosso) e a AGR (estado de Goiás); e por fim na região Sul a AGERGS (estado do Rio Grande do Sul).

A aquisição das concessionárias por empresas privadas estrangeiras contou com a ajuda do BNDES via financiamento. Para implementar a reestruturação do setor elétrico brasileiro, o Ministério de Minas e Energia (MME) contratou em 1996 um consórcio, formado pelas empresas de consultoria internacional Coopers & Lybrand e Lathan & Watkins e pelas empresas nacionais Main e Engevix (ambas do ramo de engenharia, gerenciamento de projetos e obras). Recorreu também a uma empresa de consultoria na área jurídica, a Ulhôa Canto, Rezende e Guerra, visando colher sugestões para a montagem de um novo desenho para o mercado elétrico brasileiro e de uma nova aparência institucional. Do trabalho destas empresas surgiu o *“Projeto de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro – RESEB”*, Longo e Bermann (2002:364). A expectativa do governo era de que os trabalhos da consultoria gerassem sugestões que se valessem de experiências das reformas ocorridas em outros países (principalmente as reformas na

⁵ Posteriormente transformada em ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo

Grã-Bretanha), nelas buscando ensinamentos para adaptar ao caso do setor elétrico brasileiro, considerando as suas especificidades. (Ferreira, 2000).

Dentre as especificidades do caso brasileiro, o Governo Federal assinalava as seguintes:

- a) por ser federativo, o regime brasileiro torna indispensável a divisão dos poderes regulatórios entre o governo federal e os governos estaduais. Esta divisão se traduz em uma delicada negociação política numa circunstância em que as empresas elétricas controladas pelos governos estaduais já estão sendo privatizadas (Abrucio & Costa, 1998:91);
- b) o sistema elétrico brasileiro é de base hidráulica, sendo necessário forte coordenação da operação na introdução do processo de concorrência na geração;
- c) a rede de transmissão brasileira deveria buscar progressivamente interconectar-se em um sistema nacional;
- d) dadas as significativas diferenças regionais e empresariais, alguns mecanismos de compensação regionais precisariam subsistir por um período significativo;
- e) a existência de um grande número de empresas controladas por governos estaduais, muitas delas com significativos ativos de transporte e geração, exigiria a convivência de empresas privadas e estaduais no mercado elétrico brasileiro durante um período (Rezende & Paula, 1997:54).

As principais sugestões da Coopers & Lybrand e demais consultorias que foram aceitas pelo governo brasileiro foram:

- a) a criação de um mercado atacadista de eletricidade – MAE⁶;

⁶ O MAE exerce a função de intermediador de todas as transações de compra e venda de energia elétrica dos sistemas elétricos interligados. No Brasil houve a criação de quatro sub-mercados “spot”, quais sejam: Norte, Nordeste, Sudeste e Sul-Centro-Oeste. Participam do MAE os geradores com capacidade igual ou superior a 50 MW, todos os varejistas com carga igual ou superior a 100 GWh e todos os grandes consumidores com demandas acima de 10 MW (Tolmasquim e Campos, 2002). No modelo atual (Governo Lula) o MAE é substituído pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para atuar nos dois ambientes de contratação (Ambiente de Contratação Regulada – ACR e o Ambiente de Contratação Livre – ACL).

- b) o estabelecimento de ‘contratos iniciais’ para criar uma fase de transição para o mercado de energia elétrica competitivo;
- c) o desmembramento dos ativos de transmissão e a criação de um Operador Independente do Sistema (OIS) para administrar o sistema interligado;
- d) a organização das atividades financeiras e de planejamento neste novo cenário (Ferreira, 2000).

No campo específico da geração, as recomendações também foram significativas no que tange à transparência e ao acesso livre ao mercado. No conjunto das recomendações, destacam-se as seguintes:

- a) a desverticalização da geração no que se refere aos ativos federais e estaduais por meio da criação de empresas separadas de geração, as denominadas “gencos” para garantir que o acesso ao mercado de atacado seja livre;
- b) a separação horizontal das duas maiores “gencos” federais, FURNAS e CHESF, para criação de duas novas empresas menores a partir de cada uma delas (Longo e Bermann, 2002).

Deste modo, não nos parece que a consultoria se ateu plenamente à realidade brasileira, na qual o mercado atacadista não iria, no médio prazo, incluir novos produtos como a energia por fontes térmicas (óleo, gás, carvão e nuclear como na Inglaterra). Outro equívoco relevante da consultoria foi ter desprezado em suas análises, o controle das cheias, irrigação, abastecimento de água potável, navegação e desenvolvimento regional integrado, questões que são vitais para a nova modelagem energética no Brasil (Rezende & Paula, 1997 e Meireles, 1999).

Neste sentido, as reformas no setor elétrico brasileiro ficaram marcadas por um processo que respondeu menos aos interesses dos cidadãos/consumidores de energia elétrica do país do que às estratégias das empresas concessionárias – em sua maioria estrangeiras⁷ – que entram no

⁷ AES (Estados Unidos), Houston (Estados Unidos), CEA (Estados Unidos), Enron (Estados Unidos), Duke-Energy (Estados Unidos), Tractebel (Bélgica), EDF (Francesa), EDP (Portuguesa), Endesa (Espanha), Iberdrola (Espanha), Endesa (Chile), e Chilectra (Chile) são apenas algumas das empresas transnacionais que participam da distribuição e geração de energia elétrica brasileira.

mercado nacional de energia elétrica. Tal situação corresponde a uma realidade heterônoma⁸ marcada pela disputa dos interesses das empresas transnacionais do setor em questão.

Propõe-se analisar a privatização numa perspectiva histórico-estrutural⁹ e estratégica, perante a qual, é possível constatar a ocorrência de modificações na relação entre o Estado e o setor privado. Embora as características da privatização seja a transferência de ativos e de capital, há especificidades na forma como o Estado busca legitimidade social para efetivar tal processo, bem como também, há especificidades nas razões que o levam a escolher esse processo. (Leme, 2010).

As empresas públicas de energia que foram privatizadas surgiram num momento histórico, em que, particularmente o Brasil, estava em fase de substituição das importações, precisando de indústrias e serviços que melhorassem a infraestrutura. O setor público surge no campo da energia elétrica como uma proposição pragmática, voltada para a promoção do desenvolvimento a partir de alavancagens produtivas e financeiramente custeadas pelo Estado.

O processo de privatização ocorrido incisivamente na década de 1990 ocasionou alterações significativas nos arranjos institucionais do setor, e, ao mesmo tempo redefiniu e/ou criou novos agentes e atores para atuarem no setor. A privatização do setor elétrico brasileiro nos anos 1990 foi maior na distribuição (Federal e estadual), aproximadamente 80%, enquanto na geração (Federal e estadual), apenas 20% aproximadamente foram privatizadas. LEME, 2005.

⁸ Este processo de heteronomia do poder político nacional já foi amplamente debatido por Fernandes (1981). Para o autor, tal processo tem historicamente criado situações onde os rumos nacionais são fortemente influenciados por interesses exógenos e tem se atrelado à rede de relações político-econômico tradicionais do Estado Brasileiro, formando um compósito deletério ao pleno desenvolvimento social da nação. (Fernandes, 1981).

⁹ O conceito de processo histórico-estrutural nos parece aqui particularmente interessante por permitir, no âmbito metodológico, a necessária fusão entre *estrutura* e *história* na análise social. Isto porque, sob tal perspectiva, as estruturas são concebidas como produto da luta social e como resultado da imposição social, sendo, deste modo, analisadas diante de *processos*. Conforme bem observa Cardoso (1993: 97), “a ideia de que existe uma explicação histórico-estrutural tem a ver com o processo de formação das estruturas e, simultaneamente, com a descoberta das leis de transformação dessas estruturas. Trata-se de conceber as estruturas como relações entre os homens que, se bem são determinadas, são também (...) passíveis de mudança, à medida que, na luta social (política, econômica cultural), novas alternativas não se abrem à prática histórica. Neste sentido, o objeto da análise não se reifica em **atores**, mas se dinamiza em conjuntos de **relações sociais**.” (grifos, itálicos e negritos nossos).

Por fim, encontra-se neste novo arranjo político-institucional, diversos atores vinculados aos debates sobre os Recursos Hídricos. Eles participam dos órgãos setoriais envolvidos com a hidroeletricidade (Comitês de Bacias e Câmaras Técnicas no MME e na ANEEL), assim como também dialogam para a produção de inventários de bacias (com a CCPE¹⁰, ANEEL e ANA); atuam também na definição de critérios gerais para a elaboração de Plano Diretor para os reservatórios no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), entre outras funções e formas de atuação.

Com isto, fica evidente que a reflexão e implementação de políticas no que concerne à reestruturação do setor elétrico brasileiro, passa necessariamente pela compreensão e pela possibilidade histórica de interpretar e explicar o conjunto de relações nas quais o setor se encontra envolvido, ou seja, relacionando-o com a sustentabilidade que envolve de forma sinérgica a energia, a equidade social, o meio ambiente, o emprego e a democracia.

Destaca-se que toda esta estrutura e atores envolvidos direta ou indiretamente com o setor elétrico brasileiro passaram por um marco político e simbólico muito relevante que foi a crise no setor em 2001¹¹.

Com a deflagração da crise no setor elétrico brasileiro, em maio de 2001, algumas questões acerca da forma como o setor foi estruturado no país e a fonte majoritária de geração e produção de energia elétrica foram questionadas. Por outro lado, veiculou-se na época que tal estrutura de

¹⁰ - Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos – CCPE, criado pela Portaria N. 150, de 10 de maio de 1999, pelo Ministério das Minas e Energia (MME).

¹¹ - A crise do setor elétrico, ou “crise do apagão” conforme ficou conhecida consistiu nos cortes forçados e metas de diminuição de gastos (consumo) de energia elétrica, assim como também a ocorrência de alguns [Blecautes](#). Por outro lado, a implantação do racionamento (metas de consumo definidas por classe – industrial, residencial, entre outras) fez com que os impactos negativos fossem menores. Isto porque os investimentos no setor (por ser hidrelétrico) demandam um tempo longo de maturação. Como a opção do governo foi deixar as empresas atrativas ao capital privado, as mesmas (que já vinham estranguladas desde meados da década de 1980) foram proibidas de investir, gerando com isto uma situação muito tênue entre o equilíbrio da oferta/demanda e a crise, deflagrando-se em 2001 a crise no setor.

geração centrada prioritariamente na fonte hidrelétrica deixava o setor e, conseqüentemente, o país, refém das chuvas para encherem os reservatórios.

Atribuía-se que um setor fundamental para o desenvolvimento e reprodução das sociedades capitalistas, tal qual o da eletricidade, estruturava-se principalmente em um fator no qual o homem não controla, a chuva. Rompendo com isto, ao menos no discurso, com um dos principais fatores de organização do mundo moderno – a racionalidade no âmbito do Estado¹², inaugurado por Maquiavel no século XVI, mas também desenvolvido por Max Weber, já no século XX, para ater-se apenas a dois autores de relevância para as ciências sociais.

Partindo desta aparente contradição entre a forma com que o Estado Moderno se organiza (a partir de procedimentos racionais) e o discurso oficial veiculado por ocasião da crise no setor elétrico em 2001, verifica-se que o principal fundamento dos gestores era a negação da racionalidade na organização e estruturação do Estado. Em outras palavras, deixava-se um dos seus fatores estruturantes (geração/produção de eletricidade) fora do domínio e controle do homem.

A CRISE DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO EM 2001: o caso emblemático do racionamento entre a *Virtù* e a *Fortuna*.

Em maio de 2001, deflagrou-se uma crise do setor elétrico no Brasil. As conseqüências desta crise afetariam várias dimensões do país (econômica, política e social¹³, por exemplo), além de provocar uma redefinição setorial quanto aos rumos propostos para a organização institucional e político-econômica do setor elétrico brasileiro. Tal crise culminou por corroborar para a redefinição do modelo de privatização do setor elétrico do Brasil, ou seja, a mentalidade de que as reformas setoriais deveriam ser orientadas para o mercado começa a ser questionada de forma mais acintosa pelos críticos do modelo de privatização.

¹² A construção de adequação entre meios e fins.

¹³ - Um dos impactos percebidos foi o aumento das tarifas, principalmente e em maior intensidade para as classes de consumo de menor renda, o percentual mais pobre do país (GOLDENBERG E PRADO, 2003; ROSA, 2002; SAUER, 2002; IDEC – www.idec.org.br; ILUMINA – www.ilumina.org.br).

Neste quadro de análise sobre a crise do setor elétrico brasileiro de 2001, cabe salientar que a predominância da geração de eletricidade por hidrelétricas, imbrica no mesmo processo a eletricidade e a água e, ambas vinculadas tanto a noções de desenvolvimento e estilos de vida, como também de cidadania.

O fato de o setor elétrico brasileiro ser majoritariamente de geração hidrelétrica, faz com que tecnicamente seja possível controlar, por meio dos reservatórios, os fluxos de maior ou menor quantidade de água para produção de energia elétrica num determinado espaço de tempo. Esta capacidade de controle seria um fator positivo, dado que os investimentos realizados no setor para ampliação no parque gerador ou na transmissão são de médio e longo prazo de maturação.

A orientação política de reduzir os investimentos no setor elétrico (principalmente na geração, dado a exigência de grandes volumes monetários necessários e do longo tempo de maturação), como forma de contenção de gastos. Uma vez em que os investimentos eram encarados como gastos públicos acabaram por contribuir para o desequilíbrio entre a oferta e a demanda por energia elétrica (mesmo com o país apresentando baixo nível de crescimento do PIB no período).

Desde processo se evidencia dois fatores relevantes para a crise, ou uma dupla divergência. A primeira se refere à diminuição dos investimentos na geração e na transmissão do setor elétrico como componente de política de austeridade fiscal do governo. A Eletrobrás estava numa curva descendente de investimentos e os investimentos das próprias empresas (públicas) do setor eram contabilizados como gastos e conseqüentemente comprometiam as metas do governo para *superávit* primário para pagamento da dívida pública (ROSA, 2002; SAUER, 2002; GOLDENBERG E PRADO, 2003).

A segunda divergência é que o consumo (pelas diferentes classes de consumidores) crescia numa velocidade maior que a ampliação da capacidade instalada de energia. Analisando o período histórico de 1981 à 2001, fica evidente tal discrepância. Por outro lado, os investimentos em transmissão também estavam abaixo do necessário, inviabilizando com isso um melhor

aproveitamento energético nacional. O blecaute de 1999 (no interior do Estado de São Paulo) já evidenciava sinais de deficiência e desgaste na rede de transmissão. Isto porque as disparidades regionais e pluviométricas se integradas poderiam ser vistas de forma sinérgica para o setor elétrico brasileiro.

QUADRO 1 - Capacidade Instalada versus consumo (em %)

Período	% Capacidade Instalada	% Consumo
1981-1990	4,8	5,9
1991-2001	3,3	4,1

Fonte: SIESE, Eletrobrás. Extraído de SAUER, 2002:194

Os investimentos no setor saíram de US\$ 13,9 bilhões em 1980, passaram para US\$ 11,1 bilhões em 1989, para US\$ 7,1 bilhões em 1993, para US\$ 4,5 bilhões em 1995 e US\$ 6 bilhões em 1998 (ROSA, 2002). Demonstrando com isto que os investimentos no setor desde o começo dos anos 1980 foram abaixo do crescimento da demanda por consumo.

Corroborando com esta situação ainda havia uma percepção entre diferentes empresas do setor elétrico, do MME e até da ANEEL e da ONS de que a crise no setor poderia ocorrer ainda em 1997. Além de inúmeros outros relatórios técnicos e acadêmicos acerca desta questão (GODENBERG E PRADO, 2003). Apesar de algumas iniciativas, ainda que tímidas ou marcadas pela ineficiência da gestão governamental (Programa de Geração Emergencial, em 1999, e do Programa Prioritário das Térmicas e do Leilão de Capacidade, em 2000), o governo não conseguiu evitar a crise de 2001.

O setor vinha de uma trajetória marcada por uma diminuição dos investimentos no setor e, simultaneamente, pelo constante o aumento do consumo. O governo tinha como orientação política a diminuição dos investimentos porque os via como gastos, ou seja, uma política de ajuste fiscal severa com as empresas do setor. Com isto, tanto os investimentos em novas usinas

geradoras, quanto em novas linhas de transmissão ficaram comprometidas (assim como também se atrasou as linhas já em construção e/ou ampliação).

O caso da terceira linha (rede) de transmissão, ligando Itaipu ao sudeste que até meados de 2003 ainda não estava finalizada é um exemplo. Os investimentos em geração ou mesmo na finalização desta linha entre Itaipu e a região sudeste poderia ter mitigado os efeitos da crise (de 2001), senão, contribuído para evitar a mesma. Isto porque quando a crise foi deflagrada o reservatório de Itaipu vertia água (LEME, 2004). Por outro lado, a interconexão entre as regiões Sudeste-Nordeste também apresentava deficiências, evitando com isto que as diferenças regionais hidrológicas funcionassem de forma estratégica para melhor aproveitamento nacional (várias usinas do nordeste durante a crise também vertiam¹⁴ águas).

Apesar das disparidades expostas, o governo manteve sua agenda e, em 2001, poucos dias antes da deflagração da crise no setor elétrico (e posteriormente pelo racionamento), o governo anunciava seus propósitos políticos (agenda em políticas públicas) de abrangência mais popular e veiculados pelos meios midiáticos (jornais e revistas de grande circulação), a saber: a) o programa Luz no Campo, para eletrificação rural; b) o programa Reluz, para iluminação urbana¹⁵. (LESSA, 2001).

Todavia, naquele momento já era sabido sobre a possibilidade de uma crise no setor elétrico devido à redução significativa do volume de água nos reservatórios a níveis de risco extremo. Ocorreu no mínimo uma contradição neste processo de veicular os programas como avanços em áreas até então não atendidas, sem a menor preocupação com a situação real do suprimento de energia. Passava-se a ideia para a opinião pública que o setor elétrico brasileiro estava fora de qualquer risco iminente de crise. Mais do que isso, que estaria em expansão às regiões e atores historicamente excluídos do acesso a eletricidade.

¹⁴ - As águas vertidas por usinas em função de uma baixa capacidade de interconexão entre regiões via redes de transmissão caracterizam como jogar energia potencial fora, ou seja, não se aproveita de uma vantagem técnica e estratégica do setor por decorrência de deficiências e déficits em investimentos na transmissão.

¹⁵ - Embora ambos os programas não viessem a funcionar como deveriam durante o tempo do mandato presidencial de FHC.

Por outro lado, não se pode afirmar que o governo ficou refém da *Fortuna* na deflagração da crise no setor elétrico em função dos baixos níveis hidrológicos registrados no período. Primeiramente, porque o setor majoritariamente de fonte hidrelétrica possui condições técnicas para lidar com estas circunstâncias. Em segundo lugar, o setor já vinha desde a década de 1980, passando por sucessivas depreciações e níveis de investimentos sempre abaixo dos necessários a continuidade do desenvolvimento econômico e social do país à níveis sustentáveis e ao próprio equilíbrio setorial.

Neste sentido, o governo não foi pego pela *Fortuna*, não ficou refém do acaso, mas sim lhe faltou *Virtù* para conduzir a reforma político-econômica e mais precisamente, para reestruturar o setor elétrico de forma a estrangular suas deficiências e não gerar novas. O governo não foi pego de surpresa pela pouca quantidade de chuvas, mas sim, ficou na expectativa de que se houve um volume de chuvas bom o suficiente para regularizar os índices hidrológicos ele não teria problemas de curto prazo no setor.

Uma vez tendo faltado ao governo *Virtù* para condução das reformas engendradas no setor elétrico, somadas ao impacto que desde o começo da crise já indicavam que não seriam pequenos tanto na dimensão econômica, quanto na político-eleitoral (eleições de outubro de 2002) e social. Isto porque a eletricidade além de ser um insumo para a produção econômica, também pode ser vista como um indicador social, uma vez que o estilo de vida das sociedades capitalistas – urbano e industrial – se estrutura e é estruturada pela eletricidade mediando tanto as condições de trabalho, como também as condições e qualidade de vida.

Mediante tais circunstâncias, o governo, diretamente por discursos e/ou falas do presidente Fernando Henrique Cardoso aos meios de comunicação (imprensa ou televisivos), ou por parte de outros atores do governo (Pedro Parente – Chefe da Casa Civil e presidente da Câmara de Gestão da Crise), começou a transferir culpas na tentativa de retirar qualquer possibilidade de erro por parte do governo.

A primeira tentativa consistiu em alegar que desconheciam a situação crítica em que o setor se encontrava, com baixos níveis dos reservatórios e iminente crise a acontecer se nada fosse feito. O

primeiro escalão do governo não teria sido alertado pelos seus subordinados sobre a gravidade em que se encontrava o setor elétrico brasileiro. Ainda que tal circunstância fosse factível, não deixa de indicar problemas de gestão e de estratégias tanto nos níveis burocráticos do Estado, como também de planejamento de médio e longo prazo no país por parte dos governos.

Em seguida, tentou-se justificar a crise a partir da escassez de chuva, ou seja, a culpa seria de “São Pedro”, no intuito de atribuir a crise a um fator exógeno, fora de qualquer tentativa de controle por parte do governo. No limite, há uma deficiência estrutural do setor presente em sua construção e consolidação (a hidroeletricidade).

A escassez de chuvas é um fenômeno conhecido e estudado e a montagem do sistema hidrelétrico brasileiro passou pela concepção de poder lidar com este tipo de adversidade/irregularidades. Respeitadas às margens de segurança para funcionalidade do sistema hidrelétrico, previamente estabelecido pelo planejamento (experiência histórica e projeções de oferta/demanda de energia associadas à administração do uso da água dos reservatórios). E garantindo a construção de novas usinas para maior sustentabilidade do sistema em curto, médio e longo prazo, o setor não teria tido problemas de ofertas de energia, ou seja, o fato de ser hidrelétrico traz mais vantagens para o planejamento do que desvantagens (ROSA, 2001).

O setor elétrico brasileiro possui mais vantagens do que desvantagens¹⁶ em ser hidrelétrico. Todavia, como todo setor requer investimentos constantes (em geração e transmissão) e gestão estratégica para utilizar as diferenças regionais (hidrológicas, tempo e intensidade de chuvas, águas interiores) a favor e não as ter como obstáculos ou estrangulamentos ao desenvolvimento econômico e social do país.

Depois, em função de atritos e conflitos dentro do governo, foi atribuída a culpa aos Ministros de Minas e Energia – MME, justificando que seriam atores com características mais políticas e menos técnicas. Tais atritos no epicentro governamental foram impulsionados pelos choques entre o presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC – e o então senador do Partido da

¹⁶ - As vantagens e desvantagens nesse argumento se restringem a capacidade de controle e planejamento do setor. Não estão em questão os impactos decorrentes dos empreendimentos hidrelétricos sobre o território, o ambiente e as pessoas (comunidades rurais e indígenas).

Frente Liberal – PFL¹⁷ – Antônio Carlos Magalhães – ACM –, sendo que este último há tempos era o responsável pela indicação dos ministros do MME¹⁸. Aqui, evidencia-se, que parte do problema gerador da crise pode ter sido corroborada pelas consequências geradas pelo tipo de composição política necessária a construção de governabilidade do sistema presidencialista brasileiro.

Por fim, insinuou-se que os culpados pela crise seria a própria população brasileira que historicamente teria mantido uma relação de desperdício de energia elétrica, ou seja, os maus hábitos de consumo de energia e a ausência de racionalidade na forma de lidar com a eletricidade teriam gerado, como consequência negativa, a crise deflagrada em maio de 2001.

A culpa da população como fator causal da crise se manifestou, principalmente, em dois momentos cruciais. Primeiro, seriam culpados pelo consumo excessivo de energia e, em segundo, foram chamados ao dever de poupar energia para evitar uma crise maior, transferindo para a população uma eventual culpa sobre futuros ‘apagões’ e crise no setor. Ou a população agiria com racionalidade no consumo ou seria causa para os seus próprios impactos negativos (causa de seus próprios infortúnios).

A questão da eletricidade e do planejamento de curto, médio e longo prazo nessa perspectiva se desloca do Estado, ao menos em partes substanciais, para a sociedade civil que passaria, por vias de práticas sociais não racionais e não reflexivas a gerar os estrangulamentos econômicos e sociais que as atingia. Não que a racionalidade no consumo por parte do consumidor esteja errada, assim como a necessidade de avanços tecnológicos para obtenção de ganhos de eficiência. Todavia, mediante o quadro em que o setor se encontrava, o governo ao priorizar a estratégia do ajuste fiscal em detrimento dos investimentos (estes também vistos como gastos para fins contábeis do governo/Estado) corroborou com a crise no setor.

¹⁷ - Hoje denominado de DEM.

¹⁸ - Tal situação pode ser caracterizada pela lógica na qual o presidente FHC conduziu o seu governo nas indicações de primeiro escalão ministerial. Ficando a cargo do PFL o Ministério das Minas e Energia, área que sempre tiveram influência. Com a crise e os atritos entre FHC e ACM há um enfraquecimento do PFL no MME, ou seja, o partido começa a perder capacidade de mando e poder na área. Com a eleição do governo Lula e a escolha da Ministra Dilma Rousseff para ocupar o cargo de ministra o PFL perde totalmente a influência sobre esta pasta ministerial.

Todavia, os alertas as possibilidades de uma crise no setor elétrico não faltaram. Sejam de especialistas e críticos do rumo da reforma, ou mesmo de relatórios de órgãos técnicos do governo que já acenavam sobre o risco de uma grave crise no setor devido à combinação de aumento da demanda, insuficiência de investimentos em geração e transmissão e a variabilidade de chuva¹⁹ (sendo este último não determinante) (SAUER, 2002).

O caso do setor elétrico brasileiro e da crise pela qual passou a partir de maio de 2001, revelou que é um risco muito alto aos governantes, mas, principalmente aos cidadãos e a economia como um todo, quando o Governo utiliza como método de ação política, a aposta²⁰ em fatos e fenômenos que ele não controla. Como percebido, a reestruturação do setor elétrico brasileiro foi realizada em parte neste tipo de aposta e, um dos resultados destas escolhas foi à crise de racionamento enfrentada pelo país em 2001/2002.

Reformulando o argumento, poderíamos dizer que as apostas são escolhas e opções de estratégias focadas para determinadas políticas (em detrimento de outras) feitas numa complexa estrutura burocrática e político-institucional que é o Estado, marcado por pressões de diferentes atores sociais (classes sociais, movimentos sociais) e com diversos interesses, além de pressões externas. Ou seja, quem está no governo, precisa constantemente negociar e renegociar as estratégias e conduções a serem seguidas primeiramente dentro do próprio governo, depois em sintonia com a burocracia estatal e os diversos interesses presentes na sociedade.

Considerando que a sociedade moderna, urbana e industrial depende, para seu funcionamento e dinamismo, de um suprimento regular de energia, a estratégia e planejamento setorial nesta questão são centrais para a continuidade do desenvolvimento econômico e social dos países. A falta

¹⁹ - Neste sentido, a crise demonstrou um dos ensinamentos que já estavam presentes em Maquiavel na obra “O Príncipe”, de 1513, qual seja: a de que o Príncipe, o governante não deve ficar refém da sorte, mas sim agir com prudência, e *Virtù* para poder enfrentar com sucesso à parte que ele não governa, ou seja, as condições históricas e os fatos fortuitos da natureza. O Príncipe deve agir racionalmente de forma estratégica em teoria e prática¹⁹. O governante deve ter *Virtù* para controlar a *Fortuna*.

²⁰ - No caso da energia elétrica brasileira, dada a sua estrutura num sistema hidrelétrico com grandes reservatórios, foi feita uma aposta em que choeria mais que a média histórica, com isto não era preciso alarmar a população dos riscos e também poderia se dar continuidade cada vez mais no consumo das reservas de águas dos reservatórios. (LEME, 2011). Como se verificou historicamente tais apostas não foram bem-sucedidas.

de planejamento e de escolhas adequadas ao desenvolvimento do setor elétrico brasileiro tende a trazer resultados negativos em diversas dimensões que vão desde a econômica, passando pela política e atingindo drasticamente a social. Do ponto de vista social, há um aprofundamento das disparidades sociais (que já são gritantes no Brasil, principalmente quando evidenciadas pela grande concentração de rendas como indicado pelo Índice de Gini²¹). Isto porque os impactos negativos da crise tendem a atingir de forma desigual os diversos atores sociais, sendo que os historicamente mais desfavorecidos sofrem consequências negativas maiores.

Por outro lado, o país ainda está em débito com uma parcela da população que ainda nem sequer tem acesso à energia elétrica (principalmente algumas populações ribeirinhas e alguns moradores de áreas rurais no Norte e Nordeste do país). Inclusive um dos programas lançados pelo governo pouco antes da crise e, inviabilizado por ela, visava atender a demanda dessas camadas sociais por eletricidade. Já na dimensão econômica, há o agravamento da vulnerabilidade externa e a baixa capacidade de crescimento da economia por apresentar um estrangulamento energético.

Não há como não olhar para a crise do setor elétrico brasileiro ocorrida em 2001 e começo de 2002 sem vinculá-la a opções realizadas no tipo de estratégia econômica que seria adotada e implantada no Brasil. O modelo econômico fundamentado na abertura econômica e comercial/financeira, na desregulamentação, na redução do Estado e nas privatizações (com a entrada de FHC na presidência os serviços públicos entraram na agenda privatista – Energia Elétrica e Telecomunicações), corroborou para a deflagração da crise. Principalmente porque se refletiram na diminuição de investimentos e na baixa capacidade gerencial para dar repostas as necessidades urgentes do setor. Neste caso em particular, ficou evidente que a crença na maior eficiência do mercado, mais evidenciou suas falhas que seus possíveis méritos na concorrência, por exemplo.

²¹ - É o Índice utilizado para medir a concentração de renda. O ÍNDICE DE GINI varia de 0 (igualdade máxima) a 1 (desigualdade máxima)

ENERGIA ELÉTRICA, CRISE E CIDADANIA

Em relação às consequências da crise para a cidadania, destaca-se que a diversidade com que a sociedade é composta, imagina-se que essa heterogeneidade (se bem aproveitada) pudesse engendrar um código ético em propósito da construção e continuidade do desenvolvimento nacional de forma a mitigar as desigualdades sociais²², respeitar e garantir a cidadania de todos indiscriminadamente. Pensar em ampliação da cidadania e/ou exercício pleno da mesma, implica não somente em consolidar a Democracia, como também remete a avanços na gestão e controle do que é público (estatal ou não-estatal²³). Assim como também criar novos desenhos institucionais e novos caminhos de diálogos com as diversas forças sociais presentes na sociedade civil.

Marshall (1967) é um dos autores que evidencia a constituição da cidadania na Inglaterra dentro de processos históricos ocorridos em espaços temporais diferenciados. Para tal análise, o autor divide a cidadania em direitos de primeira geração (civil e político) e de segunda geração (sociais)²⁴.

No caso brasileiro, a cidadania é bem mais recente e - se for dividida em direitos de primeira e segundo geração, como o fez Marshall na Inglaterra – não apresentará a mesma linearidade histórica das conquistas dos direitos. No Brasil, os direitos civis, políticos e sociais se constituíram

²² Sabemos que o processo de mitigação das desigualdades sociais existentes no Brasil – que não são pequenas -, extrapola a própria questão da cidadania e da maior participação da sociedade civil na gestão/planejamento do setor público por ter que ser combatida em múltiplas frentes (alfabetização, melhor redistribuição de renda, baixa mortalidade infantil dentre outros aspectos fundamentais), porém são de extrema importância para este processo.

²³ Um dos autores que explora esta concepção de público estatal e público não-estatal é o economista Bresser Pereira, 1998.

²⁴ No caso Inglês, a divisão da cidadania apresentou-se no seguinte arranjo: os direitos civis foram conquistados no século XVIII e abrangiam os direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, ir e vir, direito à vida (concepção liberal clássica). Os direitos políticos foram conquistados no século XIX e diziam respeito à liberdade de associação, de organização política e sindical, sufrágio universal dentre outras e os direitos sociais, econômicos e creditícios foram conquistados no século XX e abrangeram os direitos ao trabalho, saúde, educação, aposentadoria e etc. É justamente o direito social que tornam real (material) o direito formal (institucional) (MARSHALL, 1967).

de forma muito mais difusa²⁵. Além do mais, essa divisão da cidadania entre direitos civis, políticos e sociais é muito mais uma divisão metodológica para o entendimento de como a cidadania constitui-se na história do que uma divisão em si. Não há como pensar a existência de um cidadão que não tenha incorporado culturalmente e garantido institucionalmente os direitos civis, políticos e sociais (mais recentemente também os ambientais e bioéticos), (VIEIRA, 1997).

Ao se constituir dentro de processos históricos, a cidadania não só garantiu direitos aos indivíduos como também os deixou em situação de equidade. Porém, quando a sociedade se depara com uma situação, seja de reforma ou de crise de algum setor essencial à vida dos indivíduos, é preciso tomar cuidado para que a cidadania não seja afrontada. Pois, se essa for afetada, haverá uma tendência de impactar de formas diferenciadas os indivíduos, isso porque o poder de negociação nos órgãos decisórios dos indivíduos é desigual. A parcela de menor poder aquisitivo da sociedade tende a ser mais afetada.

Perante este panorama, a crise elétrica deve ser encarada não só como uma crise do setor elétrico, com repercussão diretamente na economia nacional. Mas também, como uma possibilidade de crise da cidadania, materializada de imediato em impactos diferenciados nos vários estratos de consumidores, onde os de baixa renda tendem a ser mais prejudicados, seja no acesso, seja nas tarifas praticadas. Portanto, pode-se encarar a energia elétrica como indicador de inclusão ou exclusão social, refletindo diretamente na qualidade de ser ou não cidadão.

A crise do setor elétrico brasileiro de um lado e, a cidadania do outro, ambas fazendo parte do mesmo momento histórico, deixa as coisas um pouco mais complicadas e complexas, tratando-se da necessidade de resolução da crise instaurada no setor elétrico em 2001/2002. Isto porque há uma tendência em se realizar escolhas que de forma direta ou indiretamente venham a favorecer uma em detrimento da outra, ou seja, a solução para a crise e a preservação da cidadania foram processos encarados separadamente pelo governo. Muitas dessas escolhas foram debatidas na Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (CGCE), resultando em inúmeras resoluções, decretos e quatro

²⁵ Para ilustrar, basta evidenciar que alguns direitos trabalhistas (enquanto direitos sociais) foram conquistados na década de 30 e a consolidação plena dos direitos políticos com o sufrágio universal (incluindo votos para os analfabetos) data-se da constituição de 1988.

Medidas Provisórias (MP) que visavam à superação da crise no setor. A composição da CGCE ficou assim definida:

1. Ministros de Estado
 - a) Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que a presidiu;
 - b) Ministro de Minas e Energia, que será o seu vice-presidente;
 - c) Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
 - d) Ministro da Fazenda;
 - e) Ministro do Planejamento; Orçamento e Gestão;
 - f) Ministro do Meio Ambiente;
 - g) Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República;
 - h) Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
2. Dirigentes máximos das seguintes entidades:
 - a) Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;
 - b) Agência Nacional de Águas – ANA;
 - c) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; e
 - d) Agência Nacional do Petróleo – ANP;
3. Diretor-Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS;
4. Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional; e
5. Outros membros designados pelo Presidente da República (MP nº 2.198-3, de 28 de junho de 2001, medida em vigor).

A CGCE, ao deliberar e/ou criar uma determinada normatização que visava combater a crise, como o art. 5º e 13º da MP nº 2.198-3, estabeleceu os objetivos do Programa de Redução do Consumo de Energia Elétrica, a saber: a compatibilização da demanda de energia com a oferta por meio da otimização do consumo de energia a setores estratégicos; o regime especial de tarifação ao consumidor segundo os níveis de consumo; entre outros.

O maior problema deste tipo de combate à uma crise, tal como a instada no setor elétrico brasileiro em 2001, é que a superação dela acaba ficando em primeiro lugar, ou seja, acima até

mesmo de alguns direitos dos consumidores e cidadãos. Todos acabam pagando de forma e intensidade diferenciadas conforme seu posicionamento na estratificação social (ou de classe). Porém, de forma inversa à prioridade social, os consumidores de baixa renda têm sofrido os impactos mais deletérios (www.idec.org.br; www.ilumina.org.br).

Esses consumidores ainda ficariam mais prejudicados por já se encontrarem em um limite mínimo de gasto de energia elétrica, por um lado e, por outro, por não disporem de condições financeiras para usufruírem dos benefícios da tecnologia para economizarem (as lâmpadas mais econômicas com pouca perda de calor ainda são muito caras) (IDEC, 2001b).

Porém, não é somente os estratos que já vivem em condições precarizadas de consumo elétrico que foram mais prejudicados. Os indivíduos/famílias que por algum motivo já evitavam o desperdício de eletricidade, economizando e racionando os gastos elétricos também foram mais penalizados que aqueles que faziam mau uso do consumo elétrico, dado a forma com que foi calculado as médias com que cada domicílio, comércio ou indústria deveria economizar, (ROSA, 2002; SAEUR, 2002).

Percebe-se que a lógica com que as propostas de superação da crise advindas da CGCE caminharam no sentido de dar centralidade a redução do consumo de energia elétrica. Ainda que de forma direta ou indireta impactasse negativamente setores da sociedade, principalmente o residencial que após o início de reestruturação do setor elétrico – privatização – pagou significativamente mais pela energia elétrica (www.idec.org.br).

Os consumidores residenciais, após as privatizações, tiveram aumentos que dependiam da quantidade consumida mensalmente, sendo que, na média, chegou-se a aumentos da ordem de 108%. Este percentual é muito superior ao aumento para as classes de consumo industrial, comercial e outras, cujos reajustes variaram de 3,15% até 26,57%, dependendo da empresa. A nova política tarifária, cuja orientação culminou num resultado assustador, segundo o qual o consumidor de até 30 Kwh, ou seja, o consumidor de baixa renda, sofreu um aumento real (além da inflação) da ordem de 321,45% (IDEC, 2001B).

Quadro 2 - Aumento real da tarifa de energia elétrica para o consumidor residencial no período de junho de 1994 a agosto de 1999

Consumo Mensal	Junho 1994	Agosto 1999	Diferença (R\$)	Varição (%)	Inflação	Aumento Real (%)
Até 30 Kwh	0,68	4,83	4,15	613,34	69,26	321,45
Até 50 Kwh	1,75	8,05	6,30	360,00	69,26	171,78
Até 100 Kwh	4,44	16,10	11,70	262,61	69,26	114,24
Até 200 Kwh	13,78	32,20	18,40	133,67	69,26	38,06
Até 220 Kwh	16,25	35,42	19,20	118,00	69,26	28,80
Até 300 Kwh	26,1	48,29	22,20	85,02	69,26	9,31
Até 400 Kwh	38,41	64,39	26,00	67,62	69,26	- 0,97
Até 500 Kwh	50,73	80,49	29,80	58,66	69,26	- 6,26
Até 700 Kwh	75,36	112,69	37,30	49,54	69,26	- 11,65
Até 900 Kwh	99,99	144,38	44,40	44,40	69,26	- 14,69
Até 1100 Kwh	124,60	177,08	52,5	42,10	69,26	- 16,05

Fonte: IDEC (www.idec.org.br)

* O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) elaborou o quadro com informações extraídas da ANEEL.

Outro aspecto ligado à crise do setor elétrico foi o processo de privatização engendrado no país na década de 1990. Para o entendimento do porquê esse processo corroborou para a crise é preciso analisar as duas motivações que a causaram, a saber: motivações estruturais e motivações conjunturais.

Um dos aspectos estruturais foi à importância do capital estrangeiro para consolidação do parque gerador hidroelétrico brasileiro no final da década de 1960 e, praticamente em toda a década de 1970.

A inviabilidade de o Brasil realizar empréstimos especiais junto ao FMI para investimentos em infraestrutura, no final da década de 1980, prejudicou bastante a capacidade do Estado (governo

Federal e estadual) em investir na ampliação da geração e das redes de transmissão. Outro fator que pode ser considerado estrutural foi o aumento significativo do consumo de água dos múltiplos usuários na história recente brasileira, como por exemplo, o maior consumo de água pelo setor urbano²⁶ e da agricultura (irrigação) que atingem de forma direta a capacidade de água nos reservatórios (usinas hidroelétricas), (LEME,2000).

Os aspectos conjunturais referem-se às consequências do processo de privatização em si. A forma com que a privatização ocorreu no Brasil, especialmente a do setor elétrico, fez com que houvesse uma redução drástica nos investimentos para geração de energia elétrica. Isso porque a opção do governo ao privatizar as empresas de distribuição ou de geração, foi em evitar ao máximo os gastos e/ou investimentos realizados pelas empresas para deixá-las mais atrativas para a competição no mercado e para o interesse do capital privado (nacional ou preferencialmente internacional).

O governo, quando optou pela não realização de investimentos ou por investimentos de pouco valor monetário enquanto estivesse privatizando as empresas estatais de distribuição e geração de energia elétrica, fez com que houvesse (ampliasse) um crescente desequilíbrio entre a oferta e a demanda elétrica. Outros fatores consequentes desta orientação política foram os baixos investimentos realizados para a ampliação das redes de Transmissão de Alta Tensão, cujas benesses seriam uma maior integração nacional e regional da oferta elétrica brasileira, o que ocasionaria um melhor aproveitamento (otimização) da capacidade elétrica do país.

Tanto o primeiro, quanto segundo fator incidiu diretamente como causas da crise. Com a crise deflagrada – com parte significativa do setor elétrico de distribuição e geração privatizado – o governo anunciou investimentos de aproximadamente R\$ 10 bilhões do BNDES em 3 anos na geração, transmissão e distribuição²⁷.

²⁶ Como ilustração desse exemplo, temos o sistema Cantareira que exporta cerca de 30m³/s de água da bacia Piracicaba para a grande São Paulo.

²⁷ Jornal Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro – B7, de 8 de agosto de 2001.

A ausência de investimentos no setor elétrico durante o processo de privatização e o não cumprimento da realização dos investimentos que ficaram a encargo das novas concessionárias (privadas) do setor elétrico, também colaboraram para a deflagração da crise.

A variação pluviométrica sempre esteve presente no cenário brasileiro, ou seja, ano a ano no Brasil, a geração de energia hidroelétrica depende da variação das chuvas. Sendo que, desde a década de 1960 que não havia mais ocorrido falta de energia elétrica, mesmo nos momentos históricos de vazão muito baixa, como a ocorrida em 1971 (aproximadamente 60% da média).

Em 1990, embora a média da vazão também tenha sido baixa (porém, ainda um pouco acima da média de 1971) não dá para atribuir a ela o fator fundamental para a crise (como já argumentado acima). Vários foram os períodos de seca intercalados historicamente e nem por isso houve crises de energia em todos eles. Não é possível justificar uma crise assentada na média de vazão quando se vem ano a ano investindo aquém do que o setor precisaria para funcionar (ROSA, 2002). Portanto, advoga-se que a junção dos fatores estruturais e conjunturais presentes no setor elétrico seriam os principais causadores da crise elétrica.

A privatização ainda teve outro desdobramento que em época de crise se acirrou mais, qual seja: uma mudança substancial na relação que uma empresa prestadora de serviços públicos mantém com a sociedade civil. Ao passo que numa empresa estatal (por mais que seu funcionamento não seja satisfatório) há uma relação em que o usuário é visto como cidadão, logo, portador de toda uma dimensão social de direitos e deveres que, por sua vez, excede a relação usuário/empresa. Com a privatização e gestão destas empresas pelo capital privado, ocorre uma mudança essencial na relação entre os usuários e as empresas. Os usuários passam a ser vistos como consumidores, e o consumo é apenas uma dimensão da cidadania, mas não sua totalidade.

Os fatores estruturais, por um lado e, os conjunturais, por outro, lançaram um desafio sobre como melhorar a eficiência e eficácia dos serviços de utilidade pública sem oneração estatal e prejuízo aos usuários. E ao mesmo tempo, preservar a cidadania, a qualidade dos serviços e um

preço acessível da energia elétrica a ser paga pelos usuários (dado que parte da nossa geração é feita por energia já amortizada, chamada de velha, cujo custo de operação é menor).

Muitas são as possibilidades críticas de avaliação e análise da crise que o setor elétrico passou no ano de 2001. Muitos também são os atores que de forma discursiva, por meio de estudos ou por implantação de políticas, também apresentaram criticidade sobre a crise e o chamado racionamento.

Além do mais, alguns atores responsáveis por órgãos governamentais, embora favoráveis à reestruturação como a ocorrida no setor elétrico brasileiro, não deixaram de enumerar suas críticas.

Para a CSPE²⁸ (Comissão de Serviços Públicos de Energia de São Paulo), a crise no setor e o racionamento, fizeram com que se ampliassem muito os trabalhos, como complicador, a comissão ainda teve que enfrentar os problemas decorrentes da fase de implantação em que estavam (estrutura e recursos humanos).

A CSPE vinha se consolidando e foi obrigado a fazer uma ampliação extraordinária no quadro de funcionários durante este período para ser possível atender a demanda relativa ao esclarecimento à população e a fiscalização de demais atividades. Além daqueles normais do serviço de energia vigente. Para tal, a comissão contou com o apoio da USP por meio de consultoria técnica e econômica. Por outro lado, a CSPE também reconhece que alguns transtornos foram gerados, mas no final ainda acham que o saldo foi positivo:

Na verdade, houve uma grande encrenca geral nesse país, não só com os consumidores residenciais, mas também industriais e uma série de sustos iniciais que a consolidação do racionamento e sua implantação acabaram desmistificando algumas coisas... A economia não tomou aquele baque (impacto) esperado pelas pessoas que anteciparam as características de consumo. Não há situações gritantes de problemas gerados pela solicitação de redução do consumo e no final nós estamos aprendendo que devemos evitar o desperdício, ou seja, ao voltar a

²⁸ - Posteriormente incorporada na Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP. Juntando sobre sua responsabilidade e fiscalização o gás canalizado, o saneamento e a energia elétrica.

normalidade iremos consumir menos energia de uma forma geral para os mesmos usos (COMISSÁRIO CHEFE DO GRUPO COMERCIAL E DE TARIFA DA CSPE, 2001²⁹).

Na visão da CSPE, assim como da Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, a crise e o racionamento, embora portadores de alguns constrangimentos, acabaram por ser positivo para o Estado e para o país porque engendrou um comportamento mais responsável do consumidor no que se refere à utilização de energia e também para evitar o desperdício.

O governo do Estado, por meio do Decreto nº 45.765/01, instituiu o Programa Estadual de Redução e Racionalização do Uso de Energia no âmbito dos órgãos da administração pública direta, das autarquias, das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e das empresas onde o Estado tinha participação majoritária em reduzir o consumo em 20%.

O racionamento teve alguns constrangimentos, mas que rapidamente foram superados, e só não foram menores porque houve uma demora, ou seja, o governo retardou a racionamento até um limite crítico. Essa morosidade do governo em decretar o racionamento começou a chegar em situações críticas o que obrigou em maio e junho esta redução drástica de 20% em média para todo setor elétrico (ASSESSOR DO SECRETÁRIO DE ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2001³⁰).

As falas institucionais da CSPE e da Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, embora reconheçam que houve deficiências, nos parecem veicular um discurso centrado na lógica do crescimento e dos avanços pelas catástrofes enfrentadas. Ou seja, uma lógica sempre reativa e não de forma proativa, como recomenda algumas reflexões, ou mesmo como recomendaria qualquer gestão mais estratégica.

Justamente durante esses momentos de crise que se evidenciam algumas das contradições entre o que o governo veicula discursivamente e o que ele realiza como prática política. O discurso governamental é no sentido de fazer política com planejamento e na prática (no setor

²⁹ - Entrevista realizada pelo pesquisador.

³⁰ - Entrevista realizada pelo pesquisador.

elétrico em particular) apresenta pouco planejamento e muita reação às mazelas decorrentes das decisões políticas tomadas, tal como vivenciamos no setor elétrico em esfera federal (governo FHC) e, principalmente em esfera estadual (como o caso paulista, como o Estado que mais avançou nas privatizações no setor tanto na distribuição, quanto na geração).

As análises realizadas tanto pela CSPE como também pela Secretaria de Energia do Estado de São Paulo tanto no que se refere à reestruturação do setor, quanto ao próprio processo de crise que se instalou no país em 2001, parte quase que restritamente de uma orientação conjuntural marcada por uma análise reducionista de custo/benefício, principalmente quando se trata de analisar a crise e o racionamento no setor elétrico. Desta forma, não se dá, primeiramente, para reduzir toda discussão aos fatores conjunturais, é necessário também compreender o setor pelos fatores estruturais, pois muitas políticas postas em prática no presente só vão apresentar muitos de seus impactos no médio e longo prazo.

Em segundo lugar, não dá para lidar com o racionamento de forma homogênea, nem mesmo o consumidor. Afinal, há vários estratos de consumidores segundo a capacidade de consumo elétrico e portadores das mais variadas rendas. Sendo assim, veicular estritamente que o racionamento foi positivo porque fez com que a parcela que fazia mau uso da energia foi obrigada a evitar o desperdício é desconsiderar a diversidade existente e plural presente na sociedade e na forma com que se relacionam com a energia elétrica.

Já as críticas do IDEC ao processo de reestruturação do setor elétrico brasileiro, particularmente o Paulista e a crise – racionamento – de energia elétrica também não faltaram:

No racionamento faltou orientação sobre a necessidade de economizar, de evitar o desperdício, a sociedade civil ficou as margens das discussões da reestruturação do setor elétrico brasileiro, por isso que teve tão poucas informações... Na perspectiva do IDEC a crise que o setor passou – racionamento – decorreu de falta de investimentos no setor, desde 1997 em eventos do setor o Instituto tem escutando os especialistas falarem sob uma possível crise no setor elétrico. O governo pecou por não ter investido mais, por não ter propiciado uma ampla campanha de informação para o consumidor que esta crise viria (porque possivelmente o governo já sabia). O racionamento, a falta

de energia e a falta de investimento no setor foram traumáticos para o consumidor (www.idec.org.br).

As críticas decorrentes do IDEC são no sentido de exacerbar a pouca participação da sociedade civil no processo de reestruturação do setor elétrico brasileiro por falta de espaços criados e institucionalizados pelo governo. Outra crítica feita, e talvez a principal, em função do próprio fim último do IDEC se refere aos impactos gerados aos consumidores residenciais, principalmente os de baixa renda, tanto no processo em si de racionamento, como nas tarifas praticadas e no acesso aos serviços. Por fim, outro fator que corroborou com tais impactos foi às brechas contratuais que no limite acabavam por beneficiar as concessionárias em detrimento dos consumidores.

Considerações Finais

Como percebido, o racionamento e a crise no setor elétrico como um todo foi resultado de diversos fatores conjunturais e estruturais contidos no setor e que não foram equacionados de forma a prevenir e/ou evitarem o mal estar passado, impactando por decorrência algumas camadas de consumidores residenciais, além é claro de desestruturar todo um setor estratégico para a economia e o país, ou seja, para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

A compreensão da crise no setor elétrico, ocorrida em 2001, consistiu em um conjunto de argumentos acerca das ações, discursos e estratégias muitas vezes adotadas e definidas pelo conjunto de atores políticos e administrativos/burocráticos que compõem o Estado Moderno, principalmente o brasileiro no período supra referido. Por outro lado, as decisões e escolhas efetuadas no âmbito governamental tiveram ligação direta e/ou indiretamente com crise instalado no setor elétrico brasileiro em 2001.

Foi perante um conjunto de fatores postos e conhecidos que a crise se instaurou, isto porque o governo fez sua opção político-econômico e institucional, onde algumas apostas foram feitas, embora a prudência recomendaria uma outra postura. Em outras palavras, a aposta do governo no ajuste fiscal para conter os gastos públicos para garantir o *superávit* primário para abatimento da dívida pública. Com isto, a divergência entre capacidade instalada e ampliação de

redes de transmissão (Itaipu/Sudeste e Sudeste/Nordeste) foi se deteriorando cada vez mais, uma vez em que os investimentos no setor ficaram abaixo do necessário.

Neste sentido, a crise no setor – além dos fatores externos – foi marcada por sucessivos equívocos de planejamento, coordenação e gerenciamento estratégico, chegando ao ponto em que o governo começou a contar com a *Fortuna* para não entrar em crise.

Outro fato resultante da implementação das reformas neoliberais no setor neste período foi o impacto maior no aumento das tarifas mais caras justamente para as famílias e indivíduos localizados nas estratificações mais baixas, ou seja, os mais pobres, evidenciando que os impactos das reformas foram desiguais nos seus efeitos negativos sobre a população presente nas estratificações sociais mais baixas.

Por fim, o racionamento, a crise do setor elétrico brasileiro, e do paulista em particular (por ter sido um dos mais efetivos), devem ser encarados como um exemplo historicamente determinado de escolhas políticas feitas e implantadas em um setor de infraestrutura essencial para a dinâmica social da modernidade. E, seus respectivos efeitos e impactos (negativos e/ou positivos) são os marcos concretos das deficiências e contradições desta opção que se centrou numa orientação político-econômica de reformas e estratégias de desenvolvimento voltadas para o mercado – liberalização, ou como se convencionou a falar/escrever, as orientações neoliberais.

Referências bibliográficas

- ABRUCIO, F. L.; COSTA, V. M. F. *Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1998.
- BERMANN, C. *Energia no Brasil: para quê? para quem? – Crise e alternativas para um país sustentável*. São Paulo: Editora Livraria da Física; Fase, 2002
- BIONDI, A. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997 (Cadernos MARE da reforma do Estado; v. 1)

- CARDOSO, F. H. *As ideias e seu lugar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- FERNANDES, F. 1981 *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FERREIRA, C. K. L. Privatização do setor elétrico no Brasil. In: PINHEIRO, A. C.; FUKASAKU, K. (Edits.) *A Privatização no Brasil – o caso dos serviços de utilidade pública*. Brasília: BNDES, 2000.
- FURTADO, A. T. Mudança institucional e inovação na indústria brasileira de petróleo. Rio de Janeiro. IX Congresso Brasileiro de Energia e IV Seminário Latino-Americano de Energia: Anais, 2002.
- GOLDENBERG, J. E PRADO, L. T. S. Reforma e crise do setor elétrico no período FHC. *Revista tempo Social – USP*, 2003.
- LEME, A.A. A reestruturação do setor elétrico brasileiro: privatização e crise em perspectiva. In: *Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil* (org.) Felicidade, N; Martins, R.C.; Leme, A.A., São Carlos, SP: RiMa, 2001.
- LEME, A. A. Desenvolvimento e sociologia: uma aproximação necessária. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 30, n. 2, p. 495-527, ago. 2015.
- LEME, A. A. Estado e privatização: um debate sociológico, uma questão política. *Civitas: revista de ciências sociais*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 339-360, maio/ago. 2011.
- LEME, A. A. Globalização e reformas liberalizantes: contradições na reestruturação do setor elétrico brasileiro nos anos 90. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, p. 165-186, nov. 2005.
- LEME, A. A. Neoliberalismo, globalização e reformas do estado: reflexões acerca da temática. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 32, p. 114-138, jan./jul. 2010.
- LEME, A. A. State and electricity sector in Brazil: privatization and reform in perspective. *International Journal of Social Science Tomorrow*, v. 1, n. 2, abr. 2012.
- LEME, A.A. *State energy and development: hydroelectricity in perspective and criticism in Brazil*. In: BILIBIO, C.; HENSEL, O.; SELBACH, J. F. (Org.). *Sustainable water management in the tropics and subtropics: and case studies in Brazil*. Jaguarão: UNIPAMPA, 2011b. v. 2.
- LESSA, C. (org.). *O Brasil a luz do apagão*. Rio de Janeiro: Palavra & Imagem, 2001.

- LONGO, R. & BREMANN, C. *Avaliação do processo de reestruturação do setor elétrico brasileiro: das propostas à realidade*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENERGIA: IV SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE ENERGIA, 9, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: Coppe-UFRJ, 2002.
- MAQUIAVEL, Nicolau, “O Príncipe”, in *Os Pensadores*, S.P., Nova Cultural, 1991.
- MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- PETRAS, J. *Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina*. São Paulo: Xamã, 1999.
- PIRES, J. C. L. *Políticas regulatórias no setor de energia elétrica: a experiência dos Estados Unidos e da União Europeia*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999
- ROSA, L.P. *A crise de energia elétrica: causas e medidas de mitigação*. In. *Política energética e crise de desenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ROSA, L.P. *Energia no Brasil e no Reino Unido: possibilidades de cooperação*. Trabalho apresentado no Ministério das Relações Exteriores, setembro de 1997.
- ROSA, L. P.; TOLMASQUIM, M. T. E PIRES, J. C.L. *A reforma do setor elétrico no Brasil e no mundo: uma visão crítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Coppe, UFRJ, 1998.
- SADEK, M. Tereza, “Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtude” in WEFFORT, F. (org.) *Os clássicos da política*, S.P., Ed. Ática, 2001.
- SALLUM JR., B. *O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimento*. *Tempo Social: revista de Sociologia da USP*. V11, n.2, 1999.
- SAUER, I. *Energia elétrica no Brasil contemporâneo: a reestruturação do setor, questões e alternativas*. In. *Política energética e crise de desenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- SAUER, I. *Metamorfoses do Estado Brasileiro no final do século XX*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, nº 52/junho, 2003.
- TOLMASQUIM, M. T. & CAMPOS, A. F. *A reforma do setor elétrico em perspectiva*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENER- GIA, 9, Rio de Janeiro. *Anais....* Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, v. 1, p. 454-459, 2002.

VELASCO JR., L. 1997. *A economia das políticas públicas: fatores que favoreceram as privatizações no período 1985-1994*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1997.

Renda básica universal como programa para um novo reformismo:
argumento a partir do caso brasileiro recente de conflito distributivo
capital/trabalho

Universal basic income as a program for a new reformism: argument
from the Brazilian case.

Pedro Henrique Santos Queiroz³¹

queirozsantoshenriquepedro@gmail.com

Resumo

O texto sugere, a partir de revisão bibliográfica e de indicadores econômicos, a pertinência do projeto de renda básica universal como horizonte normativo e eixo estratégico para uma ação política moderada de “reformismo forte” (André Singer) ou radical de “reformismo revolucionário” (André Gorz). O diálogo com a literatura disponível sobre renda básica universal é feito a partir de uma leitura da crise final do governo Dilma Rousseff como expressão dos limites do programa reformista fraco de “cidadania salarial” (Robert Castel). Conclui-se pelas vantagens do programa de renda básica universal em termos de capacidade de formulação clara de projetos, discursos de convencimento e orientação estratégica para a ação, seja de uma política reformista forte de redução rápida da pobreza ou reformista revolucionária de transição pós-capitalista.

Palavras chave: renda básica universal; reformismo; crise

Abstract

The text defends the relevance of the universal basic income project as normative horizon and strategic axis for a moderate political action of "strong reformism" (André Singer) or a radical one of "revolutionary reformism" (André Gorz). The dialogue with the available literature on universal basic income is based on a reading of the final crisis of the Rousseff government as an expression of the limits of the weak reform

³¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

program of "wage citizenship" (Robert Castel). It is concluded by the advantages of the universal basic income program in terms of the ability to formulate projects clearly, discourses of convincing and strategic orientation for action, be it a strong reformist policy of rapid reduction of poverty or revolutionary reformist post-capitalist transition.

Keywords: Universal basic income; reformismo; crisis

A crise atual: uma leitura sobre os limites do programa reformista fraco de cidadania salarial

Quando Dilma Rousseff foi eleita para seu segundo mandato à frente da Presidência da República, em outubro de 2014, o cenário que se desenhava a partir de alguns dos principais indicadores econômicos era confuso. Os dados de crescimento do PIB mostravam retração já a partir do segundo trimestre, ainda que no agregado dos doze meses o país tivesse “crescido” 0,1% sobre o ano anterior. Ainda assim, mesmo com a atividade econômica estagnada, o mercado de trabalho continuou a dar sinais de superaquecimento até o último trimestre, com os índices de desemprego mantendo-se excepcionalmente baixos até o último trimestre (4,6% pela PME e 6,5% pela PNAD Contínua), e a inflação em alta, chegando no acumulado anual a 6,4%, bem pouco (0,9%) abaixo do teto da meta estabelecida pelo Banco Central³².

Na argumentação que segue, proponho uma leitura do período recente como de esgotamento do programa reformista fraco de aumento do poder de barganha dos trabalhadores pela via da “cidadania salarial”. O termo *reformismo fraco* é usado por André Singer para descrever a estratégia política de baixa confrontação que responde pelo ciclo lento de redução da pobreza e da desigualdade durante os governos de Lula e Dilma, lentidão essa tão mais exasperante quanto

³²O documento de maior interesse histórico para a reconstrução do debate sobre esse período pelo pensamento econômico brasileiro de sua própria época é a edição de 09/10/2014 do programa *Globo News Miriam Leitão* com o então ministro da Fazenda, Guido Mantega e o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga, que havia sido anunciado pelo candidato Aécio Neves (PSDB) como seu ministro da Fazenda em caso de vitória (Globonews, 2014).

são obscenos os níveis de pobreza e desigualdade dos quais se parte: “(...) o reformismo lulista é lento e desmobilizador, mas é reformismo” (Singer, 2012, p.45).

Ainda no segundo governo Lula, quando da formulação dos objetivos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - cuja principal articuladora foi a então ministra Dilma Rousseff, apresentada em palanques por Lula como “mãe do PAC” -, o consenso entre os principais formuladores de estratégia do governo era de que a continuidade da agenda de inclusão social dos governos do PT dependeria de passagem a uma média de crescimento anual do PIB de 5% (Singer, 2012, p. 160), objetivo ousado já que acima da média das décadas de 1990 (2,5%) e 2000 (3,6%).

A escolha estratégica do reformismo fraco pela aceleração do crescimento econômico puxado pelo investimento privado estimulado e coordenado pelo Estado tem como pressuposto teórico e fonte de justificação política o modelo de “cidadania salarial” (a expressão é de Castel, 2007), que vincula a garantia de boa parte dos direitos sociais à relação de emprego clássica e, por via de consequência, estabelece como objetivo principal da política econômica o aumento dos níveis de renda a ser sustentado pelo aumento dos níveis de emprego. Por relação clássica de emprego entenda-se, ainda segundo Robert Castel, o emprego assalariado, fixo, acolhido e regulamentado pelo direito do trabalho e pelas garantias sociais fornecidas pelo Estado.

O investimento privado estimulado e coordenado pelo Estado foi identificado pelos formuladores de política dos governos petistas como principal instrumento capaz de sustentar a aceleração do crescimento porque servia como linha de menor resistência dada a restrição ao aumento do investimento público em um orçamento público que se via espremido entre os juros altos e as políticas sociais. O legado recebido por Dilma e os desafios que seu governo enfrentaria dali em diante são descritos por Celso Rocha de Barros em artigo de setembro de 2012 para a Revista Piauí nos seguintes termos:

A moderna democracia brasileira nasce justamente na crise do desenvolvimentismo, e convive problematicamente com sua memória. As grandes realizações do Brasil nas últimas décadas foram correções de legados ruins do desenvolvimentismo: a hiperinflação (que só acabou em 1994) e a desigualdade (que só agora caiu abaixo do que era nos anos 60). Por outro lado, o crescimento econômico brasileiro na era democrática foi baixo, bem mais baixo do que no período desenvolvimentista. Por

estupenda que tenha sido a vitória de Fernando Henrique Cardoso sobre a inflação, ela se deu ao preço de o Brasil ter a maior taxa de juros do mundo. E, por mais indiscutivelmente justas que sejam as políticas sociais de Lula, é fato que mais dinheiro para a área social é menos dinheiro para investimento. Isto é: a herança que Dilma recebeu de seus antecessores inclui a prataria, mas também aquele quadro feio de palhaço chorando (Barros, 2012).

É grande a lista de medidas que foram tentadas sucessivamente para dar um *boost* no investimento privado: redução da taxa de juros, redução da carga tributária via desonerações setoriais, aumento do volume de crédito subsidiado por bancos públicos, intervenção na taxa de câmbio, administração de preços de eletricidade e combustíveis, adoção de políticas de conteúdo nacional na compra das empresas estatais e manutenção em alta da demanda interna via manutenção em alta do consumo das famílias (seja pelo emprego em alta, seja pelas facilidades de acesso a crédito para o consumo popular). Esse conjunto de medidas ficou conhecido pela expressão “Nova Matriz Econômica”, usada pelo ministro da fazenda Guido Mantega no título do artigo “O primeiro ano da nova matriz econômica³³”, de dezembro de 2012 para o jornal Valor Econômico:

Um mundo novo de oportunidades vai surgir para aqueles que querem ver seu capital se expandir, mas, desta vez, capitaneado pela produção. A atividade financeira vai se adaptar e encontrar os caminhos da rentabilidade apoiando a atividade produtiva. A era do ganho fácil e sem risco ficou para trás, apesar do choro e ranger de dentes dos poucos que se beneficiavam dessa situação (Mantega, 2012)

O investimento privado, no entanto, não reagiu como esperado. Para ficarmos com apenas um dos indicadores disponíveis: a taxa de investimento nominal, calculada pelo IPEA a partir da formação bruta de capital fixo³⁴, variou entre 15 e 20% do PIB, mantendo o padrão

³³ É questionável que a Nova Matriz Econômica tenha apresentado algum elemento de política de esquerda, mesmo reformista.

³⁴ “A formação bruta de capital fixo (FBCF) da economia é composta pelos investimentos em: máquinas e equipamentos; construção civil; e por outros ativos fixos (como propriedade intelectual, lavouras permanentes, gado de reprodução, etc.)” (IPEA, 2017).

observado desde o início da série histórica em 1996: partindo de 17,30%, no início de 2007, quando foi lançado oficialmente o PAC, até atingir o pico no terceiro semestre de 2013 (21,56%) – segundo maior valor da série –, e seguindo uma trajetória ladeira abaixo, chegando a 16,28% no terceiro trimestre de 2016, quando foi concluído o processo de afastamento da presidenta Dilma.

O custo fiscal elevado das medidas de estímulo ao desenvolvimento, sobretudo a partir da Nova Matriz, contribuiu para a deterioração da relação dívida/PIB e piorou as expectativas dos agentes, deprimindo ainda mais o investimento privado e gerando um ciclo vicioso, o que supostamente não teria acontecido caso os objetivos de estímulo ao investimento tivessem sido alcançados, já que a massa tributável teria crescido proporcionalmente. Só em desonerações foram R\$ 458 bilhões em frustração de receitas projetadas até 2018, segundo cálculo de auditores da Receita Federal consultados por uma reportagem da Folha de São Paulo (Folha de São Paulo, 2015). Esse valor é 25% superior ao despendido pelos Estados Unidos no Plano Marshall de reconstrução da Europa destruída pela segunda guerra mundial, como mostrou Samuel Pessôa ao atualizar os valores e compará-los por poder de compra e câmbio (Pessôa, 2017).

A pergunta que fica é por que, afinal de contas, o capitalismo brasileiro se mostrou incapaz de dar o salto requerido para a manutenção do ritmo de inclusão social dos governos petistas?

A dificuldade na busca de respostas a questões desse tipo está na incapacidade de evitar os desfiladeiros e caminhos sinuosos entre o núcleo duro que constitui a economia como ciência positiva (capaz de observação de regularidades empíricas e proposição de leis gerais) e seu invólucro gorduroso de ideologia burguesa (vulnerável a proposições irrefletidas sobre a natureza humana e a vida em sociedade). A dificuldade de avanço nesse terreno é a de determinar quando e em que medida a escolha racional dos agentes econômicos é de reação adaptativa às informações que recebem do mercado ou mera imposição de vontade irracional do lado mais forte em uma relação desigual e injusta (principal exemplo as concentrações “economicamente inúteis” de renda e riqueza de que fala Piketty, 2014).

Sem pretender cobrir todo os aspectos contemplados pelo rico debate atualmente em curso no pensamento econômico brasileiro³⁵ e para meros fins de exposição de um modelo simplificado de conflito distributivo capital/trabalho, é possível levantar dois grandes grupos de explicações para o fracasso das medidas de estímulo ao investimento privado a partir da nova matriz econômica. Quais sejam:

a) Problemas técnicos de formulação e execução das políticas de estímulo. Aqui entram desde questões relativas ao caso a caso de cada setor, como a intervenção desastrosa nos setores energético e sucroalcooleiro, até questões mais transversais, como a ausência de mecanismos mais bem pensados de exigência de contrapartida pelas empresas que se beneficiaram do acesso a crédito subsidiado em bancos públicos e das políticas de desoneração. Outra crítica recorrente no debate especializado foi a de que os estímulos deveriam ter sido oferecidos de forma linear, isto é para o conjunto dos agentes econômicos, e não, como efetivamente foi feito, selecionando empresas com potencial de tornarem-se “campeãs nacionais”, o que é verdadeiro para a parte dos empréstimos em bancos públicos e desonerações, responsáveis diretos pela maior parte do rombo fiscal, mas não para outras medidas que afetaram a todos igualmente, como foi o caso da queda dos spreads bancários, o posicionamento mais competitivo do câmbio, o maior dinamismo do mercado consumidor interno e a redução do preço de combustível e eletricidade.

b) A aparente resistência cultural do capitalismo brasileiro a empreender em condições outras que não a de ampla disponibilidade de força trabalho barato e submisso, o que talvez se explique pelas circunstâncias históricas de formação do mercado de trabalho livre no Brasil após quase quatro séculos de escravidão. Sobre esse ponto, cabe lembrar que o trabalho escravo (a propriedade jurídica do portador da força de trabalho por outrem) foi abolido tardiamente no Brasil e sem garantia de indenização de qualquer tipo aos ex-escravos e seus descendentes. Além

³⁵ Para uma amostra representativa do estado atual do debate entre economistas ortodoxos e heterodoxos a respeito da interpretação do período da nova matriz, ver os artigos listados na postagem “Um ano de blog do IBRE: Os artigos mais lidos” no blog do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FGV, 2018).

disso, no caso brasileiro a separação entre força de trabalho e propriedade dos meios de produção - pressuposto histórico necessário para a existência de um mercado de trabalho livre - foi garantida pelo surgimento da questão agrária como resposta política das elites à necessidade de manutenção de excedentes disponíveis de força de trabalho barato nas lavouras, como indicado pela quase concomitância em 1850 das promulgações da Lei de Terras, que restringia o acesso à propriedade da terra, e da Lei Eusébio de Queiroz, que proibia a importação de escravos: “Se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa”(Martins, 2010, p. 44)

Admitindo-se que os fatores do segundo grupo tenham algum peso explicativo para a crise política atual, um dos fenômenos mais importantes a destacar para a compreensão histórica do período dos governos do PT na Presidência é a tendência de aumento do poder de barganha dos trabalhadores sobre a determinação das condições de venda da mercadoria força de trabalho. A trajetória de redução acíclica do desemprego, que se inicia em meados de 2003 e atinge o zênite em 2014 (com o crescimento do PIB estagnado, lembremos), resultou no fortalecimento da posição dos trabalhadores no jogo de oferta e procura no mercado de trabalho. É uma trajetória acíclica porque, como mostraram Alves e Correa (2013), a redução da taxa de desocupação foi pouco afetada pelas oscilações em utilização da capacidade instalada, crescimento do PIB e produção industrial no período.

Outra força a pressionar para cima o preço do trabalho foi a redução da pobreza, que significou retirada de parte dos “incentivos” gerados pela vulnerabilidade social extrema para a oferta de mão de obra barata e dócil³⁶.

São evidências do aumento do poder de barganha do trabalho frente ao capital nesse período a) para a população em geral, o crescimento da renda das famílias acima do crescimento

³⁶ Pelo critério dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, das Nações Unidas - que define a pobreza extrema usando o patamar de US\$ 1,25/dia - a pobreza extrema no Brasil caiu de uma taxa de 9,37% em 2004 para 3,09% em 2014.

do PIB³⁷ e b) para os setores organizados em sindicatos, a maior frequência de reajustes acima da inflação (medida pelo INPC) nas negociações salariais monitoradas pelo DIEESE³⁸.

Em 31 de agosto de 2016, quando do afastamento definitivo de Dilma Rousseff pelo Senado, os indicadores de mercado de trabalho indicavam desaquecimento compatível com a retração da atividade econômica: o PIB acumulava oito trimestres de crescimento negativo, indicando, no agregado anual, retração de 3,6% após queda de 3,8% no ano anterior. O desemprego estava em alta (11,8% pela PNAD Contínua³⁹) e a inflação desacelerava e começava a retroceder, vindo a terminar o ano abaixo do teto da meta, após ter estourado a meta no ano anterior e permanecido acima do teto durante a maior parte de 2016.

A deterioração dos níveis de emprego veio a partir de 2015 em meio a um cenário político nacional de esgotamento seguido de ruína do arranjo político que havia sustentado até então a configuração do conflito entre capital e trabalho com vantagem relativa para o trabalho. Não sendo possível ou mesmo desejável entender a capacidade de ação política dos trabalhadores como função tão somente de sua posição relativa de força no mercado de trabalho, parece pertinente buscar alternativas às debilidades de projeto, estratégia e discurso das esquerdas que atualmente dificultam que o acirramento do conflito entre capital e trabalho consiga se manifestar enquanto tal e em algum sentido politicamente construtivo.

Os tempos da transição: renda básica universal como horizonte normativo e eixo estratégico para um novo reformismo

São várias e bem distribuídas ao longo do tempo e do espectro político esquerda/direita as propostas do direito a uma renda universal. Uma definição mais geral e comum às várias propostas disponíveis é a de garantia do direito universal a uma renda (mínima ou básica), sem exigência de contrapartida em trabalho, via transferência direta por parte do Estado de uma

³⁷ De 2003 a 2011 o crescimento acumulado da primeira variável foi de 40,7%, enquanto que o da segunda ficou em 27,7% (IPEA, 2012).

³⁸ No melhor momento, alcançado em 2012, 93,6% das negociações resultaram em ganhos reais (DIEESE, 2016).

³⁹ A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) citada no primeiro parágrafo desse texto, foi descontinuada em fevereiro de 2016.

determinada quantia a todos e cada um dos participantes de uma determinada comunidade jurídica. Os antecedentes dessa ideia na tradição ocidental remontam pelo menos à Utopia de Thomas More, no século XVI, e desde então a ela chegaram, muitas vezes por vias independentes⁴⁰, vários pensadores e reformadores sociais envolvidos com os problemas de pobreza e desigualdade a partir de inclinações políticas bastante diversas. É possível encontrar aí desde a concepção neoliberal de um imposto de renda negativo (Milton Friedman) até o programa de renda básica universal como transição para o socialismo (como em André Gorz e nos primeiros escritos de Van Parijs). Uma das principais propostas do debate atual – e aquela que é defendida nesse texto – é o modelo proposto pela Rede Internacional de Renda Básica (Basic Income Earth Network - BIEN), que define-se por cinco características: pagamento periódico, em dinheiro, individual, universal e incondicional.

No período recente, posições pró renda básica universal vêm ganhando espaço no debate internacional *mainstream*. A multiplicação de projetos piloto de renda básica em diversos países (só no ano de 2016, foram registradas a implantação ou planejamento de iniciativas do tipo nos seguintes países: Finlândia, Canadá, Quênia, Holanda, Escócia, Uganda, e Estados Unidos) (BIEN, 2017) é indicativa de um interesse crescente dos formuladores de políticas públicas por alternativas capazes de lidar com a persistência e agravamento dos problemas de desigualdade social pós crise de 2008. Outro destaque do debate no período recente tem sido o apoio entusiasmado a propostas de renda básica por parte de investidores do setor de alta tecnologia do Vale do Silício preocupados com as possíveis consequências de desemprego tecnológico pela disseminação de inovações disruptivas como inteligência artificial e impressoras 3D.

No Brasil, o debate sobre renda básica tem sido pautado principalmente pela atuação do ex senador e hoje vereador por São Paulo Eduardo Matarazzo Suplicy (PT), responsável pela

⁴⁰ Um dos casos mais intrigantes é o relatado por Eduardo Suplicy, que em conversa com o governador do Alasca (onde desde 1982 funciona um programa de renda universal), descobriu que este nunca ouvira falar das ideias de Thomas Paine sobre o assunto, sendo que esse *founding father* dos Estados Unidos é considerado autor de uma das primeiras formulações modernas do direito à renda universal. (Suplicy, 2013, p. 136)

inclusão no ordenamento jurídico brasileiro (Lei 10.835/2004) do programa de renda básica de cidadania como orientação de longo prazo para políticas de transferência de renda.

A adoção de um programa de renda básica universal abre amplas possibilidades tanto para a reelaboração de uma estratégia de reformismo forte, de diminuição da pobreza e da desigualdade em ritmo acelerado e com mobilização política crescente, como de reformismo revolucionário, de superação do patamar de barganha por melhores condições de venda da mercadoria força de trabalho para o questionamento da condição de obrigatoriedade de venda dessa mercadoria em um mercado capitalista. A seguir, busca-se expor as vantagens da incorporação da bandeira por renda básica universal para as estratégias de reformismo forte ou revolucionário em termos de definição clara de programas de governo, capacidade de formulação de discursos de convencimento e identificação de objetivos estratégicos que norteiem a ação política para além dos aspectos muitas vezes comezinhos da disputa política cotidiana.

Para a formulação do programa de reformismo forte, não necessariamente comprometido com a superação do modo de produção capitalista, o programa de renda básica universal permite uma alternativa ao paradigma de pleno emprego (*full-employment*) como principal meio de garantia de direitos sociais. Mudanças de ordem geopolítica, como o fim da guerra fria e a globalização com forte assimetria de condições de mobilidade entre capital e trabalho explicam em parte o aumento dos custos fiscais e político do pleno emprego. Nessas condições, são grandes as dificuldades encontradas por governos de todo o mundo em “convencer” o grande capital a submeter-se a condições de tributação progressiva ou de coordenação para o desenvolvimento nacional. Além disso, a fragmentação espacial da produção e a tendência de aumento da participação do setor de serviços na formação do PIB, são fatores de dificuldade para a reprodução do arranjo predominante durante os “30 anos dourados” (do final da segunda guerra mundial aos primeiros choques de preço de petróleo no início da década de 1970), período de expansão dos direitos sociais sob o “binômio taylorismo-fordismo/*welfare state*” (Antunes, 2005).

No caso brasileiro, os custos fiscais da política de garantia de pleno emprego e sua desvantagem em relação a uma política de renda básica universal podem ser considerados por

uma rápida olhada nos números. O total de benefícios fiscais chegou em 2016 a 6,2% do PIB (Estado de São Paulo, 2015), enquanto que os custos estimados de uma política de renda mínima universal no valor de R\$ 1.286 por ano (aproximadamente R\$ 107 por mês) seriam de 4,6% do PIB (Valor Econômico, 2017). Já os custos políticos são evidenciados pela pouca ou nenhuma exigência de contrapartida com que foram feitas a maior parte das políticas de estímulo ao desenvolvimento e, de forma anedótica, pelo gigantesco pato amarelo inflado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), um dos principais símbolos adotados pelas manifestações de rua pela deposição de um governo que havia concedido quase todos os pontos de política econômica pleiteados por essa entidade⁴¹.

A decisão no início do primeiro governo Lula de unificar sob o Bolsa Família e ampliar bastante a abrangência e orçamento dos vários programas federais de transferência direta de renda aos mais pobres que haviam sido implantados de forma um tanto assistemática durante os governos FHC é surpreendente se considerarmos as afinidades do programa petista com o programa de cidadania salarial (o nome do partido, é bom lembrar, é “dos trabalhadores”) e a posição majoritária naquele momento entre intelectuais do partido contrários ao programa por seu desenho focalista. Que Lula tenha dado ganho de causa nessa questão aos colaboradores neoliberais que haviam sido trazidos ao governo por seu ministro da fazenda Antônio Palocci - notadamente Marcos Lisboa e Ricardo Paes de Barros - é algo que talvez possa ser atribuído à sua origem de classe: antes de torneiro mecânico formado pelo Senai e líder sindical surgido da estrutura de representação burocrática herdada do período varguista, Lula foi pau-de-arara e conheceu de perto o horror inominável da miséria⁴².

O termo “reforma revolucionária” é usado por André Gorz (2004) para designar o projeto de renda básica universal e marca com precisão a natureza paradoxal de uma demanda

⁴¹ Para uma análise do documento “Brasil do diálogo, da produção e do emprego”, assinado em conjunto pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical e FIESP ver Singer, 2015, p 54-56.

⁴² Para uma reconstituição do clima desse debate nos bastidores do primeiro governo Lula, ver a troca de artigos entre Fernando Haddad (2017) e Marcos Lisboa (2017) promovida pela revista Piauí.

que é reformista porque, a rigor, plenamente compatível com os pressupostos da propriedade privada dos meios de produção e da livre negociação entre as partes interessadas, porém que na prática representaria forte estímulo ao desenvolvimento de formas de socialização (não necessariamente estatização) dos meios de produção. Isso porque a instituição de uma política de renda básica universal não implicaria em abolição de toda e qualquer forma de assalariamento ou propriedade privada dos meios de produção porque por si só não implica em nenhum tipo de objeção à livre negociação entre partes interessadas na compra e venda da mercadoria força de trabalho. Por outro lado, a eliminação das formas mais extremas de compulsão ao trabalho assalariado -garantidas pela existência de um grande exército industrial de reserva que pressiona para baixo o preço da força de trabalho - e o fortalecimento das condições de barganha dos trabalhadores daí decorrente poderia ser aproveitado por uma estratégia política de reivindicação de maior poder de decisão dos trabalhadores sobre o processo de trabalho (sua organização e finalidade), colocando, assim, em questão o despotismo dos proprietários dos meios de produção e organizando a transição para um modo de vida pós-capitalista.

Ainda em chave reformista revolucionária, a instituição da renda básica permite tornar mais explícito o conflito entre tempo livre, tempo de trabalho (produção de coisas socialmente úteis) e tempo de trabalho para o capital. A colocação do problema nesses termos facilitaria a luta contra a deformação do desenvolvimento das forças produtivas pela irracionalidade capitalista, segundo a qual os ganhos de produtividade (aumento da capacidade humana de fazer mais coisas em menos tempo) tenham como resultado menos postos de trabalho e aumento das jornadas de trabalho e não - como poderia ser mas não é - em mais postos de trabalho e jornadas de trabalho menores. Dessa perspectiva, umas das principais vantagens do argumento pró-renda básica está na explicitação da diferença entre o trabalho como atividade de produção de coisas socialmente úteis (i.e que atendam a alguma necessidade social, qualquer que seja, “do estômago ou da fantasia”) e o trabalho como meio para a valorização do capital (o primeiro subordinado ao segundo como o trabalho concreto é subordinado ao trabalho abstrato nos termos usados por Karl Marx no livro I de O Capital). Para ficarmos com o exemplo de André Gorz, muito

esclarecedor sobre esse ponto, o questionamento a ser feito é por que se diz que “uma mulher ‘não tem trabalho’, embora consagre seu tempo a criar seus filhos, e que ela ‘tem um trabalho’ quando consagra uma fração de seu tempo a criar os filhos alheios numa creche ou numa escola maternal?” (Gorz, 2004, p.10)

A qualidade de clareza retórica intrínseca ao argumento em favor da renda básica e seu favoritismo na discussão racional de ideias em espaço público transparecem também no embate com a ideologia meritocrática de justificação moral das desigualdades. Isso porque, se é possível - ainda que com alguma dificuldade - sustentar a opinião de que os muito ricos merecem usufruir de sua imensa riqueza, é, no entanto, muito difícil não deslizar para algum tipo de argumentação autoritária e obscurantista ao sustentar que alguém - quem quer que seja esse alguém - merece ter que pedir dinheiro a pessoas desconhecidas na rua por não ter o que comer.

Seja de uma perspectiva de reformismo forte ou revolucionário, a opção pela renda básica universal permite a orientação de uma estratégia política capaz de esclarecer o estabelecimento de objetivos de curto, médio e longo prazo, a partir dos quais seria possível extrair parâmetros de avaliação de movimentos de avanços, recuos táticos, possibilidades de aliança ou oposição com as diversas forças atuantes no jogo político. De forma esquemática, é possível pensar em uma construção por etapas: no curtíssimo prazo o objetivo é acabar com a pobreza absoluta. Para tanto, não deve existir qualquer tipo de constrangimento para acordos táticos com o programa neoliberal de renda mínima, tomando o cuidado de manter em aberto o debate sobre todos os demais aspectos da relação entre Estado e sociedade civil (tamanho da carga tributária, participação do Estado na atividade econômica e oferecimento de serviços públicos etc). A argumentação de convencimento dirigida a esse aliados de ocasião provavelmente seguiria a linha da maior eficiência do gasto com renda básica, afinal

(...) se o objetivo é mitigar a pobreza, deveríamos ter um programa destinado a ajudar o pobre. Há muitas razões para justificar a ajuda ao pobre que acontece ser um fazendeiro – não porque é fazendeiro, mas porque é pobre (Friedman, 1977, p. 162).

No curto e médio prazo, vencida a pobreza absoluta, os objetivos principais passam a ser de redução das desigualdades de renda e riqueza e aumento da igualdade de oportunidades. Ainda aí é possível pensar em aliança tática com os liberais que se dispuserem a enfrentar a insatisfação das elites de mentalidade pré-capitalista com o sumiço da ampla oferta de trabalho barato. Os argumentos de convencimento que poderiam cimentar essa última coalisão possível entre reformistas e neoliberais seriam, para ficarmos em um exemplo caro ao caso brasileiro, de demonstração do enorme desperdício de recursos, em termos de custo de oportunidade, implicado na quantidade injustificada de tempo de vida perdido por mulheres (sobretudo de pele negra ou parda) em atividades de serviço doméstico mal remunerado. No longo prazo, a perspectiva reformista revolucionária é de transição para o socialismo. A fim de não repetir os erros do estatismo de tipo soviético, o desafio a ser assumido consiste em tentar se antecipar ao curso provável dos acontecimentos e se posicionar de forma a aproveitar a pressão do aumento do preço do trabalho sobre a propriedade privada dos meios de produção para desenvolver (o que em muitos casos significa descobrir ou inventar mesmo) formas que possam substituir o cálculo econômico capitalista como mecanismo de coordenação e divisão do trabalho social.

A viabilização de um programa de renda básica com valores mais robustos (algo acima do valor de R\$ 1.286/ano usado no estudo do FMI para o caso brasileiro), oferece desafios apreciáveis para a definição de diretrizes de um plano de governo reformista. Além da complexidade das escolhas sobre a própria definição efetiva de política pública de renda básica (definição jurídica do sujeito de direito, valor e periodicidade do benefício etc), uma iniciativa desse tipo, possivelmente terá que pensar em meios para evitar ou minorar problemas econômicos de desajuste entre oferta e demanda agregadas, como por exemplo de desabastecimento ou aceleração inflacionária. Outro problema prático a ser enfrentado - esse de solução mais explicitamente política do que de lógica interna de funcionamento dos mercados - é o de adequação ao orçamento público. Como financiar um programa de renda básica universal? Pela criação de fundos públicos específicos para essa finalidade (como é feito

atualmente no Alasca⁴³)? De onde viriam os recursos para esse fundo? De alguma fonte de receita extraordinária? Ou da realocação de recursos destinados a outros itens do orçamento atualmente disponível? Será necessário algum aumento (e de quanto?) de arrecadação de impostos, emissão de moeda ou de títulos da dívida pública?

As especificações da Lei 10.835/2004, proposta por Suplicy, oferecem uma boa base a partir da qual estruturar uma resposta reformista forte ou revolucionária aos desafios de adequação ao orçamento público e equilíbrio macroeconômico. São instrumentos importantes nesse sentido as especificações previstas nesse texto legal, que define um desenho de implantação gradual e com transição para o universalismo focalizando inicialmente nos mais pobres⁴⁴, “considerando para isso o grau de desenvolvimento do País e as possibilidades orçamentárias”.

Dentro desses parâmetros dados pelo texto legal, é possível pensar em vários tipos de medidas para a viabilização de um programa de renda básica universal a serem implementadas em arranjos e proporções diversas a depender das diferentes escolhas de orientação política reformista forte ou revolucionária. Pelo lado da oferta: A) Políticas de incentivo ao cooperativismo e pequeno empreendedorismo; B) Melhor alocação do estoque disponível de força de trabalho que as pessoas agora não mais pressionadas por situações extremas de vulnerabilidade se dispuserem a oferecer no mercado. Políticas de formação e reciclagem profissional entrariam aqui como forma de apoio para que o aumento do preço da força de trabalho implique em deslocamento desse recurso de atividades de baixa produtividade (novamente, o trabalho doméstico mal remunerado é o melhor exemplo para o caso brasileiro) em direção a atividades de mais alta produtividade e C) Investimento em ciência e tecnologia com foco em inovações poupadoras de tempo de trabalho. Já pelo lado da demanda as medidas seriam de: A) Maior difusão de conceitos de educação financeira e economia doméstica via campanhas de comunicação social e valorização desses itens nos currículos dos programas de educação

⁴³ A referência ao caso do Alasca deve ser sempre tomada com cautela no debate devido às especificidades desse Estado de pequena população, com enormes reservas de petróleo e com autonomia garantida pelo federalismo norte americano para distribuir as rendas provenientes dos Royalties de Petróleo

⁴⁴ Na primeira versão desse projeto de Lei, o foco eram os cidadãos mais idosos. Essa característica foi mudada ainda nas primeiras rodadas de debate parlamentar. Para uma reconstrução analítica dessa discussão, ver Silva, 2014.

formal e B) Estímulo à desmercantilização de atividades e formas de cooperação que compõem a moderna divisão social do trabalho, com o objetivo de estimular mudanças de mentalidade e hábitos culturais ligados a padrões de consumo promovendo outras formas de satisfazer as várias necessidades sociais que não apenas pela relação de troca mercantil.

Quanto à questão do financiamento: cada umas das escolhas de política fiscal envolvem algum tipo de *trade-off* e, por essa razão, a melhor forma de encaminhá-las é pela deliberação coletiva de natureza democrática. Não há como escapar em decisões desse tipo à tomada de posições valorativas e ao estabelecimento de critérios sobre as necessidades que devem ser atendidas prioritariamente pelo orçamento público, o que, por sua vez, remete diretamente à escolha existencial sobre o tipo de sociedade em que queremos viver. Tão somente como aperitivo para essa discussão, que não cabe aprofundar aqui, considere-se por um instante os valores do gasto anual em 2016 com bolsa família (29 bilhões, aproximadamente 0,5% do PIB) e com o judiciário brasileiro (75 bilhões, 1,4% do PIB, sendo 89% desse valor destinado a custos de recursos humanos) (Conselho Nacional de Justiça, 2017). Ainda que não existam soluções mágicas, a questão sobre a viabilidade fiscal de um programa de renda básica universal é - e não tem como deixar de ser - uma questão de formação de vontade política. Como exposto por Guy Standing na sessão *A Basic Income for All: Dream or Delusion* do Fórum Econômico Mundial de Davos em 2017: também parecia não haver condições orçamentárias para salvar o sistema financeiro pós crise de 2008, o que, no entanto, de alguma forma, foi feito (World Economic Forum, 2017).

Renda Básica Universal como forma de reconhecimento

Toda a argumentação pró-renda básica universal até aqui desenvolvida nesse texto foi feita nos termos de um ideal restrito de justiça distributiva e tendo como pressuposto um modelo simplificado do conflito de interesses entre compradores e vendedores da mercadoria força de trabalho. Embora exercícios analíticos como esse que foi tentado tenham interesse como imaginação sociológica, os limites de seu alcance explicativo ficam evidentes na pobreza do relato que daí sobressai sobre a disputa política por um programa de renda básica universal, como se

esse processo de deliberação coletiva pudesse ser satisfatoriamente descrito como uma uma série de escaramuças retóricas entre reformistas, ideólogos da meritocracia e tecnocratas neoliberais.

Para um relato mais realista da luta política pelo direito a uma renda básica universal, seria preciso ampliar a noção de conflito distributivo para além da luta entre capital e trabalho, inserindo aí desigualdades (principalmente, mas não apenas) de raça e sexo/gênero. E, para além do conflito distributivo, seria preciso considerar também questões de reconhecimento moral, isto é aqueles problemas referentes à definição da identidade de si mesmas que as pessoas fazem ao estabelecerem relações umas com as outras. Seria desejável ainda algum nível de esclarecimento teórico sobre a natureza da ligação entre questões de justiça distributiva e de reconhecimento moral. Nesse sentido, a atual rodada de debates na teoria crítica é de particular interesse para uma definição reformista (forte ou revolucionária) do programa de renda básica universal.

A questão, tal como posta nos termos desse debate, é se os termos de justiça distributiva podem ser derivados dos de reconhecimento moral, como entende Axel Honneth (isto é, a má distribuição é causada por reconhecimento moral insuficiente), ou se ambos os princípios de justiça são co-fundamentais e, portanto, não redutíveis um ao outro, como indica Nancy Fraser (Silva, 2008, p. 94). Em termos de orientação estratégica para a ação política, esse dilema se traduz no desacordo sobre se as reivindicações de justiça devem ter por objetivo principal o estabelecimento de condições paritárias de decisão (Fraser) ou a auto realização prática de sujeitos capazes de auto respeito, autoestima e autoconfiança (Honneth) (Honneth e Fraser, 2003, p. 12).

Dentre as várias formas de arranjo possível entre as categorias de justiça para a orientação normativa e estratégica da ação política, um dos caminhos que parece mais promissores é aquele aberto pela escolha da *emancipação* como categoria capaz de atravessar as diversas lutas sociais e definir um horizonte ainda mais amplo do que o socialismo prometido pelo reformismo revolucionário:

(...) emancipação pode significar tanto a autonomia individual, no sentido das possibilidades que uma pessoa tem para desenvolver plenamente suas capacidades, como a autodeterminação de uma coletividade para se organizar autônoma e

cooperativamente de uma maneira condizente com a condição humana (Silva, *idem*, p. 140)

Além do mérito de versatilidade teórica, apontado por Josué Pereira da Silva, é possível pensar que o uso da categoria-síntese emancipação - sobretudo se essa for substituída por um sinônimo de uso mais comum, como libertação- pode ajudar na difusão e enraizamento da reivindicação por renda básica universal na vida política brasileira, facilitando sua capacidade de aproveitamento da memória histórica de outros momentos de luta por direitos e melhorando suas condições de diálogo com linhagens já estabelecidas de exercício prático da autonomia, como, por exemplo, os princípios do método Paulo Freire de alfabetização de adultos e da Teologia da Libertação.

Em termos práticos, a demanda por reconhecimento moral implícita na proposta de renda básica universal está na promoção de um entendimento mais substantivo de cidadania, seja como acesso a direitos para o auto-desenvolvimento (como em Honneth), seja de garantia de condições materiais de participação efetiva (como em Fraser), aproximando, assim, uma maior parte da população da realização efetiva de seu direito a ter direitos.

Conclusões

O esgotamento do arranjo político que manteve uma situação de vantagem relativa das condições de barganha dos trabalhadores até meados de 2014 foi interpretado nesse texto como indicativo dos limites das políticas de reformismo fraco (Singer) que se basearam em tentativas de estímulo ao investimento privado como meio de garantir a expansão dos níveis de emprego e renda. Nesse sentido, destacou-se o alto custo político e fiscal das políticas de incentivo ao capital privado (“Nova Matriz Econômica”) sem que os resultados esperados tivessem sido obtidos. A de renda básica universal foi aqui apresentada como alternativa possível às escolhas do reformismo fraco, destacando vantagens dessa política em termos de clareza programática, orientação estratégica para a ação e capacidade de convencimento para uma estratégia alternativa, seja ela de orientação reformista forte (Singer) ou reformista revolucionária (Gorz).

Para além do conflito distributivo entre compradores e vendedores da mercadoria força de trabalho, indicou-se também a necessidade de ancorar a reivindicação por renda básica universal em uma demanda mais ampla por reconhecimento moral, indicando-se, nesse sentido, a conveniência da categoria emancipação (ou libertação) articulador discursivo mais capaz de equilibrar as demandas de distribuição/reconhecimento e promover um diálogo mais fecundo com linhagens de prática da autonomia já estabelecidas na cultura política brasileira.

Referências bibliográficas

- ALVES, S. A e CORREA, A S. 2013 Um Conto de Três Hiatos: desemprego, utilização da capacidade instalada da indústria e produto. Trabalhos para Discussão – Banco Central do Brasil, n 339: p. 1-42.
- ANTUNES, R. 2005. Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1 ed. São Paulo, Boitempo.
- Basic Income Earth Network (BIEN). 2017. Current basic income experiments (and those so called): na overview. Disponível em <https://basicincome.org/news/2017/05/basic-income-experiments-and-those-so-called-early-2017-updates/>. Acessado em 28/05/2018
- BARROS, C. R.. 2012. O Estilo Dilma na hora H. Revista Piauí. Disponível em <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-estilo-dilma-na-hora-h/>. Acessado em 28/05/2018
- CASTEL, R.. 2007 Au-delà du salariat ou en deçà de l'emploi : L'institutionnalisation du précarier. In PAUGAM, S. (Org) Repenser la solidarité. Paris, Presses Universitaires de France, p. 415-43.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. 2017. Despesa com o judiciário cresce, mas o custo por habitante cai em 2016. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85362-despesa-do-judiciario-cresce-mas-o-custo-por-habitante-cai-em-2016>. Acessado em 28/05/2018
- DIEESE. 2016 Balanço das negociações dos reajustes salariais de 2015. Estudos e Pesquisas, n 83: 1-23.

ESTADO DE SÃO PAULO. 2015. Benesses fiscais dobram no governo Dilma e passam de R\$ 400 bilhões. Disponível em

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/benesses-fiscais-dobram-no-governo-dilma-e-passam-de-r-400-bilhoes,10000003973>. Acessado em 28/05/2018

FOLHA DE SÃO PAULO. 2015. Dilma deu R\$ 458 Bilhões em desonerações. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1678317-dilma-deu-r-458-bilhoes-em-desoneracoes.shtml>. Acessado em 28/05/2018

FRASER, N e HONNETH, A. 2003. Redistribution or Recognition?: A political-philosophical Exchange. 1 ed. London, Nova York, Verso, 276 p.

FRIEDMAN, M. 1977. Capitalismo e liberdade. [S.I], Artenova, 172 p.

GORZ A. 2004. Misérias do presente, riqueza do possível. 1 ed. São Paulo, Anablume.

GLOBONEWS. 2014. Guido Mantega e Arminio Fraga debatem no GloboNews Miriam Leitão. Disponível em

<http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2014/10/guido-mantega-e-arminio-fraga-debatem-no-globonews-miriam-leitao.html>. Acesso em 28/08/2018

HADDAD, F. 2017. (Des)ilusões liberais. FHC, Lula e a ficção histórica de Marcos Lisboa.

Disponível em <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/desilusoes-liberais/>. Acesso em 28/08/2018

IBRE/FGV. 2018. Um ano de blog do IBRE: Os artigos mais lidos. Disponível em

<http://blogdoibre.fgv.br/posts/um-ano-de-blog-do-ibre-os-artigos-mais-lidos>. Acesso em 28/08/2018

IPEA. 2012. A década inclusiva (2001 a 2011): Desigualdade, pobreza e políticas de renda.

Comunicados do IPEA, n 155: p. 1-44.

_____. 2017 Metodologia de cálculo do indicador IPEA Mensal de FBCF. Disponível em

<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2017/11/17/metodologia-de-calculo-do-indicador-ipea-mensal-de-fbcf/>. Acesso em 28/08/2018

LISBOA, M. 2017. Outra História. Uma resposta a Fernando Haddad. Revista Piauí. Disponível

em <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/outra-historia/>. Acesso em 28/08/2018

MANTEGA, G. 2012. O Primeiro ano da nova matriz econômica. Valor Econômico. Disponível em <http://www.valor.com.br/brasil/2945092/o-primeiro-ano-da-nova-matriz-economica>. Acesso em 28/08/2018

MARX, K. 2013. O Capital. Crítica da economia política. 1 ed. São Paulo, Boitempo, 894 p.

MARTINS, J. S. O cativo da terra. Nova edição revista e ampliada. São Paulo, Contexto, 2010.

PESSÔA, S. 2017. Uma história de dois planos Marshall. Folha de São Paulo. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2017/05/1883849-uma-historia-de-dois-planos-marshall.shtml>. Acesso em 28/08/2018

PIKETTY, T. 2014. O Capital no século XXI. 1 Edição, Rio de Janeiro, Intrínseca, 669 p.

SILVA, J P. 2008. Trabalho, cidadania e reconhecimento. 1ed São Paulo, Anablume, 165 p.

_____. 2014 Por que renda básica? 1 ed, São Paulo, Anablume, 194 pg

SINGER, A. 2012. Os Sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. 1. Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 276 p.

_____. 2015. Cutucando onças com varas curtas. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos*, v.102, jul. p 39-67.

SUPLICY, E. M. 2013. Renda de Cidadania. A saída é pela porta. 7. Ed, São Paulo, Cortez.,463 p.

VALOR ECONÔMICO. 2017. Renda básica no país custaria 4,6% do PIB e reduziria pobreza em 11,6%, diz FMI. Disponível em

<http://www.valor.com.br/brasil/5166768/renda-basica-no-pais-custaria-46-do-pib-e-reduziria-pobreza-em-116-pontos-diz-fmi>. Acesso em 28/08/2018.

WORLD ECONOMIC FORUM. 2017 A Basic Income for All: Dream or Dellusion. Disponível em

<https://www.weforum.org/events/world-economic-forum-annual-meeting-2017/sessions/a-basic-income-for-all-dream-or-delusion>. Acesso em 28/08/2018

A APROPRIAÇÃO DO SABER E O ARBITRÁRIO SOCIAL EM PIERRE BOURDIEU

HE APPROPRIATION OF KNOWLEDGE AND THE SOCIAL ARBITRATION IN PIERRE BOURDIEU

Noádia Munhoz Pereira⁴⁵
noadia.pereira@ufu.br

Resumo

A particularidade do capital cultural legitima a natureza do campo científico ao introduzir a classe dominante no campo da luta de classes. A dispersão espacial e temporal do trabalho fragmenta as esferas da vida social e conseqüentemente a produção do conhecimento desde a Revolução de Copérnico. Neste sentido, faz-se necessário problematizar o que justifica as diferenciações de simbologias de um campo, como, por exemplo, o sistema de classificação de um campo arbitrário em que se denota a exclusão, a exploração, a hierarquia e a segmentação de um arbitrário social. O paradoxo do capital científico difundiu o status da ciência competente mundializada e fragilizou a força geradora do conhecimento científico e principalmente da identidade docente. Portanto, a perda do sentido laboral conduz para a formação de novas características nas relações de trabalho ao evidenciar a radicalização da profissionalização da docência e a uniformização da identidade docente.

Palavras chave: capital cultural; arbitrário social; identidade docente.

Resumen

La particularidad del capital cultural legitima la naturaleza del campo científico al introducir la clase dominante en el campo de la lucha de clases. La dispersión espacial y temporal del trabajo fragmenta las esferas de la vida social y conseqüentemente la producción del conocimiento desde la Revolución de Copérnico. En este sentido, se hace necesario problematizar lo que justifica las diferenciaciones de simbologías de un campo, como, por ejemplo, el sistema de clasificación de un campo arbitrario en el que se

⁴⁵ Pós-doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e membro integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Sociedade GPTES/UFU. Doutora pela mesma instituição.

denota la exclusión, la explotación, la jerarquía y la segmentación de un arbitrario social. La paradoja del capital científico difundió el estatus de la ciencia competente mundializada y fragilizó la fuerza generadora del conocimiento científico y principalmente de la identidad docente. Por lo tanto, la pérdida del sentido laboral conduce a la formación de nuevas características en las relaciones de trabajo al evidenciar la radicalización de la profesionalización de la docencia y la uniformidad de la identidad docente.

Palabras clave: capital cultural; arbitrarios sociales; identidad docente.

A APROPRIAÇÃO DO SABER E O ARBITRÁRIO SOCIAL EM PIERRE BOURDIEU

A sociedade do conhecimento transformou a ciência do século XXI em força produtiva, o conhecimento e a informação passaram a compor o próprio capital o qual depende disso para a sua acumulação e reprodução.

Segundo a lógica da mundialização do capital científico repousa a condição oposta de defesa de uma verdade científica, mas ao mesmo tempo impõe uma definição de ciência, que deve ser capaz de problematizar, impor métodos, e teorias que podem ser considerados científicos. A sociologia da ciência ocupa o lugar nesse jogo pela busca da competência científica, entretanto privilegia alguns interesses em detrimento de outros, as inclinações preenchem com satisfação o que podemos chamar de interesses dos dominantes de um determinado campo científico⁴⁶ no campo da luta de classes.

Na modernidade os diferentes tipos de pesquisa e trabalho científico colaboram para a maximização do lucro científico para obtenção de reconhecimento, métodos são empregados para verificar de imediato os resultados os quais a sociedade capitalista deve essencialmente produzir de posse de sua maior autonomia de campo científico, sendo que, seus méritos são

⁴⁶ A lógica segundo a qual a ciência engendra seus próprios problemas e, uma análise externa, que relacionaria esses problemas às condições sociais de seu aparecimento; e o campo científico, enquanto lugar de luta política pela dominação científica, que designa a cada pesquisador, em função da posição que ele ocupa, seus problemas, indissociavelmente políticos e científicos, e seus métodos, estratégias científicas que, pelo fato de se definirem expressa ou objetivamente pela referência ao sistema de posições políticas e científicas, constitutivas do campo científico, são ao mesmo tempo estratégias políticas. (BOURDIEU, 1976, p.5)

avaliados de acordo com a reputação, o prestígio, a autoridade e a competência, assim, cabem aos dominantes definirem sua ciência segundo a eficiência que sua legitimidade lhe confere ao ter, ser e fazer de sua eficácia normativa. A particularidade do capital legitima a natureza do campo científico ao introduzir a classe dominante no campo da luta de classes. A dispersão espacial e temporal do trabalho na modernidade fragmenta as esferas da vida social e conseqüentemente a produção do conhecimento.

A crise como um todo do sistema capitalista é condicionada às tensões e efeitos de cunho econômico mundial e em permanente contradição. Quando a crise se agudiza ela se espalha ameaçando não apenas a organização produtiva e a divisão do trabalho, mas a própria reprodução do capital. É nesse ponto de análise do autor que pode-se inferir que a continuidade da reprodução da crise substitui os modos de produção e maximiza a produção do lucro. Essa dialética da crise do capital reproduz sob a barbárie a produção da ciência e tecnologia.

Para Dowbor (1981) as crises têm raiz no sistema injusto de distribuição da renda no quadro do capitalismo, a passagem de contradições capitalistas para a área internacional aprofunda a crise e a divisão internacional do trabalho, como se reproduzem os lucros e salários dentro da atual economia capitalista mundial é o ponto nevrálgico da mobilidade imperfeita do capital.

Dentro ou fora do campo científico, sob certas condições de expropriação, a própria lógica do campo na medida em que serve aos interesses dos dominantes comete o arbitrário, o desfavorável, o interesse privado em favor do progresso da ciência, mas não tão obstante esse *arbitrário social*⁴⁷ não deixa de revelar os reais interesses da mundialização do capital científico, pois se universaliza o interesse antes desinteressado da ciência social. O produto científico

⁴⁷ Dependendo do grau de autonomia do campo com relação às determinações externas, é maior a parte de arbitrário social englobada ao sistema de pressupostos constitutivos do campo considerado. Isto significa que, no espaço abstrato da teoria, qualquer campo científico – o das ciências sociais ou da matemática, hoje, ou o da alquimia ou da astronomia matemática do tempo de Copérnico – pode estar situado em algum ponto entre os dois limites representados, de um lado pelo campo religioso (ou o campo da produção literária), no qual a verdade oficial nada mais é do que a imposição legítima (isto é, arbitrária, e não reconhecida enquanto tal) de um arbitrário cultural exprimindo o interesse específico dos dominantes – dentro do campo e fora dele – e, de outro lado, por um campo científico que baniria qualquer elemento arbitrário (ou de não-pensado) social e onde os mecanismos sociais realizariam a imposição necessária das normas universais da razão. (BOURDIEU 1976, p.26)

transforma-se em agente de combate e dominação frente aos seus concorrentes, os quais, o avaliam e o colocam inseridos em determinado padrão de qualidade conferida intencionalmente para a apropriação e acumulação desse mesmo capital científico. Os instrumentos de apropriação são fortemente sentidos pelos mecanismos institucionais de estruturação curricular e suas matrizes de estratégia de ação, política e transformação social.

Segundo esse viés e na perspectiva da apropriação do saber socialmente desinteressado o veículo de disseminação da ciência não deve procurar os entendimentos do capital científico hoje contaminado⁴⁸ pelas incertezas do universo de interesses econômicos em disputa no sistema capitalista.

Para Sérgio Miceli, Bourdieu (2007) deixa claro em sua obra que a legitimação de uma sociedade depende da percepção dos mecanismos sociais que lhe são impostos e das circunstâncias em que são apresentados. Vejamos. O trajeto de Bourdieu visa aliar o conhecimento da organização interna do campo simbólico - cuja eficácia reside justamente na possibilidade de ordenar o mundo natural e social através de discursos, mensagens e representações, que não passam de alegorias que simulam a estrutura real de relações sociais – a uma percepção de sua função ideológica e política e legitimar uma ordem arbitrária em que se funda o sistema de dominação vigente. (MICELI, 2007, p.14)

A sociedade capitalista e sua complexa divisão do trabalho diz respeito às formas nas quais a sociedade se subdivide em classes e, portanto, formulam-se as posições, os sistemas de condições e concepções de classe. A seguir vejamos a explicação do autor para tal situação:

Levar a sério a noção de estrutura social supõe que cada classe social pelo fato de ocupar uma posição numa estrutura social historicamente definida e por ser afetada pelas relações que à unem às outras partes constitutivas da estrutura, possui propriedades de posição relativamente

⁴⁸ Significa que: a universidade abandona a formação e a pesquisa para lançar-se na fragmentação competitiva. Mas porque ela o faz? Porque está privatizada e a maior parte de suas pesquisas é determinada pelas exigências de mercado, imposta pelos financiadores. Isso significa que a universidade pública produz um conhecimento destinado à apropriação privada. Essa apropriação, aliás é inseparável da mudança profunda sofrida pelas ciências em sua relação com a prática. (CHAUÍ 2003, p.24)

independentes de propriedade intrínsecas como por exemplo um certo tipo de prática profissional ou de condição materiais de existência. (BOURDIEU 2007, p. 34)

Esse sistema vigente informa e justifica as diferenciações de simbologias de um campo, como, por exemplo, o sistema de classificação de um campo arbitrário em que se denota a exclusão, a exploração, a hierarquia e a segmentação de um arbitrário social. Quando o conhecimento estabelece essas relações simbólicas, ideológicas e políticas em favor dos interesses dominantes a concepção do árbitrio social comete o desfavorável que é a impossibilidade de ordenar o conhecimento aproximando do sistema de ensino e de demonstração da subdivisão das classes.

A palavra derivada de capitalismo, isto é, capital⁴⁹, mundializou-se por um elenco de motivos que oscilam pela importância de medir os avanços e transformações na economia e outrora por novas caracterizações de dominação de uma economia que desponta em nível mundial. Ao mensurar o alcance de influência desse capital estamos afirmando sua colocação, papel, demanda, competitividade, adequação, potência, enfim, sua dominação mundial. Assim, o conceito de economia mundial, ou mundializada, é definido pelo sistema de relações de produção e de relações de troca que abrangem o mundo todo e suas posteriores implicações conceituais tais como, de capital financeiro, monopólios, multinacionais, internacionalização, transnacionalização, superprodução, divisão do trabalho, modo de produção, barbárie, irracionalismo, concentração/centralização, divisão internacional do trabalho⁵⁰, dentre outros fenômenos da

⁴⁹ O conceito da expressão é: —o capital, como uma gigantesca força social de incidência mundial – no contexto do qual nem mesmo mais o produto é livre para produzir o que quer – assume em definitivo uma dimensão institucional que extrapola o controle dos agentes individuais (capitalistas, cidadãos ou nações) e se impõe sobre os mesmos como uma força autônoma, um fetiche, enfrentando a sociedade e o mundo como — coisal, como —sistemat. Vive-se o domínio da riqueza concentrada em mãos do capital centralizado, da propriedade privada do mundo pelo grande capital, do capital social como um gigantesca —cia Ltdall, da consolidação universal do industrialismo; mas também das crises globais, da —epidemiasll de super-produção e do subconsumo, do desemprego estrutural, da massificação da miséria, da fome e da violência. Enfim, da subordinação barbarizada de todo trabalho humano, em todo o globo – de todas as raças, credos e nações – a um mesmo e único senhorll. (MELLO 2000, p.143)

⁵⁰ A linha de produção agora se move não mais por meio de hangares gigantes situados num único e simples terreno, mas através do globo. (MELLO, 2015, p.42 apud HOBBSBAWN, 1995, p. 280).

expansão do capital de mercado mundial. (CHESNAIS, 1996, p.40-81) e (MELLO, 2000, p.116-124)

Haja vista, essa dominação político-social do capitalismo começa a tornar-se mais crítica nos tempos atuais, por isso, é prudente conceituar com mais cautela o termo mercado. O termo mercado é a palavra que serve hoje para designar pudicamente a propriedade privada dos meios de produção; a posse de ativos patrimoniais que comandam a apropriação sobre uma grande escala de riquezas criadas por outrem; uma economia explicitamente orientada para os objetivos únicos de rentabilidade e de competitividade e nas quais somente as demandas monetárias solventes são reconhecidas. (CHESNAIS 2000, p.7)

Ao pesquisar o movimento do capital mundializado notamos que qualquer que tenha sido sua definição de abrangência do ponto de vista geográfico⁵¹ o fator, determinante reside no conceito de capital científico aplicado a modalidade educacional, de modo que, a capacidade de investir e desinvestir, a capacidade de valorizar ou não, lucrar, comprometer, atribuir, formar, intervêm sobremaneira na produção e valorização da ciência.

A natureza econômica do trabalho pela ciência fora comprometida pela lógica do universo da economia que assume aqui duplo sentido, ou seja, o ganho político e/ou o ganho econômico⁵². O comprometimento reside em passar por cima das questões sociais que engendram as questões fundamentais das relações transnacionais, à multiplicação das inovações, o espaço cibernético, a transposição de barreiras geográficas, a criação de novos espaços, a

⁵¹ A geografia do capitalismo é cada vez mais autoproduzida, novos espaços e relações espaciais estão sendo veiculados constantemente sendo que os capitalistas e os processos de acumulação do capital têm um papel ativo na alteração dessa configuração. As mudanças ambientais de longo prazo provocadas pela ação humana trazem danos e espalham resíduos tóxicos para todas as formas de vida. O panorama mundial de crise atingiu até mesmo os ‘brotos verdes’ de recuperação econômica da Ásia oriental. O alto fluxo migratório é oscilante e a população varia de um lugar para o outro, assim como, o capital, que é caracterizado em pleno século XXI de capital flutuante. (HARVEY, 2011, p.117-150).

⁵² ... o fetichismo inerente à mercadoria e ao dinheiro parece ter sido contido durante algumas décadas com a ajuda das instituições sociais e políticas que comprimiram o capital em um quadro nacional, a mundialização do capital apresenta-se como sendo o quadro onde a relação social dos produtores no conjunto do processo do trabalho aparece mais uma vez e com uma força renovada como uma relação social externa a eles, uma relação entre objetos. (CHESNAIS 2000, p.9)

ampliação do lucro, a racionalização da produção, a adaptação dos comportamentos às novas circunstâncias, o empreendedorismo, as microempresas, o crescimento do mercado informal, o fluxo do capital rentável, o ócio, o individualismo exacerbado, o consumismo, o incentivo ao entretenimento, o apego a futilidades, são apenas algumas características da natureza econômica do trabalho segundo o ponto de vista da mundialização do capital científico.

Para participar desse mercado efêmero, a literatura, por exemplo, abandona o romance pelo conto, os intelectuais abandonam o livro pelo paper, o cinema é vencido pelo videoclipe ou pelas grandes montagens com ‘efeitos especiais’. Para a ideologia pós-moderna, a razão, a verdade e a história são mitos totalitários; o espaço e o tempo são sucessão efêmera e volátil de imagens velozes e a compressão dos lugares e instantes na irrealidade virtual, que apaga todo o contato com o espaço-temporal enquanto estrutura do mundo; a subjetividade não é a reflexão, mas a intimidade narcísica, e a objetividade não é conhecimento do que é exterior e diverso do sujeito, e sim um conjunto de estratégias montadas sobre jogos de linguagem, que representam jogos de pensamento. A história do saber aparece como troca periódica de jogos de linguagem e de pensamento, isto é, como invenção e abandono de paradigmas, sem que o conhecimento jamais toque a própria realidade. (CHAUI 2003, p.11)

A mundialização geograficamente volátil cria relações sociais e sistemas de produção marcados por rearranjos políticos distintos no que diz respeito a maneiras de viver e suas sociabilidades, no entanto, a situação da classe trabalhadora basicamente fica reduzida a espaços evolutivos estressantes e conflituosos o que em nada contribui para a qualidade estrutural da sociedade como um todo. Chamo a atenção principalmente para o âmbito do trabalho educacional, especificamente produto da ciência, o qual fica a margem, sujeito a uma sociabilidade educacional periférica reduzida a espaços tensos e contraditórios de relações de poder entre a política e a economia.

Efetivamente, a força da ideologia neoliberal se apoia em uma espécie de neodarwinismo social: são —os melhores e os mais brilhantes!, como se diz em Harvard, que triunfam. Por trás da visão mundialista da internacional dos dominantes, há uma *filosofia da competência*, segundo a qual são os

mais competentes que governam, e que têm trabalho, o que implica que aqueles que não têm trabalho não são competentes. (...) Para o sofrimento social, contribui em grande medida a miséria do desempenho escolar que não determina apenas os destinos sociais, mas também a imagem que as pessoas fazem desse destino. (...) Porque se passou do intelectual engajado ao intelectual descolado? Em parte porque os intelectuais são detentores de capital cultural e porque, mesmo que sejam dominados pelos dominantes, fazem parte dos dominantes. É um dos fundamentos de sua ambivalência, de seu tímido engajamento nas lutas. Eles participam confusamente dessa ideologia da competência. (BOURDIEU, 1998 p 35 grifos).

A esse processo educacional destacamos que a função da ideologia consiste em pensar o que devemos pensar e como devemos pensar o que devemos e como devemos valorizar sentir, fazer, enfim, a ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações, idéias, valores e condutas e dissemina para toda a sociedade as ideias e os valores da classe dominante que por sua vez, são tomadas como universais para todas as classes sociais. A educação não deve, portanto, ocultar a divisão social das classes e nem legitimar o discurso competente, pois se assim o fizer irá contribuir para exigências e demandas das organizações empresariais, isto é, do capital, configurando o que podemos denominar de o empresariamento da educação. Vejamos:

Se reunirmos o discurso competente da organização e o discurso competente dos especialistas, veremos que estão construídos para assegurar dois aspectos hoje indissociáveis no modo de produção capitalista: o discurso da organização afirma que só existe racionalidade nas leis do mercado; o discurso do especialista afirma que só há felicidade na competição e no sucesso de quem a vence. Na medida em que essa ideologia está fundada na desigualdade entre os que possuem e os que não possuem o saber técnico-científico, este se torna o lugar preferencial da competição entre indivíduos e do sucesso de alguns deles contra os demais. Isso se manifesta não só na busca do diploma universitário a qualquer custo, mas também na nova forma assumida pela universidade como organização destinada não só a fornecer diplomas, mas também a realizar suas pesquisas segundo as exigências e demandas das organizações empresariais, isto é, do capital.

Dessa maneira, a universidade alimenta a ideologia da competência e despoja-se de suas principais atividades: a formação crítica e a pesquisa. (CHAUÍ, 2014, p.58)

O capitalismo tornou a ciência uma força produtiva e mais um agente de acumulação do capital, sendo que, os cientistas e pesquisadores tornaram-se fragmentos econômicos e força geradora do conhecimento e da informação diretamente convertida em matéria-prima no setor de serviços e prestação de serviços educacionais. Como consequência tem-se a desvalorização das classes sociais, o aumento da pobreza, a dispersão da comunidade científica, aceleração da qualificação, desqualificação de mão-de-obra, proliferação do setor de serviços, desregulamentação econômica e formação de monopólios financeiros mundiais.

O esboço dessa realidade determina traços importantes para as instituições universitárias que se veem corrompidas pela aceleração do espaço-tempo do capital financeiro. Haja vista que a conhecida universidade operacional⁵³ se esmera em adestrar a rápida transmissão do conhecimento em que desaparece a formação crítico reflexiva e a pesquisa é reduzida a meios estratégicos e a fins específicos e limitantes, modifica-se o anseio pela pesquisa investigativa,

⁵³ É aquela universidade regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e a formação intelectual, está pulverizada em micro organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. A heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento insano de horas/aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios etc. Nela a docência é entendida como transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para os estudantes, de preferência ricos em ilustrações e com duplicata em CD-ROM. O recrutamento dos professores é feito sem levar em considerações se dominam ou não o campo de conhecimentos de sua disciplina e as relações entre ela outras afins – o professor é contratado ou por ser um pesquisador promissor que se dedica a algo muito especializado, ou porque, não tendo vocação para a pesquisa, aceita ser escorçado e arrojado por contratos de trabalho temporários e precários-ou melhor _flexíveis_. A docência é pensada como habilitação para rápida para graduados, que precisam entrar rapidamente num mercado de trabalho do qual serão expulsos em poucos anos, pois se tornam, em pouco tempo, jovens obsoletos e descartáveis; ou como correia de transmissão entre pesquisadores e treino para novos pesquisadores. Transmissão e adestramento. Desapareceu, portanto, a marca essencial da docência: a formação (CHAUÍ 2003, p. 7).

interrogativa, crítica e destinada à transformação dos problemas e dificuldades em soluções criadoras.

Ao deixar a universidade de ser instituição na produção da pesquisa desenvolve-se a crise⁵⁴, são vários os tipos de crises, sobretudo nas universidades públicas dos países centrais, mostrando suas ambiguidades e contradições em seu perfil. Os elementos constitutivos da crise na universidade não são os mesmos elementos da crise do capitalismo, sendo assim, o que compõe as crises na universidade são as contradições entre a função social a ser desempenhada pela universidade versus as exigências político-econômicas da sociedade capitalista.

Nos últimos dez anos aprofundou-se a descapitalização das universidades públicas brasileiras. Para Santos & Almeida Filho (2008) tal fato ocasiona a indução de uma crise financeira estrutural devido a perda de prioridade da universidade pública em ser bem público gerido pelo Estado. Suas debilidades são apresentadas, sobretudo na desestruturação de recursos humanos do quadro de acumulação primitiva transferindo para o setor privado, assumindo funções de natureza lucrativa, optam esses professores universitários a migrarem precocemente para uma universidade privada.

Os autores chamam a atenção para dois fatores marcantes das ambiguidades e contradições no perfil da universidade pública brasileira, que são: a) o desinvestimento do Estado na universidade pública e b) a globalização mercantil da universidade¹⁴. Assim, o capital científico é mundializado pelo simples fato de acentuar as contradições do

⁵⁴ As crises resultam de contradições do desenvolvimento do capitalismo e são inúmeros os fatores de indução da crise, para Santos (2008) as crises podem ser de hegemonia, de legitimidade e institucional. A primeira crise desenvolve-se pela incapacidade da universidade em desempenhar cabalmente funções contraditórias por meio do Estado versus agentes econômicos sendo levada a procurar fora da universidade meios alternativos de atingir seus objetivos, assim, ela deixa de ser a ‘única’ instituição no domínio do ensino superior e na produção da pesquisa aí então entra em crise de hegemonia. A crise de legitimidade é provocada pelo fato de a universidade ter deixado de ser uma instituição consensual em face da contradição entre a hierarquização dos saberes especializados através das restrições de acesso e da credenciação das competências, por um lado, e as exigências sociais e políticas da democratização da universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidades para os filhos das classes populares, por outro. Por último, a crise institucional resulta da contradição entre a reivindicação da autonomia na definição de valores e objetivos da universidade e a pressão crescente para submeter esta última a critérios de eficácia e produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social. (p.14)

capital, que são por sua vez, caracterizadas por crises específicas na universidade pública, na difusão da pesquisa, no status da ciência e principalmente por aprofundar as ambiguidades em seu perfil organizacional e institucional nos últimos dez anos. Portanto a mundialização do capital cultural descaracteriza o sentido público da universidade e produz nefastos percalços a propagação da ciência ao contar com o prestígio da sua relevância para a sociedade.

Sem dúvida a globalização da ciência transforma o desempenho da economia atual transforma os velhos e novos problemas da flexibilidade do mercado de trabalho que agora se tornou novos problemas o qual a convenção permite denominar de rigidez dos salários reais ou do mercado de trabalho. A crise do sistema monetário internacional pós-segunda guerra mundial somada à crise do petróleo consolida um novo monopólio e por outro lado o aprofundamento da miséria. A educação encontra-se concentrada e estática nesse processo de intensas transformações, a instituição educativa amorfa, mofa, sucumbe frente às determinações de falta de condições, cabe a ela num primeiro momento apresentar as possibilidades e converter as dificuldades em passos para uma nova caminhada. A globalização da ciência percorre esse caminho carregando profundas marcas desses antagonismos entre o trabalho desumanizante e a educação limitante.

Sabemos dos malefícios ao conhecimento teórico científico e ao modismo de forte apelo a praticidade, encerra-se na crítica ao pragmatismo exacerbado de utensílios, vestuários e armamentos adotados por longas décadas ao universo educacional. A universidade amplifica esse viés operando os limites e possibilidades frente ao surgimento do automatismo da inteligência artificial, trazendo para reflexão as alterações paradigmáticas na concepção do conhecimento científico. Um modelo definido pela ciência e que é universal, ou seja, considerado um saber que serve de paradigma para todas as outras ciências. Esse é o papel da universidade em sua função dialética de intervenção ao chamado esclarecedor do colapso da modernização.

O tempo e o espaço do mundo virtual é atemporal, sensorial e invisível. Quando falamos de reforma educacional, abrigamos administração pública, os serviços sociais em negligência, a

qualificação dos dirigentes políticos e nós onde nos inserimos? Somos agentes de uma profissão munida de grito ou identificada pelo ‘silêncio dos intelectuais’. O paradoxo educacional midiático é resultado do silenciamento mencionado em perguntas invasivas ou respostas fora de contexto. O rádio, o cinema e a televisão fomentam esse silêncio com grande inventividade e muitas das vezes distante do real.

A relação estabelecida e a sua intersubjetividade se esclarecem quando da relação didático-pedagógica entre aluno e professor. O processo de ensino e aprendizagem conduz uma reflexão contextual sobre as epistemologias docentes, aprofundando um processo de autoconhecimento e de partilha sobre a condição universitária. Iniciamos uma análise geral sobre as mudanças nas universidades, deixando uma interrogação crítica sobre a inércia da pedagogia. Concluimos, pois com um apontamento sobre a importância dos professores e a necessidade de trazer a pedagogia para o centro do debate universitário, criando as condições para que a profissão se exerça num quadro de grande liberdade acadêmica entre as licenciaturas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre (1930-2002). *A miséria do mundo*. Com contribuições de A. Accardo. [et.al]. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BOURDIEU, Pierre (1930-2002). *A economia das trocas simbólicas*. Tradução Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007. (Coleção estudos; 20/ dirigida por J. Guinsburg).
- BOURDIEU, Pierre (1930-2002). *Coisas ditas*. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Maria Alice Nogueira & Afrânio Catani (orgs). 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. (Coleção Ciências Sociais da educação)
- BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. Les Editions de Minuit, 1ª edição. Paris, 1961.
- BOURDIEU, Pierre. *Lições de aula*. Tradução: Égon de Oliveira Rangel. 2ª edição, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. (1930) *Meditações pascalinas* Tradução Sérgio miceli. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2001 (324p)

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Editora Bertrand Brasil S.A, 1989. 299p.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução de Denice Barbara Catani. Editora UNESP. São Paulo. 1ª edição, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *Para uma sociologia da ciência*. Edições 70 Editions Raisons d'Agir, 2001. Tradução: Pedro Elói Duarde, 2004. 159p.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9ª edição. Papirus Editora. Tradução Mariza Correa. 2008. (223p)
- BOURDIEU, Pierre. (1930) *Sociologia*. Renato Ortiz (orgs). Tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)
- BOURDIEU, Pierre. (1930-2002) *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. / Pierre Bourdieu, Jean-Claude Passeron (orgs): tradução e Reynaldo Bairão; revisão de Pedro Benjamim Garcia e Ana Maria Baeta. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. / Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon, Jean-Claude Passeron; tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. *A ideologia da competência*. André Rocha (org). Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
- CHAUÍ, Marilena. *A universidade pública sob nova perspectiva*. In: Revista Brasileira de Educação, set-dez, n. 24. ANPED, São Paulo (pp. 5-15), 2003.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*; tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, François. *Mundialização: o capital financeiro no comando*. In: Revista o capital financeiro no comando. Out. (p.7-28), 2000.
- CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2007

DOWBOR, Ladislau. *Introdução teórica a crise: salários e lucros na divisão internacional do trabalho*. Unicamp: centro de documentação. Instituto de Economia, Editora Brasiliense, 1981

HARVEY, David. *O enigma do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MELLO, Alex Fiuza de. Teorias do neo-imperialismo: raízes da teoria marxista do capitalismo mundial. In: *Revista Estudos de Sociologia*. 2015. Disponível em: <https://portaltrabalho.wordpress.com.br>.

[//portaltrabalho.wordpress.com.br](https://portaltrabalho.wordpress.com.br).

263

MELLO, Alex Fiuza de. *Capitalismo e mundialização em Marx*. São Paulo: Perspectiva: Belém: SECTAM – Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, 2000. (Debates:279)

MELLO, Alex Fiuza de; ALMEIDA FILHO, Naomar & RIBEIRO, Renato Janine. Por uma universidade socialmente relevante. In: *Revista 53ª Reunião Anual SBPC*. Salvador/Bahia, julho,2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa & ALMEIDA FILHO, Naomar. *A universidade no século XXI: para uma universidade nova*. Coimbra, outubro, 2008 [impresso]

A CORRESPONDÊNCIA DE MARX E ENGELS:

Apontamentos sobre o método.

Armando López Coll

Tradutor e comentarista: Claudio Antônio DiMauro⁵⁵

claudiodimauro@ufu.br

Quando fiz minha primeira viagem à Cuba, em 1988, tive oportunidade de conhecer o País, antes do desmonte da União Soviética.

O debate teórico no País era intenso. Apesar do esforço para resolver seus problemas materiais, os cubanos sempre estavam envolvidos com sua formação intelectual. Na época Gorbachev tinha publicado o Peristróika e tive oportunidade de ver diversos cubanos lendo o livro, nos ônibus do Transporte Coletivo (Uaua)

O povo cubano reconhecia que as ações práticas deveriam estar fundamentadas em princípios metodológicos, capazes de orientar suas decisões.

O Livro do qual faço a tradução, certamente com muitas imperfeições, demonstra com toda clareza essa leitura que fiz de Havana, Matambre, Trinidad, Cienfuegos, Hanabanilla, Santa Clara, Pinar del Rio e Varadero, entre outros lugares que tive a satisfação de conhecer, naquela oportunidade. Depois, voltei mais duas vezes à Cuba. Em uma delas, por deferência da Universidade de Havana, recebi a medalha **ALMA MATER** em solenidade especial na Reitoria da Universidade, ocasião em que também foram homenageados outros geógrafos brasileiros, entre eles a Professora Doutora Silvana Maria Pintaudi, Professora Doutora Arlete Moysés Rodrigues e especialmente o Professor Doutor Milton Santos que recebeu um troféu.

Posteriormente fui designado como representante brasileiro da Sociedade Cubana de Geografia, por iniciativa de meu saudoso e querido Professor da Universidade de Havana Doutor José Manuel Mateo Rodriguez.

⁵⁵ Professor do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

A CORRESPONDÊNCIA DE MARX E ENGELS

Apontamentos sobre o Método

Autor: Armando López Coll - Coleção Economia.

*'Se tentarmos definir com uma só palavra o ponto focal, por assim dizer, de toda a correspondência, o ponto no qual convergem todas as idéias expressas e analisadas, nos socorreríamos da palavra dialética. A aplicação da dialética materialista à revisão de toda a Economia Política desde seus fundamentos - à história, às ciências naturais, à filosofia e à política e tática da classe obreira-, é o que, mais do que tudo, interessa à Marx e Engels; nisto buscam ambos o mais essencial e o mais novo, nisto consiste o passo genial à frente na história do desenvolvimento do pensamento revolucionário.'*⁵⁶

É necessário considerar que a polêmica em torno do marxismo se encontra com frequência nos problemas do método. Isto é indubitavelmente certo, já que o marxismo é, antes de tudo, um guia para a ação e não simplesmente um conjunto de ideias acabadas e intangíveis.

Se esquecermos disto *"...faremos do marxismo uma coisa unilateral, deformada, morta, lhe arrancamos sua alma viva, escondemos suas bases teóricas mais profundas: a dialética, a doutrina do desenvolvimento histórico, multilateral e pleno de contradições; quebrantamos sua ligação com as tarefas práticas determinadas da época que podem mudar com cada virada da história."*

O método marxista é dado pela dialética materialista que se constitui no núcleo central da doutrina marxista-leninista. Graças a ela - utilizada como guia na pesquisa e na ação revolucionária- que Marx pode elevar ao conhecimento das leis que regem o movimento da sociedade capitalista, trabalho culminado e exposto em O Capital. Com ele ficava comprovada a validade do método que posteriormente permitiria a Lenin completar a exposição do

⁵⁶ Vladimir I. Lenin: Correspondência entre Marx e Engels, in Obras Completas, t. 19, p. 548, Editorial Cartago, Buenos Aires.

desenvolvimento do capitalismo através de sua obra fundamental "***O imperialismo, fase superior do capitalismo***".⁵⁷

Não é por acaso que Lenin, em meio ao intenso trabalho exigido pela grande revolução de outubro, e imerso na luta que levava a cabo contra o oportunismo em todas suas manifestações, dedicou uma atenção relevante aos problemas do método, aos problemas da dialética materialista.

Assim, temos, Materialismo e Empiriocriticismo (1909) e os Cadernos Filosóficos (1914-1915), obras vinculadas com toda uma série de trabalhos escritos entre 1913 e 1914. Entre eles se destacam: Vicissitudes Históricas da Doutrina de Karl Marx, Três Fontes e Três Partes Integrantes do Marxismo, Karl Marx, etc. O denominador comum destes trabalhos, como dizíamos, é a importância que neles se reveste a dialética, que para Lenin tinha uma significação transcendente por muitas causas, entre elas sua incidência na preparação teórica e ideológica da classe trabalhadora, e, em especial, de seu Partido.

Estas idéias esboçadas nos parágrafos anteriores se encontram de modo explícito em um trabalho de excepcional importância e em diversas ocasiões tem sido considerado como seu legado filosófico⁵⁸, nos referimos a Significação do Materialismo Militante (1922). Nesta obra, Lenin afirma que:

"...sem uma sólida fundamentação filosófica nenhuma ciência natural nem materialismo algum poderiam suportar a luta contra o empuxe das idéias burguesas, contra a restauração de suas concepções. Para sustentar esta luta e levá-la a bom termo, o naturalista deve ser um materialista moderno, partidário consciente do materialismo representado por Marx, é dizer, um materialista dialético. Para obter este objetivo, os colaboradores da revista "Sob a Bandeira do Marxismo" devem organizar o estudo sistemático da dialética de Hegel do ponto de vista materialista, ou seja, da dialética que Marx aplicou também praticamente em sua obra o Capital e em seus trabalhos históricos e

⁵⁷ Vladimir I. Lenin: O imperialismo, fase superior do capitalismo, Editorial de Ciencias Sociales, Instituto Cubano del Libro, La Habana, 1973 (Nota do Autor)

⁵⁸ Bonifati Kredov: A dialética 'alma' do Marxismo, in Revista Ciencias Sociales, nº 3, pp. 114-126, Academia de Ciências da URSS, Moscou, 1972.

***políticos com tanto êxito, que na atualidade (...) cada dia no despertar para a vida de novos povos e novas classes se confirma cada vez mais o marxismo.*"⁵⁹**

A essência do marxismo se concentra no método, portanto, não é casual que a burguesia, em sua luta contra o marxismo, centre seus ataques no método.

Estes ataques se assentam, no geral, sobre uma pretendida 'objetividade' da qual os críticos burgueses se crêem donos. Com base na mesma, se acusa que a obra marxista é parcial, classista e que, portanto, está impregnada, viciada por juízos de valores apriorísticos, comprometidos e a serviço da classe trabalhadora. Não compreendem, ou não querem compreender, que também suas próprias idéias carecem de imparcialidade; que consciente ou inconscientemente as mesmas estão a serviço de sua classe e que este 'pecado original' que criticam no marxismo, também é compartilhado por eles⁶⁰. Mas com uma diferença radical, o pensamento social burguês é de apologia à natureza, pois sua missão é defender a ordem social vigente, e esta ordem social se baseia na exploração da maioria pela minoria. A missão deles não é descobrir a verdade, mas encobri-la melhor, a medida em que ela afeta seus interesses de classe.

O pensamento burguês se encontra impossibilitado de explicar a concatenação real da sociedade, porque se fizesse essa explicação deixaria de ser burguês.

O marxismo é classista, está à serviço da classe trabalhadora, mas esta diferença não está interessada em encobrir a verdade, necessita dela como razão para sua luta, pois ***"...os proletários não têm nada para perder além das suas cadeias. Têm, em contrapartida, um mundo para ganhar.*"⁶¹** Por essa razão o marxismo é científico e não cheio de apologias como é o pensamento burguês.

⁵⁹ Sob a Bandeira do Marxismo: Revista Mensal Filosófica e Economico-social, publicada em Moscou de 1922 a 1944

⁶⁰ Com relação a 'objetividade' nas crenças sociais, a economia inglesa Joan Robinson nos disse: "sem possibilidade de uma experimentação controlada, temos que basear-nos na interpretação da evidência, e toda interpretação supõe já um juízo (...) Quem nos disser que não tem pre-juízos, ou está buscando enganar-se a si próprio, ou está tentando enganar a todos nós." Joan Robinson: Filosofia Econômica, p.28, Edit. Gredos, Madrid, 1966.

⁶¹ Karl Marx e F. Engels: Manifesto do Partido Comunista, in Obras escolhidas em dois tomos. T.I, p. 50, Editorial Progresso, Moscou, 1971.

O método de Marx aparece emerso no conjunto de sua obra, na de Engels e na de Lenin. Nenhum dos três pensadores nos deixou uma obra dedicada ao Método, por isso seus princípios se encontram implícitos através da multifacetária criação que nos legaram, e em especial em O Capital. Com referência a isso, Lenin afirmava que se Marx não nos legou uma lógica, nos deixou a lógica de O Capital.

Não devemos estranhar, portanto, que depois de cinquenta anos, superada a conspiração do silêncio, a burguesia se debatia em luta franca e aberta contra o marxismo; no presente, a intensidade dessa luta perdeu um tanto de seu espaço, a atual atitude da "ciência" burguesa é muito mais sutil. Pretende – tendo em vista a impossibilidade de negá-lo – despojar o marxismo de sua "depreciável" ideologia, já que no mundo contemporâneo, eles nos dizem, não há lugar para as ideologias mas para a tecnologia. Para eles, o marxismo tem que ser castrado, despojado de seu método, privado de seu caráter revolucionário, deixando-lhe tão só, como uma mera construção tecnocrática.

Isto pretende separar, nas obras de Marx, o aspecto científico do pretendido aspecto ideológico. Como se essa quimera fosse possível, como se em Marx a ideologia não fosse ao mesmo tempo ciência e o inverso, como se a ciência não fosse ao mesmo tempo ideologia.

Como exemplo desta pretensão, entre muitas outras, citamos esta idéia de Schumpeter: ***"Afirmar que Marx, despojado de sua fraseologia, admite uma interpretação no sentido conservador, significa que pode ser considerado seriamente."*** Nesta idéia se pretende usar o termo fraseologia como sinônimo de método.

Se esquece que para Marx ***"...a ciência era uma força histórica motriz, uma força revolucionária. (...) Pois Marx era, antes de tudo, um revolucionário"***⁶². A ciência nele é um guia para ação, e por isso se concentra no método.

Nas linhas precedentes expusemos o tema que será abordado neste trabalho – o método de Marx, o materialismo dialético- assim como as motivações ideológicas que nos levam a

⁶² Frederico Engels: Discurso ante a tumba de Marx, in Karl Marx e Frederico Engels: Obras Escolhidas em dois tomos, t.I, p. 64, Edições em Línguas Estrangeiras, Moscou, 1970.

utilizá-lo. Isto pode ser resumido da seguinte maneira: consideramos de vital importância o esclarecimento do método, pois este é o núcleo central do marxismo e seu conhecimento é vital para que se possua uma **"...concepção do mundo integral, intransigente com todas as formas de superstição, com toda reação, com toda defesa da opressão burguesa"**⁶³. Esta concepção reveste-se de uma notável importância como guia e nos permite construir, organizada e planejadamente, nossa sociedade em meio do complicado labirinto das realidades cotidianas.

Também é conveniente prevenir ao leitor, com toda clareza, que o conhecimento dos princípios do método não lhe vai permitir por si mesmo a explicação da problemática social; o método é o guia geral para a investigação social, daí sua importância transcendental. Mas, o guia não pode substituir a própria investigação; se assim ocorrer, evidentemente não se chegará a nenhum resultado prático e, portanto, o método deixará de ser um guia para ser a ação e se converter em um conjunto de princípios perdidos. Engels se expressa com clareza quando afirma: **"O método materialista tem efeito contrário quando é utilizado não como um fio condutor na investigação histórica, mas como um molde acabado pelo qual se cortam e se recortam os fatos históricos."**⁶⁴

Apesar de que vamos nos ocupar do método, não o faremos com uma exposição extensiva do mesmo e tampouco pretendemos apresentar todas e cada uma das interrelações que lhe concernem; pensamos que um trabalho desta natureza não substituirá a profundidade alcançada pelo mesmo em O Capital, só para citar um exemplo.

Nos dedicamos a uma tarefa, muito mais modesta, de nos ocupar do método tal qual se nos apresenta na correspondência de Marx e Engels. Escolhemos intencionalmente a correspondência para tratar do método, portanto a escolha não é casual.

É precisamente através das correspondências que estão esclarecidos alguns aspectos importantes do método. É nas cartas que são expostos, de maneira transparente, os princípios do

⁶³ Vladimir I. Lenin: Três fontes e três partes integrantes do marxismo, em Obras Escolhidas em três tomos, t.I, p.64, Edições em Línguas Estrangeiras, Moscou, 1970.

⁶⁴ Carta de Engels a Paul Ernst em 5 de junho de 1870. Karl Marx e Frederico Engels: Sobre a literatura e a arte, p. 298, Editorial Arte e Literatura, Instituto Cubano do Livro, Havana, 1972.

materialismo histórico, princípios que não são tratados deste modo tão especial em suas obras, salvo em algumas brilhantes páginas, como na famosa Introdução a Crítica da Economia Política de 1859.

De outra parte, paradoxalmente, a riqueza contida na correspondência tem sido um filão relativamente pouco conhecido e utilizado nas pesquisas. Pela natureza da tarefa a que nos propusemos, o uso de citações será prolixo.

Isso tem seus inconvenientes do ponto de vista do ordenamento das idéias, mas as vezes nos oferece importantes vantagens: em primeiro lugar, reduz o risco das interpretações equivocadas e, em segundo lugar, apresenta a vantagem, expressa da seguinte maneira por Herman Dunker, o grande revolucionário e educador alemão: "*Uma frase de Marx, é, por regra geral, mil vezes mais importante e instrutiva que vinte frases sobre ele.*"⁶⁵.

A CORRESPONDÊNCIA

A correspondência de Marx e Engels é extraordinariamente extensa e variada⁶⁶. Centramos a análise da mesma a partir do período em que, segundo confessou o próprio Marx, tanto ele como Engels liquidaram suas consciências filosóficas anteriores⁶⁷ deixando para trás seus vestígios idealistas que enturvavam e se entremesclavam com as idéias que paulatinamente estavam se desenvolvendo para conformar a concepção materialista do porvir do mundo e da sociedade. Este processo de liquidação da consciência filosófica anterior, que havia começado de modo acelerado a pelo menos três anos, culmina, naquilo que é fundamental, no ano de 1845.

Nessa data, Marx, o fundamento "marxista", no desenvolvimento dialético de sua formação intelectual; havia deixado para trás a problemática antropológica, ética e histórica e já apresentava saltos importantes em seus Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844. Isto é ainda mais particular, depois de seu encontro com Engels, que havia publicado sua Crítica a Economia

⁶⁵ Karl Marx, Frederico Engels e Vladimir I. Lenin: Seleção de Textos, t. I, p. 17, Editorial de Ciências Sociais, Instituto Cubano do Livro, Havana, 1973.

⁶⁶ Esta correspondência compreende ao redor de três mil cartas.

⁶⁷ Ver Karl Marx: Contribuição a Crítica da Economia Política, pp.13-14, Editora Política, Havana, 1966.

Política, este "bocejo genial" que, conjuntamente com A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra (**Engels: A situação da Classe trabalhadora na Inglaterra, Editorial de Ciências Sociais, Instituto Cubano do Livro, Havana, 1974 -Nota do Autor-**), oferece ideias que criaram as bases para a formação da concepção do materialismo histórico e os fundamentos do socialismo científico. Portanto, a produção por caminhos independentes, mostrava um conjunto que comprovava a existência de identidade própria com resultados em cada um deles. Este encontro produzirá em breve uma obra básica de marxismo, que serviria de modo pragmático para o "esclarecimento de suas próprias idéias" e que, por falta de editor, se deixaria à "roedora crítica dos ratos". Nos referimos a Ideologia Alemã⁶⁸, obra que pode nos servir de fronteira - concebida não de modo metafísico- que assinala o começo de um marxismo maduro no qual é fundamental.

A correspondência selecionada como objeto de estudo é representativa do marxismo em seu conjunto, antes de tudo, pelo período abrangido, que é precisamente o da criação teórica ininterrupta, iniciada no ano de 1845 e que, prolongando-se por um período de cinquenta anos, ocuparia aos criadores do marxismo em torno da análise da "anatomia da sociedade civil". Este trabalho somente se interromperá com a morte. A de Marx ocorre em 1883 e a de Engels em 1895. Deste ano é a última carta analisada.

Sem deixar dúvidas, nesse período se concentra a aparição das obras fundamentais que conformam o marxismo como ciência. Dentro desse mesmo período, fixamos preferencialmente a atenção naquelas cartas que estão relacionadas de modo direto com problemas econômicos e que, portanto, se relacionam com a obra magna do marxismo: O Capital. Estas cartas são representativas, pois como nos afirma Lenin: **"...Onde a teoria de Marx encontra sua confirmação mais profunda, mais completa e mais detalhada, é em sua doutrina econômica."**⁶⁹ .

⁶⁸A ideologia Alemã foi redigida no transcurso de 1845.

⁶⁹ Vladimir I. Lenin: Karl Marx, em Obras Escolhidas em três Tomos, t. I, p. 36, edição citada.

Devemos assinalar, sem dúvida, que se O Capital é um livro de economia, não o é unilateralmente, já que em Marx o econômico sempre se apresenta em suas interrelações com o restante da problemática social. Conseqüentemente, na correspondência, apesar do tratamento de aspectos estritamente econômicos, encontramos a análise da interrelação do econômico com o não econômico, onde se dá a primazia ao primeiro fator sobre o segundo: e, além disso, se brindam importantes idéias e indicações sobre o método, aspecto no qual concentraremos nossa atenção.

Outra das fontes utilizadas no presente trabalho é a correspondência de Marx a Kugelmann (1862 - 1874), cronologicamente incluída no tempo, tomado como base para a análise. Estas cartas são muito importantes pois colocam de manifesto, em sua linguagem clara e direta, a opinião de Marx sobre múltiplos aspectos vitais de sua teoria e, portanto, de seu método.

Em Marx estas idéias estão indissolúvelmente ligadas à prática revolucionária, parte integrante e essencial de sua vida. Uma boa prova da conseqüências entre os conceitos teóricos e a prática revolucionária nos é oferecida pelo próprio final das relações entre ambos. Kugelmann, devido à sua posição pequeno-burguesa, e por fim vacilante, insistia reiteradamente a Marx que ele devia abandonar todo tipo de ocupação que não fosse a teórica. Precisamente sua ideologia pequeno-burguesa lhe faz escrever diante do feito transcendente da Comuna de Paris: ***"A insurreição parisiense atual me parece absolutamente errada. (...) No lugar de organizar-se cara a cara com o governo, de ganhar influência na administração das grandes cidades, provoca uma derrota mediante uma ditadura que é um verdadeiro atentado contra o país.(...) Se Paris se opõe à nação (é dizer aos camponeses), será inevitavelmente vencida pela massa camponesa."***⁷⁰.

Marx responde situando sua posição a respeito da Comuna e assinala com toda precisão o alcance revolucionário da mesma:

⁷⁰ Carta de Kugelmann a Marx em 5 de abril de 1871. Karl Marx: Cartas a Kugelmann, 1862 - 1874, p. 5, Editorial Avanzar, Buenos Aires, 1970.

***"Evidentemente seria demasiado cômodo fazer a história se pudéssemos entabular a luta somente quando existissem possibilidades infalivelmente favoráveis."*⁷¹ .**

A partir daí as relações entre ambos se debilitaram, até desaparecerem totalmente. Isso nos dá uma lição de conseqüência e nos assinala que a teoria não pode estar divorciada da prática revolucionária, sua razão de existir.

Na correspondência -é necessário assinalar-, indissolivelmente ligada com os aspectos teóricos, nos chegamos às vivências de Marx, homem revolucionário que vencendo todos os obstáculos navegava diretamente para sua meta, "sem consentir que a sociedade burguesa o convertesse em uma máquina de fazer dinheiro", consciente da importância de sua obra, de seu papel na emancipação da classe trabalhadora, e com isso, na emancipação do gênero humano.

O que assinalamos se manifesta com clareza neste magnífico fragmento: ***"...Então por que não haveria de contestá-lo? Durante esse período eu tinha um pé no sepulcro. Por conseguinte, havia que aproveitar cada instante em que podia trabalhar para terminar minha obra, aquela pela qual sacrifiquei minha saúde, felicidade e família. Espero que não seja necessário anexar nada à esta explicação. Eu dou risada das pessoas que se chamam a si mesmas de "práticas" e de sua prudência. Se desejarmos viver como uma besta, poderíamos voltar as costas aos tormentos da humanidade e não nos preocupar com mais nada além da própria pele. Mas, eu me consideraria realmente não prático se morresse sem terminar meu livro, pelo menos o manuscrito."*⁷².**

O MÉTODO NA CORRESPONDÊNCIA

O método marxista se assenta nas leis da dialética, descobertas e ao mesmo tempo mistificadas por Hegel.

Em várias passagens Marx nos faz conhecer seu projeto de expor em uma obra de modo sistemático, de forma positiva e sob o ponto de vista materialista os fundamentos da dialética.

⁷¹ Carta concluída em 17 de abril de 1871, Karl Marx, ob. cit., p. 144

⁷² Carta a S. Meyer em 30 de abril de 1867, Karl Marx e F. Engels: Cartas sobre O Capital, p. 123, Editora EDUMA, Barcelona, 1968.

Posteriormente expõe este desejo não realizado, da seguinte maneira: *"... No método de elaboração do tema há algo que me tem prestado um imenso serviço; por pura casualidade (para não dizer acidente), tinha voltado a usar a "Lógica de Hegel" (Freiligrath encontrou alguns livros de Hegel que haviam pertencido a Bakunin e me enviou como presente). Se alguma vez voltar a ter tempo para esse tipo de trabalho, me proporcionarei o grande prazer de fazer acessível, em dois ou três textos impressos, aos homens que têm um sentido comum, o fundo racional do método que Hegel descobriu e ao mesmo tempo mistificou"*⁷³.

Dez anos depois, reitera o mesmo conteúdo: *"...Quando retirar de cima de mim, a carga econômica, escreverei uma Dialética. As verdadeiras leis da dialética já se encontram em Hegel, ainda que de forma mística. É necessário livrá-las dessa forma..."*⁷⁴

Tomando como base a dialética hegeliana, onde se encontram os princípios de toda dialética, a tarefa de Marx e Engels consistiu em dar à esses princípios a base materialista de que careciam; por isso a dialética marxista é, em tudo e por tudo, radicalmente diferente da forma que aparecia em Hegel.

Sobre isso Marx pontuou: *"... sabemos muito bem que meu método de exposição não é o de Hegel, visto que sou materialista e Hegel idealista. A dialética de Hegel é a forma fundamental de toda a dialética, mas somente quando está despojada de sua forma mística, e isso é precisamente o que distingue meu método."*⁷⁵

Em outra carta, comentando uma crítica recebida sobre o primeiro tomo de O Capital por parte de um publicitário alemão chamado Lange, aborda o tema: *"Lange comete a ingenuidade de afirmar que eu me movo com a mais rara liberdade no terreno empírico. Não suspeita que essa 'liberdade de movimento no tema' não é outra coisa que uma paráfrase do método, a forma de tratar o tema, é a manifestação do método dialético."*

⁷³ Carta a Engels em 14 de janeiro de 1858, Karl Marx e F. Engels, ob. cit., p. 68.

⁷⁴ Carta a Joseph Dietzger em 9 de março de 1968. Karl Marx, F. Engels e Vladimir I. Lenin, ob. cit., t. I, p. 232.

⁷⁵ Carta a Kugelmann em 6 de março de 1868. Karl Marx e F. Engels, ob. cit., p. 154.

Em outra passagem agrega "*O que este mesmo Lange diz do método hegeliano e do emprego que faço dele, é realmente pueril. Em primeiro lugar não compreende nada (risos) do método hegeliano, e muito menos ainda da forma crítica com que o aplico.*"⁷⁶

Em carta para Schmidt, Engels pontua a diferença entre o método dialético em Marx e em Hegel: "*O grande truque da dialética em Hegel descansa sobre o fato de que é, segundo ele, um auto desenvolvimento do pensamento e que por conseguinte, a dialética da realidade concreta não seria mais que seu reflexo, ainda que a dialética em nosso cérebro, não é mais do que a reflexão da evolução real que se realiza no mundo natural e histórico, e que obedece formas dialéticas.*

Compare, em Marx, a passagem da mercadoria em capital com a forma proposta por Hegel, na qual se passa do ser à essência e teremos um excelente paralelo: aqui, o desenvolvimento concreto, tal como se depreende dos acontecimentos; ali, a construção abstrata, pensamentos muito gerais, e as vezes mutações muito importantes, como a transformação da qualidade em quantidade e vice-versa, são elaborados para desembocar num aparente auto-desenvolvimento de um conceito, a partir de outro quando se poderia fabricar igualmente uma dúzia de desenvolvimentos diferentes deste tipo..."⁷⁷

Ainda que tanto Marx quanto Engels reiterem sistematicamente a diferença entre seu método materialista e o método de Hegel, essencialmente idealista, em diversas passagens reconhecem as descobertas do genial pensador, sobre as leis que regem o movimento da natureza e da sociedade. Leis válidas em geral, para o movimento, inclusive quando aparecem em Hegel a trás da envoltura mística do movimento das idéias.

Assim Marx expõe: "*Ademais no final de meu capítulo III*⁷⁸, *no qual se desenha a metamorfose do mestre artesão em capitalista, em conseqüência de mudanças simplesmente quantitativas, poderemos ver que nesse texto menciono o descobrimento de Hegel sobre a lei da transformação brusca da mudança unicamente quantitativa em*

⁷⁶ Carta a Kugelmann em 27 de junho de 1870. Karl Marx e F. Engels, ob. cit., p. 203.

⁷⁷ Carta a Schmidt em 1º de novembro de 1891. Karl Marx e F. Engels, ob. cit., p. 286.

⁷⁸ O capítulo III desta edição se converteu na seção terceira do tomo I nas edições posteriores.

mudança qualitativa como lei verificada imediatamente na história e nas ciências da natureza.⁷⁹

Destas citações extraímos a conclusão de que, conforme mostrara Lenin, a filosofia alemã, e em especial Hegel, ao descobrir as leis da dialética, proveu ao marxismo seu método, que, uma vez posto de pé, lhe deu uma base materialista permitindo a compreensão do mundo e da sociedade; com base nesta sua necessária transformação.

Deste modo a aplicação do método dialético aos problemas sociais e as conclusões gerais a que se chega, constituem, a sua vez, no guia (no método) para desentranhar a natureza dos diferentes estádios sociais, e de sua essência, do modo de produção da vida material. Nos referimos ao materialismo histórico, cujos princípios constituíram a hipótese genial que permitiu desvendar a natureza da sociedade capitalista e, com isso, provar sua validade geral.

Esta conclusão pode ser vista em diversas obras. Como exemplo trazemos fragmentos do famoso prólogo à Contribuição à Crítica da Economia Política, onde Marx expõe os aspectos fundamentais de sua concepção materialista da história, constituição que lhe permitiria orientar e dirigir sua investigação do modo de produção capitalista. O fragmento em questão diz: "***O primeiro trabalho que empreendi para resolver as dúvidas que me assaltavam foi uma revisão crítica da Filosofia do Direito de Hegel, trabalho cujas preliminares apareceram na Deutsch-Französische Jahrbucher, publicada em Paris em 1844. Minhas investigações deram este resultado: que as relações jurídicas assim como as formas do Estado, não podem explicar-se nem por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; se originam mesmo é nas condições materiais da existência (...), que a anatomia da sociedade civil tem que buscar na Economia Política.***"⁸⁰

Antes de seguir adiante, consideramos necessário deixar assentadas com toda nitidez – para evitar interpretações mecanicistas –, as seguintes considerações com relação ao método: o método dialético é a forma geral de apropriação do conhecimento, por quanto o movimento real do que

⁷⁹ Carta a Engels em 22 de junho de 1867. Karl Marx e F. Engels. ob. cit., p. 129.

⁸⁰ Ver Karl Marx: Contribuição à Crítica da Economia Política, p.11, edição citada.

existe é dialético; o método dialético é *"...o material traduzido e transposto à cabeça do homem."*⁸¹

O método dialético⁸² permite que se chegue ao conhecimento através da elaboração de conceitos. Para Marx, os conceitos, diferentemente de Hegel, não são simples abstrações lógicas apriorísticas, inexistentes fora de sua mente, mas expressam as determinações concretas de um fenômeno particular e determinado, historicamente colocado. Ao referir-se a Proudhon diz: *"O senhor Proudhon tem compreendido que os homens fabricam o pano, a tela e os tecidos de seda; é o grande mérito de ter compreendido tão pouca coisa! O que o senhor Proudhon não compreendeu é que os homens, segundo suas faculdades, produzem também as relações sociais, nas quais produzem o pano e a tela. E compreende menos ainda que os homens que produzem as relações sociais em conformidade com sua produtividade material, produzem também as idéias e as categorias, melhor dizendo, as expressões abstratas ideais dessas mesmas relações sociais. Assim, as categorias também não são eternas, da mesma forma que as relações que refletem. São produtos históricos e transitórios."*⁸³

Os conceitos não são para o marxismo uma simples abstração mental, mas, antes de tudo, uma abstração histórica, determinada.

Por outro lado, os conceitos e as leis que enunciam o movimento do real, não podem nos oferecer –precisamente por sua generalidade, por seu nível de abstração – a realidade em sua singularidade, com todas suas especificidades e medidas concretas particulares. O que nos

⁸¹ Karl Marx: O Capital, t. I, postfácio à Segunda edição, p. 32, Editorial de Ciências Sociais, Instituto Cubano do Livro, Havana, 1973.

⁸² A dialética em geral é o "puro movimento do pensamento nos conceitos" (Hegel), (ou seja, para dizer sem o misticismo do idealismo: os conceitos humanos não são fixos, mas se encontram em eterno movimento e passam de um para outro, fluem um no outro, o do contrário não reflete a vida vivente. A análise dos conceitos, seu estudo e 'arte de operar com eles' (Engels) exige sempre o estudo do movimento dos conceitos, de suas interconexões, de suas transições místicas)." Vladimir I. Lenin: Cadernos Filosóficos", in Obras Completas, t. 38, p. 245, edição citada.

⁸³ Carta de Marx a Annenkov em 28 de dezembro de 1846. Karl Marx e F. Engels: Cartas sobre O Capital, p. 21, edição citada.

oferecem em sua generalidade é a essência, o fundamental que define uma realidade, sem a qual deixa de ser o que é para se converter em outra coisa.

Engels expressa de modo magistral: *"As objeções que você faz à lei do valor afetam a todos os conceitos, considerando-os do ponto de vista da realidade. A identidade do pensamento e do ser, para utilizar a terminologia hegeliana, coincide de todas as formas com seu exemplo do círculo e do polígono. Ou seja, o conceito de uma coisa e da realidade dela são paralelos, como duas assíntotas que se aproximam continuamente uma da outra, sem jamais se chocar. Essa diferença que as separa é exatamente a que faz, de início, com que o conceito não seja imediatamente, a realidade e que a realidade não seja imediatamente seu próprio conceito. Pelo fato de que um conceito, não coincida desde logo, à primeira vista (prima facie) com a realidade é que, portanto, tem sido preciso em primeiro lugar abstraí-lo, isso é sempre algo maior do que uma ficção, a menos que você chame de ficção a todos os resultados do pensamento, em consequência da realidade não corresponder a estes resultados, mas, que trás uma grande proximidade, e inclusive não se choca com eles nunca, a não ser de uma forma assintótica."*

Mais a diante agrega: *" em outros termos, a unidade do conceito e do fenômeno se apresenta como um processo infinito por essência. (...) A partir do momento em que admitimos a teoria da evolução, todos os nossos conceitos da vida orgânica só correspondem à realidade de forma aproximada. Do contrário não haveriam transformações, no momento em que coincidirem absolutamente conceito e realidade no mundo orgânico, terminaria a evolução."*⁸⁴

Nesta passagem citada está exposta a idéia orientadora sobre o conhecimento como um processo infinito de apropriação da realidade, pelo qual a mesma realidade se encontra sujeita a um processo ininterrupto de mudanças.

O MATERIALISMO HISTÓRICO

⁸⁴ Carta a Schmidt em 12 de maio de 1895. Karl Marx e F. Engels, ob. cit., p. 312.

Feitos estes esclarecimentos, voltamos para a aplicação do método ao estudo dos problemas sociais, ao materialismo histórico. Talvez fosse conveniente, para efeito de organização, sairmos do âmbito da correspondência para remeter o leitor àquelas páginas onde Marx nos expõe, de maneira condensada, os princípios de uma concepção da história.

Em primeiro lugar o remetemos ao famoso prólogo da Contribuição à Crítica da Economia Política, páginas que citaremos a seguir, por sua importância e pelo fato de serem pouco conhecidas.

"Resumindo, obtivemos da concepção da história que desejamos expor, os seguintes resultados:

- 1. No desenvolvimento das forças produtivas se chega a uma fase em que surgem forças produtivas e meios de troca, que sob as relações existentes, só podem ser forças do mal, que já não são as tais forças de produção, mas forças de destruição ("maquinaria" e dinheiro); e o que se acha intimamente relacionado com elas, surge uma classe condenada a suportar todos os inconvenientes da sociedade sem gozar de suas vantagens, que se vê expulsa da sociedade e obrigada a colocar-se na mais resoluta contraposição à todas as demais classes; uma classe que forma a maioria dos membros da sociedade e da qual nasce uma consciência de que é necessária uma revolução radical, a consciência comunista, consciência que, naturalmente, pode chegar a formar-se também no meio de outras classes, ao observar a posição em que esta classe foi colocada.***
- 2. Que as condições em que podem empregar-se determinadas forças de produção são as condições da dominação de uma determinada classe da sociedade, cujo poder social emanado de sua riqueza, encontra sua expressão idealista -prática- na forma do Estado que impera em cada caso, razão pela qual toda luta revolucionária é necessariamente dirigida contra uma classe, aquela que domina, até agora.⁸⁵***

⁸⁵ Aqueles que estão interessados em manter o estado de produção atual.

3. *Que todas as revoluções anteriores deixaram intacto o modo das atividades⁸⁶, uma nova distribuição do trabalho⁸⁷ entre as pessoas, ao passo que a revolução comunista é dirigida contra o modo anterior de atividade, elimina o trabalho e suprime a dominação das classes ao acabar com as próprias classes, já que esta revolução é levada a cabo pela classe que a sociedade não considera como tal, não reconhece como classe e que expressa em si a dissolução de todas as classes, nacionalidades, etc. dentro da sociedade atual.*
4. *Que, para engendrar na massa essa consciência comunista como para levar adiante estas ações, é necessária uma transformação em massa dos homens, que somente se conseguirá com um movimento prático, mediante uma revolução; e que, por conseguinte, a revolução não é somente necessária porque a classe dominante não pode ser derrotada de outra forma, mas também pelo fato de ser o único meio pelo qual a classe que precisa sair da sina em que se encontra, tornar-se capaz de fundar a sociedade sobre novas bases.⁸⁸*

Que visão a do gênio! Esta passagem foi redigida em 1845, e já nela, com uma força e uma posição sem igual, estão plasmados os princípios do futuro histórico. Esses princípios, esquematicamente e em forma muito condensada são:

1. A mudança histórica é o resultado da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. Esta contradição se produz porque ao desenvolver as forças produtivas, as relações de produção originadas por aquelas – pelas forças produtivas –, em um determinado momento, entram em conflito com elas mesmas; assim, de agentes de desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção se convertem em trava para o seu desenvolvimento. Este conflito é devido a um retrocesso relativo no relacionamento das relações de produção com as forças produtivas. Isto de explica, pelo fato de que, em toda sociedade dividida em classes, as relações de produção estão a serviço dos interesses da classe

⁸⁶ Atividade é utilizada no texto como sinônimo de explotación.

⁸⁷ O termo trabalho é utilizado como trabalho assalariado.

⁸⁸ Karl Marx: A Ideologia Alemã, pp. 77-78, Edições Revolucionárias. Havana, 1966.

dominante, de onde ela retira todas as suas vantagens, estas relações são reproduzidas em seus elementos essenciais de forma invariável.

2. Esta contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, que é o fundamento da mudança histórica, tem sua expressão através da luta de classes.
3. As relações de produção são as determinantes do resto das relações sociais, a elas correspondem as formas assumidas pelas relações políticas, jurídicas, morais, etc. e as ideologias. Ao caráter destas relações corresponde uma determinada forma de Estado, cuja missão fundamental é salvaguardar a ordem existente, que é a ordem à serviço da classe dominante.
4. Portanto, toda luta revolucionária tem que dirigir-se, antes de tudo, contra o Estado, Estado da classe dominante.
5. A história é um processo caracterizado pela sucessão de diferentes sociedades definidas por um modo de produção da vida material. Delas o capitalismo é a última onde está presente o antagonismo de classes. Este antagonismo se resolve pela revolução que, levada a cabo pela classe trabalhadora, tem como pré-requisito no seio do capitalismo a criação de condições materiais que permitam a solução do antagonismo, e com isso, o ***"fim da pré-história da sociedade humana."***

A concepção materialista da história aparece exposta nas cartas em linguagem clara e direta. Vejamos uma delas, considerada como a primeira exposição da concepção marxista da história. Da mesma extraímos as passagens onde se definem conceitos fundamentais e se oferece o ordenamento interno que os preside, com uma clareza meridiana.

"O que é a sociedade, qualquer que seja a sua forma? É produto da ação recíproca dos homens. São os homens livres para escolher tal ou qual forma social? Em absoluto. Tomando um determinado estado de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens, teremos uma determinada forma de comércio e de consumo. Tomados determinados graus de desenvolvimento da produção, do comércio, do consumo e teremos uma determinada forma de comércio e de consumo. Tomados determinados

graus de desenvolvimento da produção do comércio, do consumo e teremos uma determinada forma de constituição social, uma determinada organização da família; da ordem ou de classes, em uma palavra: uma determinada sociedade civil. Tomada uma determinada sociedade civil e teremos um determinado Estado político que não é mais que a expressão oficial da sociedade civil."⁸⁹.

Aqui encontramos: primeiro, a dependência das relações de produção das forças produtivas; segundo, a dependência do resto das relações sociais referidas à natureza das relações de produção; terceiro, o Estado como força concentrada, como expressão oficial da sociedade que, a sua vez, é o resultado do conjunto das relações que os homens colocam em jogo.

Em outro parágrafo acrescenta: "*Não é necessário dizer que os homens não são livres árbitros de suas forças produtivas -que é a base de toda a história- já que toda força produtiva é uma força adquirida, o produto de uma atividade anterior. Assim as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas essa mesma energia está circunscrita pelas condições em que os homens se encontram situados, pela forma social que existe antes deles, que eles não criaram, que é produto da geração anterior. Em virtude do simples fato de que toda geração posterior encontra forças produtivas adquiridas da geração anterior, que lhe serve como matéria prima de uma nova produção, se forma uma concatenação na história dos homens, se forma a história da humanidade, que é tanto mais história da humanidade quanto as forças produtivas dos homens e, em conseqüência, suas relações sociais vão aumentando.*"⁹⁰

Neste fragmento se abstrai o caráter objetivo que têm as forças produtivas e as relações de produção, dependentes das primeiras.

Em outras passagens desta importante carta se agrega: "*Os homens não renunciam ao que ganharam, mas isso não quer dizer que não renunciem nunca à forma social na qual tem adquirido certas forças produtivas. Ao contrário. Para não se ver privados dos resultados*

⁸⁹ Carta de Marx a Annenkov em 28 de dezembro de 1846. Karl Marx e F. Engels, ob. cit., pp. 21-22.

⁹⁰ Ibidem, p. 22.

obtidos, para não perder os frutos da civilização, os homens se vêm forçados, desde o momento em que as formas do seu comércio⁹¹ não correspondem às forças produtivas adquiridas, a mudar todas suas formas sociais tradicionais."

Posteriormente conclui: "*Assim, as formas econômicas sob as quais os homens produzem, consomem, realizam intercâmbios, são transitórias e históricas. Com novas faculdades produtivas adquiridas, os homens trocam seu modo de produção e, com o modo de produção, mudam todas as relações econômicas, que não são mais do que as relações necessárias dessa determinada forma de produção.*"⁹²

Estas ideias põem de manifesto de forma marcante a diferença radical – que já havíamos assinalado – existente entre o marxismo e os enfoques não marxistas aplicados ao estudo da sociedade e da economia. Para estes últimos, as categorias operativas são simples abstrações absolutas, inexistentes fora da mente. Para Marx, pelo contrário, as relações sociais e econômicas e as categorias, seus reflexos na cabeça pensante, não são uma simples abstração mental senão, antes de tudo, uma abstração histórica, determinada.

O caráter histórico e transitório das relações sociais, em geral, e das economias em particular, está explicitamente manifestado em diversas passagens. Como exemplo citamos esta onde se faz uma crítica aos pensadores burgueses que consideram eternas as relações sociais. A passagem em questão diz que: "*Quando estudamos (...) as relações econômicas reais nos diferentes países e em diversos graus da civilização, nos parecem falsas e insuficientes as generalizações dos racionalistas do século XVIII, como por exemplo as do velho Adam Smith, que tomou as condições de Edimburgo e de Lothiam como condições normais do universo inteiro.*"⁹³

⁹¹ No texto se usa comércio como sinônimo de relações sociais de produção.

⁹² Karl Marx e F. Engels, ob. cit., pp. 22-23.

⁹³ Carta de Engels a Danielson em 29 de outubro de 1891. Karl Marx e F. Engels; Sobre a literatura e a arte, p. 132, edição citada.

Sobre o mesmo tema Marx expõe – em carta à Kugelmann – a subjetividade da realidade social as leis e o problema orientador das proporções⁹⁴. Para Marx as leis são as relações essenciais, a conexão íntima e necessária entre duas coisas; as leis enunciam relações de causalidade, por isso as relações que têm o caráter de lei são necessárias e não fortuitas. Em consequência, temos que o azar e a causalidade – que ocorrem na sociedade – estão sujeitos à leis internas; o trabalho da ciência é precisamente descobri-las.

Nesta carta, Marx ao descobrir a conexão necessária existente entre os diferentes ramos do trabalho social, nos elucida uma lei de enorme transcendência, lei de vigência geral sobre a qual se assenta a problemática que é o objeto de estudo da Economia Política.

Se expressa assim: "*Qualquer criança sabe que toda nação se quebraria ao cessar o trabalho, não digo durante um ano, mas ainda que fosse, durante algumas semanas. Essa criança sabe da mesma maneira que há uma massa de produtos que corresponde as diferentes necessidades e exige quantidades determinadas da totalidade do trabalho social. É evidente de per si (self evident) que essa necessidade da distribuição do trabalho social em proporções determinadas não fica absolutamente suprimida por uma forma específica da produção social: somente a forma na qual se manifesta é que pode ser modificada. As leis naturais, por definição não podem ser suprimidas. O que pode ser transformado, em situações históricas diferentes, é tão somente a forma em que essas leis se impõem.*"⁹⁵

Na continuação ele define em que forma se expressa a lei das proporções no âmbito da produção mercantil: "*É a forma como se realiza essa distribuição proporcional do trabalho, em um estado social no qual a estrutura do trabalho social se manifesta em forma de uma mudança privada de produtos individuais do trabalho, essa forma é precisamente o valor de troca desses produtos.*"⁹⁶ Portanto a lei do valor é a forma que assume a proporcionalidade

⁹⁴ Carta de Marx a Kugelmann em 11 de julho de 1868. Karl Marx e F. Engels: Cartas sobre O Capital, p. 179, edição citada.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 180.

⁹⁶ *Ibidem*.

necessária no seio das relações mercantis. Sobre isso Marx nos diz: ***"à ciência cabe precisamente desenrolar como atua essa lei do valor."***⁹⁷

Portanto, a sociedade, qualquer que seja ela, tem que cumprir esta proporcionalidade na distribuição de seu fundo de trabalho, a que se modifica com a mudança das formas de propriedade; pelas quais se põe em operação o processo do trabalho; é a forma social de sua realização. Assim, em uma sociedade de produtores vinculados de modo direto que se assentam sobre relações de propriedade social, a forma de cumprimento da lei das proporções se nos apresenta como a lei da planificação.

Marx expressa claramente: ***"Na realidade, nenhuma forma de sociedade pode impedir que de uma forma ou de outra (one way or another) o tempo de trabalho disponível da sociedade regule a produção. Mas contudo, essas regulações não se realizam por meio de um controle direto e consciente da sociedade sobre seu tempo de trabalho – o que não é possível senão mediante a propriedade social – , senão por meio do movimento dos preços das mercadorias, continuamos na situação que tu tens descrito de maneira muito ajustada"***⁹⁸ nos *Anais Franco-Alemães.* " "⁹⁹

Noutra carta importante, Engels nos perfila os contornos da concepção dialético-materialista da história quando resume importantes questões, entre elas, a definição de relações econômicas, as quais define da seguinte maneira: ***"Com o término de relações econômicas que consideramos como a base determinante da história da sociedade, queremos significar a forma em que os homens de uma determinada sociedade produzem seus meios de existência e modificam os produtos entre si (na medida em que exista divisão de trabalho).(...) São os mesmos homens que fazem sua história, ainda que dentro de um dado meio que os condiciona, e a base das relações efetivas com que se encontram, entre as quais as decisivas, em última instância, as que nos dão o único fio de fiar que nos***

⁹⁷ *Ibidem.*

⁹⁸ Se trata de uma referência ao artigo de Engels "Esboço da crítica à Economia Política", publicado em 1844.

⁹⁹ Carta de Marx a Engels em 8 de janeiro de 1868. Karl Marx e F. Engels, ob. cit., pp.153-154.

servem para entender os acontecimentos, são as econômicas, por mais que as outras possam influir sobre elas, a sua vez, as demais, as políticas e ideológicas."

Em outra passagem esclarece: *"Os homens fazem sua própria história, mas, até agora não com a vontade coletiva e com a correção de um plano coletivo, nem sequer dentro de uma sociedade dada e circunscrita. Suas aspirações se entrecruzam; por isso em todas essas sociedades impera a necessidade, cujo complemento e forma de manifestação é a casualidade."*¹⁰⁰

Nestas linhas ficam expressas: primeiro, a determinação dos fatores econômicos na atividade dos homens; segundo, em uma sociedade de produtores ilhados, dissociados, a necessidade se nos apresenta na superfície como a ação de casualidades, isto é, dado pelo caráter não consciente com que os homens se relacionam.

Outra importante consideração contida nesta carta refere-se ao papel dos grandes homens da história: esta análise está inserida na causalidade interna e necessária que preside a história, apesar do caos aparente.

"Os homens fazem sua história por si mesmos, mas até agora não a tem feito conforme sua vontade coletiva, conforme um plano conjunto e nem sequer dentro do marco de uma sociedade determinada, de contornos precisos. Seus esforços se contrapesam e essa é precisamente a razão pela qual reina, em toda sociedade desse tipo, a necessidade de que o azar seja o complemento e a manifestação. A necessidade que se impõe através de todos os azares continua sendo, por fim das contas, a necessidade econômica. Aqui nos enfrentamos com a questão do que se chama os grandes homens. Naturalmente, é uma pura casualidade que um determinado grande homem surja em um determinado momento, em um país determinado. Mas se o suprimimos veremos como surge a necessidade de recolocá-lo, e essa recolocação se encontrará, de uma forma ou de outra (tanto por bem como por mal), mas se encontrará sempre no caminho. Foi uma casualidade que Napoleão, um corso, fosse precisamente o ditador militar de que tinha

¹⁰⁰ Carta a Starkkemburg em 25 de janeiro de 1894. Karl Marx e F. Engels, ob. cit., p. 307.

absoluta necessidade a República francesa, esgotada por sua própria guerra; mas é uma realidade que, sob a falta de Napoleão, um outro haveria salvo a laguna, porque sempre se tem encontrado o homem quando é necessário: César, Augusto, Cromwell, etc. Se Marx descobriu a concepção materialista da história¹⁰¹, Thierry, Mignet, Guizot, todos os historiadores ingleses anteriores a 1850, provam que já se estava fazendo um esforço nesse sentido, e o descobrimento da mesma concepção por Morgan é a prova de que o tempo estava já maduro para isso e que necessariamente deveria ocorrer a descoberta."¹⁰²

Como já esboçamos, um dos aspectos centrais que conformam a concepção materialista da história está referido à luta de classes. O feito de que a sociedade se acha dividida em classes obedece a existência de relações de propriedade privada; estas relações implicam que os sujeitos ocupam uma posição diferente na produção e, por fim, na distribuição dos produtos. Por sua vez, as relações entre esses conjuntos de sujeitos revestem-se de formas contraditórias e antagônicas.

Pela importância que tem o esclarecimento do conceito de classes sociais, vamos sair do marco da correspondência para oferecer a definição que Lenin nos dá sobre elas: *"As classes são grandes grupos de pessoas que se diferenciam umas das outras pelo lugar que ocupam em um sistema de produção social historicamente determinado, pelas relações em que se acham com respeito aos meios de produção (relações, em grande parte, estabelecidas e fixadas por leis), por seu papel na organização social do trabalho e, em consequência, pelo modo e a produção em que obtém a parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro em virtude dos diferentes lugares que um e outro ocupam em um determinado regime de economia social"*¹⁰³.

Sobre a luta de classes encontramos na correspondência diversas passagens onde, tanto Marx como Engels, esclarecem a natureza das mesmas. Em uma das cartas Marx expõe a parte que cabe a ele na formulação da teoria da luta de classes; ali pontua: *"... Não é para mim que cabe*

¹⁰¹ Aqui há um grifo feito pelo autor cubano.

¹⁰² Karl Marx e F. Engels, ob. cit., p. 309.

¹⁰³ Vladimir I. Lenin "Uma grande iniciativa", em Obras Escolhidas, t. 29, p. 413, edição citada.

o mérito de haver descoberto a existência das classes na sociedade moderna, como tampouco a luta que as livram entre si nessa sociedade. Historiadores burgueses haviam exposto muito antes que eu, a evolução histórica dessa luta de classes, e economistas burgueses haviam descrito sua anatomia econômica. O que eu aportei de novo é: primeiro, demonstrar que a existência dessas classes não está mais do que vinculada à fases históricas determinadas do desenvolvimento da produção; segundo, que a luta de classes leva necessariamente a ditadura do proletariado; terceiro, que esta mesma ditadura não representa mais que uma transição até a abolição de todas as classes fazendo uma sociedade sem classes."¹⁰⁴

A passagem é muito clara. Nela vemos como para Marx o desenvolvimento da luta de classes culminará quando se dêem as condições objetivas, na supressão das classes. Rompe assim radicalmente com o socialismo anterior e fixa as bases do socialismo científico posteriormente desenvolvido por Lenin.

A PROVA DA VALIDADE DO MATERIALISMO HISTÓRICO: O CAPITAL

Já assinalamos que a concepção materialista da história permitiu à Marx desentranhar a natureza oculta da sociedade capitalista; como ele pretendia, *"...descobrir a lei econômica que preside o movimento da sociedade moderna"*.¹⁰⁵ Este objetivo ele conseguiu com O Capital, livro com o qual o autor esperava *"...acertar no plano teórico, na burguesia, um golpe do qual nunca se recuperará"*.¹⁰⁶

Com o surgimento de O Capital, como assinala Lenin, *"...a concepção materialista da história já não é uma hipótese, mas uma tese cientificamente demonstrada"*.¹⁰⁷ Com ela o método marxista prova sua validade geral como guia para a investigação da sociedade, deixando

¹⁰⁴ Carta de Marx a J. Weydemeyer a 5 de maio de 1852. Karl Marx e F. Engels, ob. cit., 50.

¹⁰⁵ Karl Marx: O Capital, t. I, p. 23, edição citada.

¹⁰⁶ Carta de Marx a Klings em 4 de outubro de 1864, Karl Marx e F. Engels, ob., cit., p. 113.

¹⁰⁷ Vladimir I. Lenin: Quem são os amigos do povo e como lutam contra os social democratas. Em Obras Completas, t. 1, p. 154, edição citada.

resolvido o que é concernente ao mecanismo capitalista, e propondo os princípios gerais que explicam uma estrutura socioeconômica determinada, qualquer que seja ela.

Por isso, dissemos anteriormente que O Capital possui um valor incalculável no que concerne ao método marxista de análise e síntese. Na correspondência, como vemos, encontramos numerosas referências de onde, de maneira explícita, se constata nosso argumento. As cartas relacionadas com O Capital se revestem de uma importância relevante, por quanto nelas, tanto Marx como Engels, argumentam os aspectos centrais do método.

Lenin disse, referindo-se a esta correspondência: **"...o ponto onde convergem todas as idéias expressadas e analisadas, (é a) dialética".**¹⁰⁸ Sobre a valorização de O Capital ninguém mais indicado que o próprio Marx, quando escreve: **"...Com esse trabalho creio fazer algo muito mais importante para a classe trabalhadora que tudo o que poderia fazer pessoalmente em um congresso qualquer (quelconque) ..."**¹⁰⁹ Devemos apontar que esse "congresso qualquer" não era outro que não o Congresso da Internacional de Genebra, realizado de 3 a 8 de setembro de 1866. Que elementos essencialmente novos contém essa obra que a converte na obra máxima do marxismo e em seu "ariete" mais formidável como jamais foi – no plano teórico – dirigido contra a burguesia? Marx dá resposta a essas interrogações, em diferentes passagens de sua correspondência; vejamos esta, onde são resumidos os três elementos fundamentalmente novos contidos no primeiro tomo, da seguinte maneira:

"1- Que, opondo-me a toda a economia anterior que, para começar o jogo, trata como dados adquiridos os fragmentos particulares da mais valia com suas formas fixas de renda, lucro e interesses, trata em primeiro lugar, da forma geral da mais valia, onde tudo isso se encontra ainda misturado, como em uma solução, por assim dizer.

2- Que há uma coisa muito simples, que tem escapado a todos os economistas sem exceção, e é que se a mercadoria apresenta um caráter duplo de uso e de valor de troca, é indispensável que o trabalho representado nessa mercadoria possua também essa dupla

¹⁰⁸ Vladimir I. Lenin: "Correspondência de Marx e Engels", na ob. cit., t. 19, p. 548.

¹⁰⁹ Carta de Marx a Kugelmann em 23 de agosto de 1866. Karl Marx e F. Engels, ob. cit., p. 119.

característica; ainda que a análise exclusiva do trabalho sem frase (sans phrase), tal como o encontramos em Smith, Ricardo, etc., tropeça por todas as partes fatalmente com problemas inexplicáveis. Aí está, de pronto, todo o segredo da correspondência crítica.

3- Pela primeira vez é apresentado o salário como uma forma fenomênica irracional de uma relação que essa forma oculta, e o faz sob as duas formas de salário: salário horário e salário por peças. (me tem ajudado para isso o fato de que essas fórmulas se encontram com freqüência nas matemáticas superiores."¹¹⁰

Em outra carta aflui sobre o tema: *"O melhor que há em meu livro é: 1.- sobre isso repousa toda a inteligência dos feitos (fatos) sublinhados desde o primeiro capítulo, o duplo caráter do trabalho, segundo se expresse em valor de uso ou em valor de troca; 2.- análise da mais valia, independentemente de suas formas particulares: benefício, interesse, renda do solo, etc."¹¹¹.*

Destas linhas se depreende claramente, de uma parte, que o núcleo em torno do qual gira toda a Economia Política em Marx é a caracterização do duplo caráter do trabalho, que a sua vez permite a caracterização da mais valia e de sua fonte, independentemente de suas formas concretas de aparição. Com isso se chega ao método da exploração capitalista. Este resultado é alcançado graças ao método dialético-materialista que tem servido de fio condutor na investigação e tem possibilitado a exposição dos resultados através do processo ascensional do abstrato ao concreto, processo que reproduz através de conceitos o movimento real que, partindo do simples, se remonta à manifestações mais complexas.

Na correspondência se apresentam e solucionam importantes problemas teóricos e alguns deles resumem de modo magistral, aspectos centrais da obra, como os que citaremos a seguir¹¹²,

¹¹⁰ Carta de Engels em 8 de janeiro de 1868. Karl Marx e F. Engels, ob. cit., p. 153.

¹¹¹ Carta de Engels em 24 de agosto de 1867. Karl Marx e F. Engels, ob. cit., p. 137.

¹¹² Através desta carta, temos um exemplo concreto da aplicação construtiva e materialista do método dialético.

Nestas linhas vemos como as categorias se engendram e encarregam umas das outras em uma contração que reproduz conceitualmente o objeto de estudo desde os escalões inferiores de suas formas de existências mais simples até escalões cada vez mais elevados e complexos em seu desenvolvimento. Assim, de modo conceitual, se reproduz o concreto, deixando com isso esclarecidos, quando se chega ao final do processo de exposição, cada uma das relações

dedicados ao método de exposição da cota de ganho e o seu encadeamento interno em outras categorias mais abstratas, tais como a mais valia e a cota de mais valia.

Por sua importância e como síntese do terceiro tomo e praticamente de toda a obra, a citaremos por extenso:

"Convém, contudo, que conheçamos o método de desenvolvimento da cota de benefício. Por tanto, vou detalhar sua marcha em seus aspectos mais gerais. Como se sabe, no Livro II se expõe o processo de circulação do capital, partindo das premissas assentadas no Livro I. É dizer: as novas determinações de formas, que nascem do processo de circulação, tais como capital fixo e capital circulante, rotação do capital, etc. Finalmente, no Livro I nos limitamos a admitir que, se no processo de valorização, 100 libras se convertem em 110 libras, encontram-se preexistentes no mercado os elementos através dos quais vão se transformar de novo. Mas, examinaremos agora em que condições se encontram, em outras palavras, a imbricação social recíproca dos diferentes capitais, dos elementos de capitais e de rendas (revenue)(pl), uns nos outros.

No Livro III estudaremos depois a transformação da mais valia em suas diferentes formas e em suas componentes distintas, umas das outras.

1- Lucro não é para nós, em primeiro lugar, mais do que outro nome e outra categoria de mais valia. Sob a forma de salário pelo trabalho, o trabalho inteiro aparece como recompensado e pago, contudo, a parte não paga desse trabalho parece não emanar necessariamente do trabalho, senão do capital, e não da parte variável do capital, mas do capital em sua totalidade. Daí, que a mais valia adquire a forma de lucro, sem que exista diferença quantitativa entre uma e outra. Esta não é mais que uma forma fenomênica ilusória daquela."

internas que brindam a razão de ser, o fundamental do fenômeno; no caso que nos ocupamos, o modo capitalista de produção. Carta a Engels em 30 de abril de 1868. Karl Marx e F. Engels, ob. cit., pp. 163-164.

Nestes parágrafos Marx expõe a fonte oculta do lucro e da transformação -sob o capitalismo- dos gastos do trabalho que aparecem, por obra da competência, como gastos de capital.

No parágrafo seguinte se define a categoria preços de custo e se assinala sua importância para a compreensão do mecanismo capitalista.

"Depois, a parte do capital consumida na produção da mercadoria (o capital adiantado para sua produção, capital constante e capital variável, menos a parte fixa do capital utilizado mas não consumido) aparece agora como preço de custo da mercadoria, posto que, para o capitalista, a parte do valor da mercadoria que lhe custa é o preço de custo da mercadoria, ainda que pelo contrário o trabalho não pago que está contido na mercadoria não entre, desde seu ponto de vista, a formar parte do preço de custo da mesma mercadoria.

Mais valia = lucro aparece agora como um excedente de seu preço de venda sobre o seu preço de custo."¹¹³

Aqui se chega a uma conclusão importante: o capitalista pode vender por menos do que o valor e, apesar disso, obter lucro. Este resultado é um ponto vital para a compreensão do efeito nivelador que a competência fará sentir sobre o lucro considerado como magnitude relativa, como cota de lucro.

Na continuação se expõe a diferença qualitativa existente entre a cota de mais valia e a cota de lucro. Marx assinala que, no plano teórico, a categoria intermediária entre elas é a cota anual de mais valia, categoria que está influenciada pela velocidade de rotação do capital. A partir dessa análise da cota de lucro, se estabelece a análise dos fatores que influem a sua determinação quantitativa.

Agora Marx expõe, essencialmente de modo magistral o difícil problema da nivelção da cota de lucro:

¹¹³ Karl Marx, F. Engels, ob. cit., p. 164.

"II- O que no capítulo I estudamos como movimentos, tanto do capital em um âmbito determinado da produção como do capitalismo social -movimentos mediante os quais se transforma sua composição, etc. - entenderemos agora como diferenças das massas de capital situadas nos distintos ramos da produção.

Temos então a cota de mais valia, ou seja, (id est), supondo-se que o emprego do trabalho seja o mesmo, a produção de valor, e por conseguinte a produção de mais valia e por conseguinte, a cota de benefícios em diferentes ramos de produção são diferentes. Mas, partindo dessas diferentes cotas de lucro, a concorrência estabelece uma cota média ou cota geral de lucro. Esta cota reduzida a sua expressão absoluta, não pode ser outra coisa que a mais valia (anual) produzida pela classe capitalista em relação a soma do capital desembolsado na escala social. Por exemplo: se o capital social = 400 c + 100 v, e a mais valia que produz anualmente = 100 pl da composição do capital social = 80 c + 20 v, e a do produto em (%) = 80 c + 20 v + 20 pl = 20% da cota de lucro. Essa será a cota geral de lucro. O que a concorrência entre as massas de capital investidas nos distintos ramos de produção e de diferente composição tende a realizar é o comunismo capitalista, ou seja, a massa do capital pertencente a cada esfera de produção subtrai uma parte alíquota de mais valia total na proporção em que constitui uma parte do capital social."¹¹⁴

Para que se consiga isso, é imprescindível que a realização das mercadorias, ou seja, o preço, ao qual como tendência se vende as mercadorias, seja deslocado de seus valores. Para isso as mercadorias têm que realizar-se por uma magnitude tal que cubra o preço de custo do ramo, mais um lucro proporcional ao capital desembolsado, de acordo com a cota geral de lucro vigente. Ou seja, as mercadorias têm que ser vendidas por uma magnitude igual a $P_c + g$ ¹¹⁵.

Marx considera: *" Esta nivelção do preço que distribui igualmente a mais valia social entre as massas do capital em proporção a sua magnitude, é o preço de produção das mercadorias, o centro em torno do qual gravita a oscilação dos preços do mercado."¹¹⁶*

¹¹⁴ Ibidem, p. 166.

¹¹⁵ Onde $g =$ cota de lucro (g) \times capital desembolsado (C + V).

¹¹⁶ Karl Marx e F. Engels, ob. cit., p. 167.

Deste modo se chega a uma das categorias centrais do modo de produção capitalista: o preço de produção. Magnitude em torno da qual vão girar agora os preços correntes no mercado. Em situação de equilíbrio (Oferta = Demanda), as mercadorias se vendem no capitalismo pelo preço da produção e não pelo seu valor. A coincidência quantitativa entre uma e outra categoria se dará somente no caso particular em que a composição orgânica do capital (C/V) nos ramos de produção que produzem uma mercadoria hipotética, coincidam com a composição orgânica existente na escala de toda a sociedade. Nos outros casos, o preço de produção será maior que o valor naqueles ramos onde (C/V) seja maior que a média social, e fica abaixo do valor nos casos em que a composição do ramo seja menor do que a vigente a nível social.

Do que foi exposto concluímos que a somatória dos valores criados é igual a somatória dos preços de produção na escala da sociedade. Portanto, continuam vigorando as leis básicas sobre o valor e a mais valia enunciadas anteriormente. Com isso se supera a contradição aparentemente insuperável entre a teoria - valor trabalho e a constatação prática de que as mercadorias se vendem por um preço que reconheça uma participação alíquota nos ganhos criados, atendendo o critério do capital desembolsado. Com estas descobertas se supera de modo definitivo a todos os economistas anteriores, incluindo Ricardo, que havia se debatido por toda sua vida, em torno desse tema, sem conseguir resolvê-lo.

Na seqüência, Marx expõe, baseado no crescimento relativo do equipamento técnico, apresentado como aumento da composição orgânica do capital, o terceiro grande passo no desenvolvimento: a tendência da cota geral de lucro.

"III. Tendência de baixar a cota de lucro ao curso do progresso da sociedade. Isto se depreende do que está exposto no Livro I sobre a mudança na composição do capital em função do desenvolvimento da produtividade social.

'Esse é um dos maiores triunfos sobre a 'ponte dos asnos' (pons asini) -(mata-burros) em toda a economia até nossos dias. ¹¹⁷

¹¹⁷ Ibidem.

Na passagem do abstrato para o concreto, se introduz agora um novo plano ao considerar o capital comercial, já que até aqui só foi considerado o capital produtivo e se tem suposto que os trabalhos da circulação são realizados por eles mesmos.

IV. Até agora temos considerado somente o capital produtivo. Agora introduzimos uma variação através do capital comercial. Conforme as hipóteses anteriores, o capital produtivo da sociedade = (milhões ou bilhões, é indiferente (n'importe), a saber: $400c + 100v // + 100pl = g'$, a cota geral de ganho = 20%. Suponhamos agora que o capital comercial seja = 100.

Por conseguinte, as 100 pl serão calculadas sobre 600, não sobre 500. A cota geral de lucro será então reduzida de 20% para $16 \frac{2}{3}$ %. O preço de produção (para simplificar as coisas, admitimos aqui que os 400 c inteiros, ou seja, todo o capital fixo, compõe o preço de custo da massa das mercadorias produzidas anualmente) = agora $583 \frac{1}{3}$. O comerciante vende a 600, e se fazemos a retirada da parte fixa do capital, realiza assim, $16 \frac{2}{3}$ sobre os 100, o mesmo que os capitalistas produtivos, ou, em outros termos se adjudica $\frac{1}{6}$ da mais valia social. As mercadorias são vendidas - em massa (en masse) e na escala social - por seu valor. Suas 100 libras esterlinas (abstração feita do componente fixo) não lhe servem de outra coisa que não de capital - dinheiro circulante. O que o comerciante leva a mais, é com uma simples 'estafa' ou uma especulação sobre as oscilações dos preços das mercadorias, ou, no caso de um detalhista propriamente dito, é na forma de lucro, a remuneração de um trabalho, por miserável e improdutivo que seja.

V. Já temos aqui o lucro reduzido à forma que se apresenta na prática, ou seja, conforme o que supomos, em cerca de $16 \frac{2}{3}$ %. Vem depois a divisão desse lucro em ganho da empresa e os interesses. O capital portador de interesses. O crédito."¹¹⁸.

Através deste desenvolvimento se chegou ao concreto, mas se trata do concreto pensado, uma vez que as interrelações mais profundas se conectam com as determinações mais superficiais e concretas. Estas últimas têm agora sua determinação a partir das relações mais íntimas

¹¹⁸ Ibidem, pp. 167 - 168.

existentes na esfera da produção. Se explica e se descobre com isso a racionalidade do movimento aparente.

O próximo grande núcleo lógico de exposição assinalado por Marx é:

VI. A transformação do lucro extraem renda do solo.¹¹⁹

E por último conclui:

"VII. Chegamos finalmente as formas fenomênicas que servem de ponto de partida ao economista vulgar: renda derivada da terra, lucro (interesses) derivado do capital, salário derivado do trabalho.¹²⁰

Nestas linhas aparece de modo implícito o paralelo entre o modo de procedimento em Marx e da economia vulgar. Ali, a exposição da essência até a superfície. Como vimos, as determinações superficiais, só podem ser conclusivas. Aqui, estas determinações superficiais são precisamente o ponto de partida: não existe o intento de penetrar na trama interna dos fenômenos; por isso é impossível reembarcar as proposições puramente apologéticas da questão.

Com esta abordagem exposta, através dos seis (6) aspectos: "***Ademais, se destrói o absurdo de Adam Smith,¹²¹ convertido na chave mestra de toda a economia até nossos dias, a saber: que o preço das mercadorias se compõe destas três famosas rendas, ou seja, tão só o capital variável, salário do trabalho e de mais valia (renda do solo, lucro, interesses). O conjunto de movimentos deve ser visto atrás dessa forma aparente. Finalmente, supondo-se que esses três elementos (salário do trabalho, renda do solo, lucro (interesse) são as três fontes de rendas das três classes, a saber a dos proprietários territoriais, a dos capitalistas e a dos trabalhadores (obrerros) assalariados, chegamos a conclusão da luta de classes, na qual se decompõe o movimento e que é o desmascaramento de toda essa porcaria.***"¹²²

¹¹⁹ Ibidem, p. 168.

¹²⁰ Ibidem.

¹²¹ O dogma de Smith.

¹²² Karl Marx e F. Engels, ob. cit., p. 168.

Para Marx, a luta de classes é o motor que move a sociedade – em toda sociedade dividida em classes –, já que ela é a expressão histórica da contradição existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Esta noção, parte essencial da concepção materialista da história, da maneira como nos põe claramente esta carta, alcança com a elaboração de O Capital sua comprovação científica e rigorosa, e deixa de ser uma hipótese genial para se converter em uma realidade comprovada e inobjetable.

AS RELAÇÕES ENTRE A BASE ECONÔMICA E A SUPERESTRUTURA

Para terminar estas notas gostaríamos de nos deter nas importantes considerações sobre os fatores superestruturais em suas relações com a base econômica que nos foram legadas pelos clássicos, e em especial Engels, em sua correspondência.

Essas considerações são importantes pois nos ajudam a compreender e a combater os desvios do marxismo: o dogmatismo e o revisionismo, que não são mais do que formas de surgimento do oportunismo.

O oportunismo não pode ser considerado como um fenômeno isolado, mas como um resultado histórico das condições contemporâneas. Lenin o aponta agudamente da seguinte maneira: *"A dialética da história faz que o triunfo teórico do marxismo obrigue seus inimigos a disfarçar-se de marxistas."*¹²³

O oportunismo, qualquer que seja suas vertentes, está vinculado a incompreensão ou a tergiversação do método marxista. Isto se põe explicitamente de manifesto nas cartas que exporemos a seguir.

Na década de 1880 apareceu um livro do sociólogo burguês Paul Barth sob o título explosivo de A Filosofia da História de Hegel e dos Hegelianos até Marx e Hartmann Inclusive. Nele se afirmava que o marxismo não admitia a influência da superestrutura sobre a base econômica. Conrad Schmidt, social democrata alemão, neokantiano e revisionista, chama a atenção de Engels sobre o livro e este lhe responde da seguinte maneira: *"...Se Barth cre que*

¹²³ Vladimir I. Lenin: "Vicissitudes Históricas da Doutrina de Karl Marx", em Obras Completas, t. 18, p. 574, edição citada.

negamos todas e cada uma das repercussões dos reflexos políticos, etc., do movimento econômico sobre este mesmo movimento econômico, luta contra moínhos de ventos. Lhe bastará ler O 18 Brumário de Marx, obra que trata quase exclusivamente do papel especial que desempenham as lutas e os acontecimentos políticos, claro está que dentro de sua subordinação geral as condições econômicas. Em O Capital, por exemplo, o capítulo que trata da jornada de trabalho, onde a legislação, que é, desde logo, um ato político, exerce uma influência muito marcante. Esse capítulo é dedicado a história da burguesia (capítulo 24). Se o poder político é economicamente impotente, por que então lutamos pela ditadura política do proletariado? A violência (como se diz, o poder do Estado) é também uma potência econômica!

Mas, agora não disponho de tempo para criticar o livro de Barth. Há que se esperar o aparecimento do terceiro tomo¹²⁴, além do mais, creio que também Bernstein¹²⁵, por exemplo, poderá fazer críticas de forma bastante extensa. Do que adoecem todos estes senhores é da FALTA DE DIALÉTICA¹²⁶. Não vêm mais do que causas aqui e efeitos ali. Que isto é uma abstração, que no mundo real estas antíteses polares metafísicas só se dão nos momentos de crises e que a grande trajetória das coisas acontece toda ela, sob forma de ações e reações -ainda que de forças muito desiguais, a mais forte, mais primária e decisiva de todas é o movimento econômico- que aqui não há nada absoluto e que tudo é relativo, são coisas que eles não vêm; para eles Hegel não existiu..."¹²⁷

A ausência da dialética é o denominador comum de todos os desvios e tergiversações de que é e tem sido objeto o marxismo.

Um exemplo a mais dessa ausência de dialética, dessa tergiversação do método, encontramos nas perguntas que o socialdemocrata alemão Joseph Bloch que se tornaria mais tarde um

¹²⁴ De O Capital

¹²⁵ Depois da morte de Engels, Bernstein se converteu no primeiro revisionista do marxismo, renegando abertamente da doutrina de Marx.

¹²⁶ Destaque feito pelo autor.

¹²⁷ Carta de Engels a Conrad Sshmith em 27 de outubro de 1890. Karl Marx e F. Engels. Sobre a Literatura e a Arte, pp. 181-182, edição citada.

revisionista, formulou à Engels. Nelas indagava sobre o que Marx e ele entendiam por materialismo histórico, e se a produção e a reprodução da vida real constituíam para eles no único fator determinante. Vejamos a resposta de Engels: ***"Segundo a concepção materialista da história, o fato que em última instância determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu temos afirmado mais do que isso. Se alguém o tergiversa dizendo que o fator econômico é o único determinante, converterá aquela tese em uma frase vazia, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos fatores da superestrutura que sobre ela se levantam -as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, depois de vencida uma batalha, redigem as classes triunfantes, etc., as formas jurídicas, e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos participantes, as teorias políticas, jurídicas, religiosas e o desenvolvimento ulterior desta até convertê-las em um sistema de dogmas – exercem também sua influência sobre o curso das lutas históricas e determinam, predominantemente em muitos casos, sua forma. É um jogo mútuo de ações e reações entre todos esses fatores, no qual, através de todas as quantidades infinitas de causalidades (é dizer, de coisas e acontecimentos cujo traçado interno intrincado é tão remoto e difícil de provar, que podemos considera-la como inexistente, não fazer caso dela), acaba sempre impondo-se como necessidade ao movimento histórico: de outro modo, aplicar a teoria a uma época histórica qualquer, seria mais fácil que resolver uma simples equação de primeiro grau."***¹²⁸

Neste parágrafo Engels adverte explícita e cruamente contra a interpretação metafísica do marxismo, tergiversação que abre o caminho que conduz ao oportunismo.

Nas passagens que seguem Engels se detém na explicação dos fundamentos da concepção materialista da história, e faz ênfases à interrelação dialética existente entre eles: este fator não pode ser esquecido, sob pena de adular-se o método, de anular o guia. Por último, faz um chamado sobre a necessidade de estudar o método nas obras originais. ***"Somos nós mesmos que fazemos nossa história, mas a fazemos, em primeiro lugar, com ajuste à premissas e***

¹²⁸ Karl Marx e F. Engels, ob. cit., pp 183-184.

condições muito concretas. Entre elas são as econômicas as que decidem em última instância. Mas também desempenham seu papel, ainda que não decisivo, as condições políticas e até a tradição, que nos envolve como um duende nas cabeças dos homens. (...) Em segundo lugar, a história se faz de tal modo, que o resultado final sempre deriva dos conflitos entre muitas vontades individuais, cada uma delas, a sua vez, é o que é, por efeito de uma multiplicação de condições especiais da vida; são, pois, inúmeras forças que se entrecruzam umas com as outras, um grupo infinito de paralelogramas de forças, das quais surge uma resultante – o acontecimento histórico – que, à sua vez, pode considerar-se produto de uma potência única, que, como em tudo, atua sem consciência e sem vontade. Pois o que alguém quer, tropeça na resistência que outro opõe, e o que resulta de tudo isso é algo que ninguém pretendia. Deste modo, até aqui toda a história tem sido percorrida como um processo natural e submetida também, substancialmente, as mesmas leis dinâmicas. Mas o fato de que as distintas vontades individuais - cada uma das quais apetece aquele que lhe impulsiona sua constituição física e uma série de circunstâncias externas, que são, em última instância, circunstâncias econômicas (ou as suas próprias pessoais ou as gerais da sociedade) não cheguem ao que desejam, mas que se fundem todas em uma média total, em uma resultante comum, que não deve inferir-se que tais vontades são iguais a zero. Pelo contrário, todas contribuíram para a resultante e se acham, portanto, incluídas nela. Além do mais, me permito rogar-lhe que estude esta teoria em suas fontes originais e não em obras de segunda mão; é, verdadeiramente, muito mais fácil. Marx não escreveu nada em que essa teoria não desempenhe seu papel. Especialmente, O 18 Brumário de Luis Bonaparte é um magnífico exemplo de sua aplicação. Também em O Capital se encontram muitas referências. Em segundo lugar, me permito remeter-lhe também minhas obras A Subversão da Ciência pelo Senhor E. Dühring e Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã, as quais se constituem, no meu modo de ver, a exposição mais detalhada que existe do materialismo histórico."¹²⁹

¹²⁹ *Ibidem*, p. 185.

A carta termina de um modo que dispensa comentários:

"Infelizmente, ocorre com muita freqüência que se creia haver entendido totalmente e que se pode manejar, sem mais, uma teoria pelo simples fato de a haver assimilado, e nem sempre exatamente em suas teses fundamentais. Desta maneira não estão isentos muitos dos novos 'marxistas' e assim se explicam muitas das coisas peregrinas que têm aportado."¹³⁰

Para concluir, queremos assinalar que o marxismo não considera de modo isolado e absoluto as relações entre a base e a superestrutura; pelo contrário, leva em conta sua complexa interrelação, onde a primazia corresponde a base de um modo não mecânico, mas dialético.

A incompreensão ou a tergiversação do método dialético encontram vínculo, de modo especial, nos oportunistas - sobretudo nos concernentes a interpretação base-superestrutura-, em suas duas vertentes, desde o dogmatismo determinista até o idealismo. Sobre o modo de conceber dos oportunistas Engels já havia assinalado com toda nitidez que ***"...Este modo de ver se baseia em uma representação vulgar antidialética da causa e do efeito como dois pólos fixamente opostos, com esquecimento absoluto dos jogos de ações e reações. Que um fator histórico, uma vez iluminado por outros feitos, que são em última instância feitos econômicos, repercute a sua vez sobre o que os rodeia, e inclusive sobre suas próprias causas, são coisas que esquecem, as vezes muito intencionalmente, esses cavalheiros."***¹³¹

Sobre esse mesmo tema – e com um vigor extraordinário nestes momentos quando os inimigos se disfarçam de marxistas em sua gestão diversionista (de diversão) – Engels faz a seguinte abordagem com a qual encerramos estas notas: ***"Estes senhores praticam todos o marxismo, mas da maneira como se conhece na França há 10 anos, e da qual Marx dizia: 'Tudo o que eu sei é que eu não sou marxista e provavelmente diria destes senhores o que Heine dizia de seus imitadores: Semblante de dragões colhendo pulgas'."***¹³²

¹³⁰ *Ibidem*, p. 186.

¹³¹ Carta de Engels a Mehring em 14 de julho de 1893. Karl Marx e F. Engels, ob. cit., p. 193.

¹³² Carta de Engels a Paul Lafargue em 27 de outubro de 1890. Karl Marx e F. Engels, ob. cit., p. 240.

Referências bibliográficas

Texto Recolhido da Revista ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO n° 24, Publicação Bimestral do Instituto de Economia da Universidade de Havana - Julho-agosto de 1974. Publicado pela Editora CIENCIAS SOCIALES, 1983. Miramar, Marianao 13, La Habana. Impresso em Cuba.